



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 56

QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Toledo — PR a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A; (BANESTADO), com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU no valor de Cr\$5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Toledo (PR), nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo integram o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU — e o financiamento objetiva a execução de obras de infra-estrutura no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU:

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada terá as seguintes características:

a) valor pretendido: Cr\$5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), atualizado pela Taxa Referencial;

b) prazo para desembolso dos recursos: doze meses;

c) juros: 12% ao ano;

d) índice de atualização monetária: variação da TR;

e) destinação dos recursos: obras de infra-estrutura;

f) condições de pagamento:

— do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, vencendo a primeira doze meses após a primeira liberação;

— dos juros: em parcelas mensais.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Paçandu (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO), no valor de Cr\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros).

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES*****Diretor-Geral do Senado Federal*****AGACIEL DA SILVA MALA*****Diretor Executivo*****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA*****Diretor Administrativo*****LUIZ CARLOS BASTOS*****Diretor Industrial*****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA*****Diretor Adjunto*****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL*****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal*****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Paçandu (PR), nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO), no valor de Cr\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. Os recursos referidos nestes artigos são provenientes do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU — e serão destinados à execução de projetos de infra-estrutura urbana no Município de Paçandu (PR).

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

- a) valor pretendido: Cr\$460.000.000,00, a preços de setembro de 1992;
- b) prazo para desembolso dos recursos: doze meses;
- c) juros: 12% ao ano;
- d) índice de atualização monetária: variação da TR;
- e) garantia: caução de quotas-partes do ICMS;
- f) destinação dos recursos: implementação de obras de infra-estrutura no Município;
- g) condições de pagamento;

— do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, vencendo a primeira doze meses após a primeira liberação;

— dos juros: em parcelas mensais.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapongas (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO), no valor de Cr\$17.500.000.000,00 (dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Arapongas (PR), nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$17.500.000.000,00 (dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO).

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo são provenientes do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU — e serão destinados à execução de projetos de infra-estrutura urbana no Município de Arapongas (PR).

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

- a) valor pretendido: Cr\$17.500.000.000,00, a preços de novembro de 1992;
- b) prazo para desembolso dos recursos: até doze meses;
- c) juros: 12% ao ano;
- d) índice de atualização monetária: variação da TR;

e) garantia: ICMS;

f) destinação dos recursos: obras de infra-estrutura;

g) condições de pagamento:

— do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, vencendo a primeira doze meses após a primeira liberação;

— dos juros: em parcelas mensais.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Vista Alegre-RS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de Cr\$1.299.441.330,00 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Vista Alegre-RS, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$1.299.441.330,00 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta cruzeiros), junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL S.A.

Parágrafo único. A operação de crédito referida no **caput** deste artigo envolverá recursos do Fundopimes, cuja fonte primária é o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do Programa Integrado de Melhoria Social.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação são as seguintes:

a) valor pretendido: Cr\$1.299.441.330,00 a preços de janeiro de 1993;

b) prazo para desembolso dos recursos: cento e vinte dias;

c) juros: 11,00% ao ano;

d) índice de atualização monetária: reajustável pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas;

e) destinação dos recursos: Programa Integrado de Melhoria Social;

f) condições de pagamento:

— do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia vinte de cada mês, através do Sistema de Amortização Constante;

— dos juros: exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Xavier-RS a contratar operação de crédito, junto ao Fundo de Investimentos Urbanos — FUNDURBANO-RS, no valor de Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Porto Xavier-RS, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Investimentos Urbanos — FUNDURBANO-RS no valor de Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito referida neste artigo destinam-se à execução de projetos de calçamento e asfaltamento na sede do Município de Porto Xavier-RS.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito são as seguintes:

a) valor pretendido: Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), a preços de agosto de 1992, tendo como base os dados orçamentários usados no Mapa de Apuração da Receita Líquida;

b) prazo para desembolso dos recursos: trinta a sessenta dias;

c) juros: correção pela variação da UFIR;

d) índice de atualização monetária: os valores liberados serão corrigidos pela Correção Monetária (UFIR);

e) garantia: caução de quotas-partes do ICMS;

f) destinação dos recursos: calçamento urbano;

g) condições de pagamento:

— do principal: em doze parcelas trimestrais, vencendo a primeira doze meses após a primeira liberação;

— dos juros: em parcelas trimestrais.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor total de Cr\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor total de Cr\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O empréstimo referido neste artigo destina-se à implantação de obras de infraestrutura, no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Art. 2º As condições básicas da operação de crédito são as seguintes:

a) valor pretendido: Cr\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), corrigidos monetariamente pela variação da Taxa Referencial de juros;

b) prazo para desembolso dos recursos: doze meses;

c) juros: máximo de 12% ao ano;

d) índice de atualização monetária: variação da TR;

e) destinação dos recursos: obras de infraestrutura;

f) condições de pagamento:

— do principal: em quarenta e oito parcelas mensais, vencendo a primeira doze meses após a primeira liberação;

— dos juros: em parcelas mensais;

g) autorização legislativa: Lei Municipal nº 388, de 1992, de 12 de junho de 1992.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**.

SUMÁRIO

1. — ATA DA 52ª SESSÃO, EM 6 DE ABRIL DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

— Nº 182/93, informando que determinou a aUtução do Requerimento nº 452/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

1.2.2 — Aviso do Ministro da Fazenda

— Nº 181/93, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 97/93.

1.2.3 — Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafa da seguinte matéria:

— Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 410/91 (nº 2.477/92, naquela Casa), que restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências.

1.2.4 — Leitura de proposta de emenda à Constituição

— Nº 3/93, de autoria do Senador Valmir Campelo e outros Senadores, que altera dispositivos da Constituição Federal, instituindo a moção de censura.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 331/93, de autoria do Senador Moisés Abrão, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 144/92 com o Projeto de Lei do Senado nº 31/93.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder — Esclarecimentos ao Governador Leonel Brizola, do Estado do Rio de Janeiro, sobre participação do Banco Bamerindus e do conseqüente envolvimento legal do Ministro José Eduardo no leilão da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional.

SENADOR MAURO BENEVIDES, como Líder — Indisfarçável antecipação da campanha presidencial. Utilização da consulta plebiscitária para lançamento de nomes à Presidência da República. Apelo para a preservação de tranqüilidade do Presidente Itamar Franco, alvo direto das críticas eleitoreiras, para a manutenção da governabilidade.

SENADOR MAGHNO BACELAR — Considerações sobre o assunto tratado pelo Sr. Mauro Benevides.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46/92 — Complementar). **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992-Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67/92 — Complementar). **Votação adiada por falta de quorum.**

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obras públicas. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy, ficando a **votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar (nº 223/90 — Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — O drama da seca no Nordeste e a liberação de recursos para aquela região determinada pelo Presidente Itamar Franco, em solenidade ocorrida recentemente em Teresina.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Carta do Ministro Eliseu Resende, da Fazenda, refutando insinuações contidas em reportagem da revista *Veja* sobre sua vida e sua trajetória na administração pública.

SENADOR NEY MARANHÃO — Memorial do Senado Federal ao Presidente da República, solicitando o apoio do Brasil à entrada da República da China e de Formosa no Gatt.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Requerimento apresentado por S. Exª, em sessão anterior, solicitando informações ao Ministro da Fazenda sobre a Datamec. Visita de S. Exª à Fundação Teotônio Vilela, entidade de defesa dos direitos humanos, no transcurso do seu 10º aniversário de fundação, ocasião em que foi condecorado prêmio ao Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira. Violências sofridas por menores infratores rebelados na Funabem de Tatuapé — SP.

SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Defesa da Portaria nº 103, do Ministro do Exército, de 4-3-93, contendo normas para importação de armas leves para uso civil.

SENADOR MARCO MACIEL — Solidariedade ao **Diário de Pernambuco** pelo Lançamento da **Campanha SOS Seca** de assistência às vítimas da estiagem no Estado de Pernambuco.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Intenções do Presidente Itamar Franco de punir os especuladores. Declarações do Ministro Eliseu Resende, da Fazenda, de que fará poucas alterações na atual política econômica. Sugestões ao Presidente da República no sentido da deflagração da reforma partidária.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Fraco desempenho da economia brasileira no ano passado.

SENADOR ÁLVARO PACHECO — Comentários sobre medidas anunciadas pelo Presidente Itamar Franco, em Teresina, para combater os efeitos da seca no Nordeste. Apelo ao Presidente da República no sentido da liberação prioritária das verbas previstas no Orçamento da União para os Estados e Municípios nordestinos.

SENADORA JÚNIA MARISE — Situação da Educação brasileira — ensino básico.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31-3-93.

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 48, de 1993

4 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 255, de 1993

Nº 31-A, de 1993 (Republicação).

5 — ATA DE COMISSÃO**6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 52ª Sessão, em 6 de abril de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Valmir Campelo e Bello Parga***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo — Albano Franco; — Álvaro Pacheco — Bello Parga — Beni Veras — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Eva Blay — Garibaldi Alves Filho — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Pedro Teixeira — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Nº 182/93, de 2 do corrente, informando que determinou a autuação do Requerimento nº 452/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e o encaminhou ao Relator do feito, Ministro Bento José Bergarim.

AVISO DO MINISTRO DA FAZENDA

Aviso nº 181/93, de 22 de março último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 97, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram anexadas ao Requerimento, que vai ao arquivo, e encaminhadas cópias ao Requerente.

Ofício do Sr. 1º Secretário
da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafa da seguinte matéria:

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 1991

(Nº 2.477/92, naquela Casa)

“Restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao projeto o seguinte art, 2º, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 2º Os efeitos do disposto no artigo anterior retroagem a 5 de outubro de 1990.”

EMENDA Nº 2

Inclua-se o seguinte art. 3º, renumerando-se os demais:

“Art. 3º É restabelecida a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI:

I — quando se tratar de casas e edificações pré-fabricadas, bem como os componentes relacionados pelo órgão competente do Poder Executivo, que se destinem à montagem desses produtos e sejam fornecidos diretamente pela indústria de edificações pré-fabricadas;

II — Quando se tratar de preparações, vigas e os blocos de concreto, inclusive os pré-moldados, bem como as estruturas metálicas, relacionadas ou definidas pelo mesmo órgão, destinados à aplicação em obras hidráulicas ou de construção civil.”

EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 4º, renumerando-se os demais:

“Art. 4º A retroatividade prevista no art. 2º aplica-se à manutenção dos créditos relativos aos insumos empregados na industrialização de máquinas e implementos agrícolas beneficiadas com a isenção de que trata a Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991.”

EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 5º, renumerando-se os demais:

“Art. 5º Com vistas ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de Lei especificando o montante da renúncia fiscal decorrente das isenções previstas nesta Lei, bem como as despesas que serão automaticamente anuladas.”

À Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 1993

Altera dispositivos da Constituição Federal, instituindo a moção de censura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º Os arts. 49, e 84 e o § 3º, do art. 57, da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações.

“Art. 49.

XVIII — aprovar, por maioria absoluta de votos, moção de censura a Ministros de Estado, por iniciativa de, no mínimo, um terço dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 1º A aprovação de moção de censura a Ministro de Estado implicará a sua imediata exoneração por ato do Presidente da República

§ 2º Os signatários de moção de censura rejeitada não poderão apresentar outra, na mesma sessão legislativa, referente ao mesmo Ministro de Estado.

Art. 57.

§ 3º

V — apreciar moção de censura e sobre ela deliberar.

Art. 84.

I — nomear e exonerar os Ministros de Estado, observado, quando for o caso, o disposto no art. 4º, § 1º.”

Justificação

Antecipando-nos à revisão constitucional, por entendermos que a questão merece imediato tratamento e discussão, apresentamos à consideração e a voto dos nobres Pares, a

presente Proposta de Emenda à Constituição, que visa conferir ao Congresso Nacional poder de emitir moção de censura, manifestando desta forma, sua desconfiança diante da atuação de Ministros de Estado.

A confiança entre os poderes, base da independência entre eles e da estabilidade das instituições, está a merecer tratamento constitucional que concede ao Poder Legislativo instrumento de manifestação forma e efetiva, quando queda de credibilidade atinja membros do Ministério. A inércia deste Poder, em muitos casos, tem permitido a permanência de Ministro que perderam totalmente o respeito da sociedade. Como consequência, a estabilidade e a governabilidade podem vir a ser afetadas. Instituído-se a moção de censura, como solução constitucional, pode-se afastar situações de risco e promover a substituição rápida e processualmente correta dos ministros em descrédito.

Não se diga que o sistema presidencialista é avesso à exoneração de Ministros por iniciativa do Legislativo, pois muitos são os pontos de contato entre os poderes e a atividade fiscalizadora transcende os limites entre eles, ocorrendo por diversas formas, muitas das quais sem previsão constitucional. A fiscalização crítica pela atividade parlamentar, a atuação dos meios de comunicação e as manifestações diretas da população são meios de que dispõe a sociedade para mostrar seu descontentamento, para pedir e induzir o afastamento de Ministros. A inclusão do instituto da “moção de censura” no texto da Constituição é, sem sobra de dúvida, elemento de ampliação de atividade de controle, fundamental à boa administração e necessidade premente no momento histórico.

A moção de censura, se instituída, servirá ao aperfeiçoamento do sistema presidencialista, atenuará os efeitos da concentração de poderes no Executivo e agilizará a substituição de Ministros que não atendam aos anseios da sociedade, seja do ponto de vista da competência, seja no que diz respeito à moralidade. Em princípio, é claro, todos gozam de confiança presumida, mas a Constituição deve prever, as exceções.

A alteração que se pretende promover, no texto constitucional, tem fundadas razões e finalidade ética, atendendo ao clamor pela moralidade e transparência, ouvido nos mais diversos meios de expressão popular. Merece, portanto, a atenção e o voto dos membros desta Casa.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1993. — Senador **Jonas Pinheiro**

2. Valmir Campelo
3. Pedro Teixeira
4. Carlos A. Rocha
5. Marluce Pinto
6. Wilson Martins
7. Alvaro Pacheco
8. Alvaro Pacheco
9. Alvaro Pacheco
10. Alvaro Pacheco

11. ~~Flaviano Melo~~
 12. ~~Alcides Bessa~~
 13. ~~QUILNERNE~~
 14. ~~PAZMEIRA~~
 15. ~~SURAGI~~
 16. ~~THEOTONIO~~
 17. ~~...~~
 18. ~~...~~
 19. ~~...~~
 20. ~~...~~
 21. ~~...~~
 22. ~~...~~
 23. ~~...~~
 24. ~~...~~
 25. ~~...~~
 26. ~~...~~
 27. ~~...~~

28. ~~...~~
 29. ~~...~~
 30. ~~...~~
 31. ~~...~~
 32. ~~...~~

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — A propsta de emenda à Constituição será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 331, DE 1993

Senhor Presidente

Com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1992 (nº 2.907, de 1992 na Casa de Origem) e do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1993, considerando que ambos tratam da mesma matéria (extinção da fração do cruzeiro, denominada centavo).

Sala das Sessões, 3 de abril de 1993. — Senador **Moisés Abrão**.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Or-

dem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, item 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Há oradores inscritos.

O Sr. Jonas Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na tentativa de salpicar de lama o Governo Itamar Franco, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, levantou suspeição sobre a participação do Banco Bamerindus do Brasil no leilão de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, realizado sexta-feira passada. A suspeita do Governador diz respeito ao fato de ser acionista majoritário

daquele grupo financeiro o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo do Governo Itamar Franco, Senador José Eduardo de Andrade Vieira, representante do Paraná nesta Casa.

Na condição de companheiro e Líder do Partido, amigo do Senador e Ministro, eu gostaria de usar a palavra nesta tribuna para esclarecer ao Governador do Rio de Janeiro que não há uma situação escandalosa, como ele faz crer, no fato de o Bamerindus ter participado do leilão de privatização da CSN. Afinal de contas, como o grupo financeiro Bamerindus é uma empresa em franca e transparente atividade no Brasil, nada há que a impeça legalmente de participar do leilão. E, se pode participar do leilão, não deverá haver nenhum dispositivo legal que a impeça de ganhar, pois isso obedece à lógica mais elementar. Se uma pessoa ou uma empresa pode participar de um leilão ou de uma disputa, é evidente que essa pessoa ou essa empresa pode ganhar esse leilão ou essa disputa. Afinal de contas, como o Governador Leonel Brizola é um veterano administrador público, ele deve saber muito bem que leilão é algo muito diferente de licitação.

O fato de ser Ministro de Estado não deveria servir de empecilho, nem mesmo ético, para o Ministro e nosso companheiro de Senado José Eduardo de Andrade Vieira, como cidadão brasileiro que é, cumpridor de seus deveres para com a comunidade, participar do leilão de desestatização da CSN. Só que nem isso ocorreu, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Todos nós, que freqüentamos este plenário do Senado Federal, sabemos muito bem que José Eduardo está afastado de suas empresas desde 1990, quando decidiu disputar a cadeira no Senado pelo Paraná, cadeira, aliás, que conquistou com mais de um milhão de votos.

Como tem muitos e bons companheiros de legenda aqui sentados — entre eles alguns dos mais assíduos neste plenário — o Governador Leonel Brizola, sendo um chefe partidário cioso de suas responsabilidades de líder, deve saber disso, parece-me evidente. Se ele tenta explorar esse fato politicamente para explicar seu rompimento com o Presidente Itamar Franco, certamente o faz por considerar aberta a temporada sucessória presidencial de 1994. Sendo assim, seu discurso em Esteio, no Rio Grande do Sul, levantando suspeitas infundadas sobre o nosso companheiro do Senado, só pode ser interpretado como uma peça eleitoral. A campanha do Governador Leonel Brizola para a Presidência da República parece-nos um tanto precipitada, podemos advertir.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO — Com muito prazer, nobre Líder Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Jonas Pinheiro, desejo me reportar, depois do pronunciamento de V. Ex^a, à antecipação pretendida da sucessão presidencial, com os candidatos já em franca movimentação, gerando, em consequência, problemas para a própria governabilidade do País, obrigando, inclusive, o Presidente da República a vir a público responder àquelas críticas que os pretensos candidatos já começam a assacar contra a personalidade invulgar do Chefe da Nação. Nós, que convivemos de perto com o Senador José Eduardo Vieira, estamos absolutamente conscientes de que S. Ex^a jamais se utilizaria do exercício do cargo de Ministro de Estado para favorecer-se pessoalmente ou a quaisquer das suas empresas. E essa sua condição de presidente licenciado ficou muito patente na inauguração de uma fábrica, recente-

mente, no sul do Paraná, quando S. Ex^a, anunciado seguidas vezes pelo mestre de cerimônia, tinha sempre identificada a sua posição como um homem que estimulava aquela iniciativa mas não tinha mais a responsabilidade de comandar o grupo Bamerindus. Portanto, nesta Casa, V. Ex^a até poderia se dispensar de fazer a ressalva da idoneidade e sobretudo da postura ética do Ministro José Eduardo Vieira. Mas, como V. Ex^a fala para que a Nação o escute, evidentemente, esta sua manifestação vai fazer justiça a um homem público que, sendo nosso colega nesta Casa, foi convocado pelo Presidente Itamar Franco para, no Poder Executivo, ainda melhor servir ao País.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senador e Líder Mauro Benevides, agradeço o aparte de V. Ex^a, cujo descortino antevê, como eu também, nas palavras do Governador Leonel Brizola nada mais que uma antecipação de sua campanha. É uma ação eleitoral também identificada pela sabedoria de V. Ex^a.

O Sr. Esperidião Amin — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador.

O SR. JONAS PINHEIRO — Concedo o aparte ao nobre Líder Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Jonas Pinheiro, divirjo, relativamente, na prospecção de quais são as razões do Governador Leonel Brizola, pois quero ser justo para com ele, para com a sua biografia, no tocante à sua obstinada postura contra a privatização em geral e na defesa do que ele supõe ser patrimônio público. Ele acha que defender o patrimônio público é isso. Então, quero ser justo, ainda que divirja. Não posso afirmar que as palavras do Sr. Governador Leonel Brizola foram ditas apenas pelo fato de ele ser candidato. Sinceramente, não sei. Mas, respeito a opinião abalizada de V. Ex^a e a do Senador Mauro Benevides. Quero me ater à questão objetiva do que ele disse e do que escreveu. Mais ao que escreveu, porque o dizer pode ser uma questão circunstancial, momentânea; às vezes uma palavra nos trai. Mas o escrever é diferente, porque quem escreve, assina, tem tempo de revisar. Tem tempo de revisar. Aquela coluna, mandada publicar pelo PDT — que a opinião pública acostumou a chamar de tijoloço, e eu leio — até gosto do estilo. Creio que sou um dos poucos que gostam daquele estilo geralmente angustiado, próprio da história política, que respeito muito, do Governador Leonel Brizola, mas naquela coluna veiculada no final da semana passada está escrito que há suspeita de corrupção no processo de privatização da CSN, a mesma suspeita que ouvíamos aqui quando da privatização da Usiminas. O que é pior, estimulando cenas de agressão que se repetiram também. Como na privatização da Usiminas, desta feita, um cidadão com escudo da CUT e do PT, sob o olhar complacente de um Deputado do PDT, na foto oficial da agressão, estava dando um pontapé, pelas costas, num cidadão que está adentrando o prédio da Bolsa de Valores. Então, acusação de corrupção, incitação à violência, e à violência covarde. Mais do que isso ainda, considerar o Governo do Senhor Itamar Franco lesivo à Nação, mais lesivo que o do Presidente Collor; considerá-lo tímido e fraco; citar Camões, dizendo: "O fraco rei faz fraca a forte gente" e, para concluir, considerar escandalosa a participação do Bamerindus e do seu proprietário. Ele até pede uma explicação, para saber se o Sr. José Eduardo Vieira, nosso colega do Senado, ainda é detentor de ações do Bamerindus. Então, esse quadro de acusações de natureza

moral, todas elas de natureza moral, situa as manifestações do Governador Leonel Brizola como da maior gravidade, independentemente do aspecto eleitoral. Digo isso porque setores da imprensa têm nivelado críticas que, por exemplo, o Prefeito Paulo Maluf tem feito ao Governo, têm nivelado com as do Governador Leonel Brizola, quando elas são de natureza diferente. Temos reclamado, com tons variados, que o Governo tem um rumo, tem um plano, que o discuta com o Congresso, para que possamos apoiar ou não esses pontos. Nunca, pelo menos que eu saiba, patrocinamos qualquer acusação de natureza moral, posto que, para acusar moralmente alguém, têm que se ter prova, e não insinuação. Gostaria de fazer as seguintes observações: primeiro, cumprimentá-lo pela coragem de vir defender um homem de bem, que é o Senador José Eduardo Vieira; segundo, quero aqui parabenizar o Bamerindus. Assim como tenho dito que o sistema financeiro, que os bancos privados têm sido sanguessugas da economia brasileira, quando vejo um banco investindo no setor produtivo, como fez o Bamerindus no caso dessa indústria de papel e celulose a que se referiu o Senador Mauro Benevides, a cuja inauguração fui convidado mas não pude comparecer. Quando vejo um banco participar do processo de privatização da CSN, que vai salvar a CSN, ou seja, quando temos conhecimento de que um banco optou pela produção, pelo risco do empreendimento, preterindo a especulação financeira fácil com toda a segurança, sem CUT, sem CGT, sem Força Sindical, sem sindicato nenhum à porta de nenhum especulador, sem a opinião pública cobrando condições de tratamento condigno para seus empregados, porque o especulador não tem empregado, ganhando fácil, sem assistência e sem fiscalização. Quando vejo um banco apostar na condução de uma vida nova, de uma empresa com a história, mas mais do que a história, com as perspectivas da CSN, congratulo-me com este banco, no caso, o Bamerindus, e com qualquer outro que destine seus recursos não para a ciranda financeira na compra de títulos impagáveis, que alguns chamam de moeda podre — não chamo de moeda podre, porque não aceito essa denominação — emitidos pelo Governo e vem para a agreste planura — porque, hoje, empreender é uma agreste planura — congratulo-me. Acho que são gestos, como esses, dos grupos que aceitaram a privatização da CSN na condição de acionistas, desde os seus empregados, desde os seus colaboradores até os grupos econômicos que lá participaram, que ainda nos dão esperança de que o Brasil vai ser capaz de vencer a recessão, a ciranda financeira, a inflação e voltar a crescer. Era o que gostaria de dizer neste meu aparte, pedindo desculpas se me alonguei. Mas peço a V. Ex^a que recolha esta modéstia e sincera colocação como testemunho imparcial quanto às pessoas, mas profundamente engajado quanto aos princípios que achei deveria fazer incluir neste seu pronunciamento.

O SR. JONAS PINHEIRO — Meu nobre Líder, aí está a razão pela qual V. Ex^a foi eleito Presidente do mais novo Partido do cenário político brasileiro. É com esse descortino, com essa grande visão que se pode construir este País. São pensamentos como o de V. Ex^a e os de José Eduardo Vieira que podem salvar, no menor prazo possível, o nosso País. Agradeço sinceramente o aparte de V. Ex^a nesta hora e devo dizer que essas manifestações são próprias daqueles que têm a alegria de conviver, pelo menos um dia, com José Eduardo Vieira. Só pode fazer um comentário desairado, levantar uma suspeita em relação ao homem público José Eduardo Vieira

quem não teve o privilégio de conviver com ele um só dia sequer.

O Sr. Lourival Baptista — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. JONAS PINHEIRO — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Lourival Baptista — Nobre Senador Jonas Pinheiro, quero felicitá-lo pelo seu corajoso pronunciamento. O meu aparte será curto. Simplesmente direi a V. Ex^a que apóio as palavras do Senador Mauro Benevides, quando o apartou. Dou pleno apoio e também a minha solidariedade ao Senador José Eduardo Vieira.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senador Lourival Baptista, fique certo e convencido de que acolho este aparte com o maior carinho e a maior sensibilidade.

O SR. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Com prazer, nobre Senador.

O SR. Ney Maranhão — No Nordeste existem alguns adágios que se encaixam muito bem neste pronunciamento que V. Ex^a faz e ao qual incorporo a minha solidariedade ao nosso companheiro Ministro da Indústria e Comércio, Senador José Eduardo Vieira. Sabe V. Ex^a que invejosos que não têm coragem de fazer força gostam de subir e jogar pedras para tirar os bons frutos das árvores frondosas. Conhecemos a trajetória do nobre Ministro José Eduardo Vieira, homem que começou de baixo, trabalhando na escola da vida. Tive o privilégio de conhecê-lo no Estado de Roraima, onde tem propriedades e onde começou desbravando uma terra que será o futuro do Brasil; foi para lá fazer força. Respeitamos e admiramos seu trabalho por este País. Parabéns a V. Ex^a, conte com a solidariedade da Liderança do PRN por este pronunciamento sério, competente, de justiça em defesa do nobre Senador do PTB e Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Líder Ney Maranhão, agradeço o aparte que V. Ex^a nos dá e chamo a atenção, de forma especial, para a feliz lembrança de citar esse adágio, tão popular no Nordeste e no Brasil: "Por ser uma árvore frondosa e frutífera, atiram-lhe muitas pedras na intenção de colher os frutos caídos, advindos dessa ação predatória".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a campanha do Governador Leonel Brizola para a Presidência da República parece-nos um tanto precipitada, podemos advertir. De qualquer maneira, já é uma campanha aberta e este, um assunto que só lhe diz respeito. Mas, já que S. Ex^a pediu um esclarecimento, creio ser de meu dever prestar-lhe este obséquio. Assim sendo, dado está esse esclarecimento.

Acabo de ser informado que o Grupo Bamerindus, associado a outro grupo privado, o Vicunha, de grande tradição na indústria têxtil nacional, a uma estatal, a Companhia Vale do Rio Doce, e a funcionários da própria CSN, terminou adquirindo, ainda hoje, o controle da Companhia Siderúrgica Nacional.

Para nós, que somos brasileiros e patriotas, essa é uma notícia alvissareira. Tenho certeza de que a compra da CSN deve ter sido um bom negócio para o Bamerindus e para o Grupo Vicunha, pois os empresários que tomam decisões nesses dois grupos não costumam jogar fora o dinheiro de seus acionistas, mas não tenho a menor dúvida de que foi um excelente negócio para o Governo Federal.

Em primeiro lugar, porque o Tesouro Nacional deixa de jogar dinheiro no saco sem fundo de uma estatal que dá prejuízo. Em segundo lugar, porque participa do grupo controlador da empresa a Companhia Vale do Rio Doce, uma estatal cujos méritos de competência lhe têm valido grande credibilidade. Outro motivo para justificar o bom negócio feito pelo Governo é a CSN ter ficado em mãos de empresários e trabalhadores brasileiros, mas muito mais ainda o fato de serem os novos controladores os próprios trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional.

Não tenho muitas esperanças de que o Governador Leonel Brizola concorde com minhas palavras, mas não posso deixar de registrar, por conta disso, o fato muito importante de estarmos assistindo a uma parceria entre capital e trabalho inédita no Brasil, pelo menos no caso de uma empresa do porte da CSN. Será que estamos assistindo ao início de uma aplicação bem-sucedida do modelo japonês aqui em nossos trópicos?

Conhecendo, como conheço o nosso Companheiro de Bancada José Eduardo de Andrade Vieira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho certeza de que, ao contrário de se sentir envergonhado por ter sido pilhado pelo Governador Brizola em algo "escandaloso" — que, evidentemente, nada tem de "escandaloso" — S. Ex.^a está orgulhoso de o Bamerindus estar participando deste momento histórico no Programa de Desestatização do Governo Itamar Franco. Afinal de contas, esse gesto representa coragem e vontade de participar.

Sabemos que outros grandes grupos financeiros participaram do leilão e chegaram a comprar ações, mas preferiram ficar de fora, não fazendo parte do acordo para o grupo controlador. Este não é o caso do Bamerindus, que sempre ousou e sempre fez questão de ser brasileiroíssimo.

Era o que eu tinha a esclarecer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, como Líder do PMDB.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mesmo em meio às imensas dificuldades por que passa o País, sobretudo as pertinentes às áreas econômica, financeira e social, assiste-se a uma indistigável antecipação da campanha sucessória, com os pretensos candidatos utilizando os veículos de comunicação para consolidar as suas respectivas aspirações, apesar de ainda distante o pleito de 1994.

Quem tiver compulsado, nos últimos cinco dias, as páginas da imprensa escrita ou acompanhado programas de televisão identificará postulantes à Chefia da Nação articulando os contatos iniciais de uma luta político-eleitoral, que já no seu dealbar assume características de injustificável radicalização, com evidentes prejuízos para a própria governabilidade do País.

Além da disputa relacionada com a consulta plebiscitária sobre forma e sistema de governo, defronta-se, já agora, a opinião pública brasileira com os contornos muito bem delineados da eleição presidencial, numa movimentação inusitada, se levarmos em conta que ainda faltam 18 meses para efetivar-se a competição, à qual concorrerão governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Perdurando o propósito, claramente configurado, daqueles que já começam a posar como postulantes ao Palácio do Planalto, torna-se inevitável que igualmente os futuros gover-

nadores comecem a ensaiar os primeiros passos na trilha sucessória, dando lugar a que os Estados se entreguem à árdua refrega, subestimando as questões — muitas das quais de incontestável gravidade — para cujo deslinde necessitarão de paz, tranquilidade e conjugação de esforços de sua comunidade.

Como se isso não bastasse, busca-se, como alvo maior dessa pregação eleitoral, o próprio Presidente da República, numa tentativa de criar embargos à estabilidade de sua administração, projetando-o, numa injustiça flagrante, como incapaz de equacionar os problemas nacionais.

Ascendendo à Primeira Magistratura, num delicado instante de nossa vida político-institucional, com o apoio indiscrepante do Congresso e dos partidos políticos, bem assim dos mais expressivos segmentos da sociedade civil, Itamar Franco vem-se dedicando, indormidamente, às tarefas do seu Governo, fazendo, com elogiável espírito público, assim reconhecido, de modo unânime, até mesmo por aqueles que o criticam com maior veemência, na presente conjuntura.

Herdando uma gama de erros, equívocos e omissões e tendo por objetivo maior a reaquisição de credibilidade do Poder Executivo, Itamar Franco não tergiversou em adotar medidas amargas, sem os exageros de pacotes mirabolantes, com seus resultados efêmeros e, por isso, incapazes de alcançar finalidades duradouras, notadamente a ultrapassagem da fase crítica que estamos vivenciando.

As suas atitudes, marcadamente transparentes e espontâneas, não o permitem esconder seus sentimentos, sobretudo quando centro de julgamentos infundados, que pretendem descaracterizar o seu permanente esforço para acertar, beneficiando milhões de brasileiros que continuam a confiar na sua ação patriótica à frente da Presidência da República.

Esta Casa mesmo, Srs. Senadores, pode testemunhar o que foi, no Senado e no Congresso, a profícua atuação de Itamar — o representante sempre atento à discussão dos grandes temas nacionais.

Se assim não fosse, a sua escolha para a Vice-Presidência não teria ocorrido sob aplausos gerais, até mesmo daqueles que, como adversários ocasionais, sempre o viram como um político íntegro, dotado de incomparável espírito público.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Meu caro amigo e Líder da Maioria nesta Casa, Senador Mauro Benevides, estou atentamente acompanhando o pronunciamento de V. Ex.^a Todos sabemos da luta que V. Ex.^a sempre empreendeu, em todos os mandatos que o povo do Ceará lhe confiou. Por último, como Presidente desta Casa, V. Ex.^a marcou sua posição, pelo que todos o admiramos e respeitamos. Hoje, V. Ex.^a sobe à tribuna para falar à Nação sobre a responsabilidade da classe política. Falo, Senador Mauro Benevides, com autoridade, pois sou Líder de um partido que deu sustentação e elegeu o ex-Presidente Collor. V. Ex.^a, como meus companheiros, sabe que fui o primeiro Senador a apoiá-lo; não pelos cargos ou pelas vantagens políticas que poderia obter, mas pelo programa que S. Ex.^a propôs ao País. Queiram ou não queiram os nossos adversários no mundo político, a idéia desse programa foi muito válida, apesar dos muitos erros que teve, mas foi uma idéia sadia pela qual o povo optou: bater nos cartéis, na privatização, na competitividade; enfim, a isso que estamos assistindo. Fui um dos lutadores para que o Presidente Itamar

Franco fosse candidato à Vice-Presidência da República; para isso, juntamente com o ex-Presidente, fui até o gabinete de Itamar Franco, de onde saiu um documento histórico: No momento em que ele o convidou, virei para os dois candidatos e pedi que dessem um autógrafo numa das fotografias, porque naquele momento estava junto do futuro Presidente e futuro Vice-Presidente da República. Por que lutei para que o Senador Itamar Franco fosse o Vice-Presidente? Para ser o porta-voz do Presidente Collor neste Senado. O Presidente Itamar Franco, pelo conhecimento, pela seriedade, pela competência no trabalho como Senador da República durante oito anos que todos nós respeitamos e conhecemos, esse homem assume a Presidência da República e está aí lutando para continuar mineiramente, experientemente, o programa que hoje o mundo espera, porque o mundo mudou; agora é privatização, competitividade e luta contra os cartéis. Senador Mauro Benevides, os partidos que votaram aqui o *impeachment* têm obrigação de ajudar o Presidente Itamar Franco nessa luta que não é uma luta dos partidos, mas do povo brasileiro. Veja o que aconteceu com a CSN: foi privatizada e bem privatizada; hoje, os controles dessa companhia são dos trabalhadores e dos empresários brasileiros. Quero parabenizar V. Exª por alertar esses candidatos. Como dizia o nosso Tancredo Neves, Senador Mauro Benevides: "Carroceria muito longa, em estradas esburacadas, a tendência é quebrar o chassi". É o que pode acontecer com o Sr. Paulo Maluf, com o Sr. Lula, que agora mesmo está fazendo uma viagem pelo nosso sertão, numa hora em que grande parte da população está morrendo de fome; numa hora em que o povo está revoltado, lutando, S.Sª vai fazer uma viagem de lembrança de quando veio de pau-de-arara. Acontece, Senador, que ele não vai de pau-de-arara; ele vai num ônibus confortável, num ônibus com todas as mordomias. E faz essa demagogia toda. E o Sr. Paulo Maluf, que assumiu compromissos em São Paulo, com a Prefeitura que pode ser um Estado do Brasil, que tem o povo paulista de olho nele, à espera de que cumpra o que prometeu, ao invés de se desviar do seu trabalho na Prefeitura para se lançar candidato à Presidência da República — a dois anos, Senador —, acredito que esses políticos estejam fazendo um mal irreparável a este País. Quero dizer a V. Exª que 80% deste Congresso apoiava o parlamentarismo; mas o povo está dando a resposta agora. A classe política não está tão bem nas pesquisas de opinião perante a população, por causa dessas atitudes. Peço desculpas a V. Exª pela demora do meu aparte, mas quero, neste momento, dizer como um bom nordestino: "Conselho é como rapé; toma quem quer". Juízo, Paulo Maluf; juízo, Lula; juízo para esses partidos que querem deixar Itamar Franco no meio do caminho, porque, do contrário, quem vai quebrar os chassis é essa gente. Agradeço a V. Exª este aparte e sou solidário a V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão, que, com a sua acuidade habitual, enalteceu a postura do Presidente Itamar Franco na vida pública, desde quando, colega nosso nesta Casa, teve o seu nome lembrado para concorrer à Vice-Presidência. Ofereço, neste instante, o meu testemunho das articulações que V. Exª promoveu, reunindo, no seu gabinete, no do então Senador Itamar Franco e na sala de café do Senado Federal, amigos para convencer Itamar a aceitar aquela indicação que, afinal, se positivou, abrindo-lhe a perspectiva, naquela ocasião, de concorrer à Vice-Presidência. E, em razão de fatos político-institucionais, chegou Itamar Franco à Presidência do nosso

País, a fim de realizar, nestes dois anos e alguns meses, uma administração que — esperamos — seja marcada, como tem sido até hoje, pela preocupação de resolver aquelas questões que estão intrinsecamente vinculadas à nossa realidade política, econômica e social.

O que V. Exª depreende deste meu pronunciamento, e nestas conclusões isso vai ficar muito explícito, é que desejamos que os candidatos à Presidência da República, antes da revisão constitucional, sustentem a deflagração das suas respectivas campanhas, a fim de que não se alcance a própria governabilidade do País, com atitudes precipitadas, com declarações contundentes que podem atingir o Presidente da República.

Foi exatamente em razão disso, nobre Senador Ney Maranhão, que me dispus a vir à tribuna na tarde de hoje, trazendo, em defesa da minha tese, manifestações como a de V. Exª, nesse instante, e as dos principais órgãos da imprensa brasileira que estampam editoriais, comentários, notícias em defesa, exatamente, do retraimento desses candidatos e de suas candidaturas para que o Presidente da República tenha condições de tranquilidade no prosseguimento de sua tarefa de administrar o País, deslindando aquelas questões mais graves que no momento atormentam milhões de brasileiros.

Agradeço a intervenção de V. Exª, e estou absolutamente certo de que o pensamento externado agora por mim e por V. Exª está, hoje, espelhado em vários jornais de circulação nacional como se infere, por exemplo, em um dos editoriais do *Jornal Folha de S. Paulo*, sob o título: "Oportunismo eleitoral":

"Acaba de ser aberta a temporada de ataques eleitorais ao Presidente da República por iniciativa de Paulo Maluf e Leonel Brizola, dois dos mais persistentes candidatos ao posto hoje ocupado por Itamar Franco. Não importa que falem ainda 18 meses para o pleito, ou que nem mesmo o plebiscito sobre forma e sistema de Governo tenha ocorrido. Subitamente, ambos parecem ter despertado com as facilidades e as vantagens de caracterizarem-se, desde já, como Oposição a um Governo titubeante e desnorreado."

Nada há de novo nos que sofregamente se dedicam a criticar na gestão Itamar, uma vez que se limitam a repetir o que parcelas crescentes da opinião pública vêm afirmando há meses. Estas o fazem, contudo, na expectativa, aparentemente voltada ao fracasso, de que o Governo se sensibilize não só com a miséria evidente da população, mas também com suas causas profundas; que se lance por fim às tarefas inadiáveis do ajuste fiscal e do combate conseqüente à inflação.

E segue-se o editorial da *Folha de S. Paulo* com a seguinte conclusão:

"Antes de partir açodadamente em campanha, os dois políticos deveriam atentar para o fato de que a população saberá detectar em suas atitudes não a coerência com princípios partidários e ideológicos, mas o puro e simples oportunismo que as motiva."

Também, nobre Senador Ney Maranhão e Srs. Senadores, é o *Estado de S. Paulo*, edição de hoje, que se posiciona da mesma maneira no seu primeiro editorial, em que se lê:

"ASSOPRANDO A BRASA

Há semanas que o Presidente Itamar Franco vem confidenciando a amigos que a sucessão presidencial seria deflagrada logo depois do plebiscito de 21 de Abril. Enganou-se: os candidatos já se lançaram à rua,

tomando como tema de campanha exatamente o não-êxito (seria exagero falar desde agora em malogro) do governo Itamar Franco. O desencadear da campanha sucessória tem a explicá-lo, agora a desmedida ambição dos que almejam chegar à Presidência da República, dois fatos: um, a compulsão a, como se dizia antigamente, pôr a procissão na rua antes que outra confraria venha ocupar o espaço. Outro, a percepção que o governo Itamar Franco transmite de imobilismo em geral e de amadorismo em diversas áreas. Essa percepção do imobilismo é a que começa a ser explorada pelos que já começaram a campanha eleitoral, especialmente os srs. Leonel Brizola e Paulo Salim Maluf, o último aparecendo, a partir do fim de semana, como o responsável pela fusão de seu antigo partido, o PDS, com o PDC, para formar o Partido Progressista (!) Reformador (!), que aglutina a terceira grande bancada no Congresso Nacional. Isso significa que o Chefe do Executivo terá um pouco mais de trabalho nas suas relações com o Legislativo. Brizola e Maluf partiram desde já para a ofensiva; há os outros presidenciáveis, que estão urdindo suas articulações em silêncio, ou enfrentando dificuldades internas, como Antônio Carlos Magalhães, Orestes Quêrcia, ... — Aqui há uma referência, que me parece injusta, ao Senador José Sarney — ...e o senador José Sarney (!?), para não falar na notória candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que procura agora convencer os empresários de que não é tão à esquerda, como pareceu em 1989...

Mais adiante, diz o editorial de *O Estado de S. Paulo*:

“O que choca a opinião pública não é que a campanha tenha começado tão cedo, e os presidenciáveis se tenham deixado levar pela tentação de expor-se a sol, chuvas e trovoadas durante mais de um ano e meio — tempo mais do que suficiente para abortar qualquer pretensão. O que confrange é, primeiro, constatar que sai crise, entra crise, ninguém com novas idéias, sobretudo idéias atuais, se tenha inscrito em nenhum partido político e se apresente para disputar cargos contra os sobreviventes do dilúvio que foi o período autoritário, que terminou há quase dez anos. Choca, depois, verificar que a campanha começa com um virulento ataque de dois candidatos ao governo Itamar Franco, lançando no mercado dúvidas sobre a capacidade de o Presidente da República, notório por ser temperamental,” — diz o articulista — “resistir a tentação de responder às críticas. Aliás, pelo que se sabe, S. Ex.^a não resistiu e já disse que aceita o desafio em qualquer terreno que seja elevado — além de ter, no que se refere ao Sr. Paulo Maluf, colocado a questão em termos estritamente pessoais, o que indica que tom terá a campanha eleitoral que começa por antecipação”.

E segue o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* com outras considerações sobre o lançamento antecipado de candidaturas e, sobretudo, a virulência dos ataques assacados contra a pessoa do Presidente da República, cuja atuação neste momento tem sido de extrema preocupação em se debruçar sobre os problemas nacionais e buscar para eles a indispensável solução.

O Sr. Eptacio Cafeteira — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte a V. Ex.^a, nobre Senador Eptacio Cafeteira, Líder do PDC, que está na expectativa, também, de permanecer na liderança do novo partido.

O Sr. Eptacio Cafeteira — Meu querido Líder Mauro Benevides, as palavras de V. Ex.^a quanto a mim são as mais lisonjeiras. Sou testemunha de acontecimentos que surpreenderão a qualquer pessoa. Participei da fusão em todos os seus momentos, da discussão do programa, da discussão do Estatuto, da formação, da votação, sendo orador na saudação a Paulo Maluf e ouvindo as suas palavras. Não é verdade que o prefeito de São Paulo tenha agredido o Presidente Itamar Franco. Nem seria S. Ex.^a, pela sua formação, homem de vir a agredir gratuitamente o Presidente da República. Digo mais a V. Ex.^a: nem Paulo Maluf nem ninguém, na fusão partidária, abordou de forma agressiva o Presidente da República. É claro que aqui se falou de um Brasil que se quer, que era o objeto da fusão partidária, mas em nenhum momento — volto a repetir — houve qualquer ataque à pessoa do Presidente Itamar Franco, de cuja amizade pessoal sei que partilho. Digo isso com a maior isenção. Na realidade — e é preciso que fique registrado — na ocasião da fusão do PDS com o PDC e com parlamentares de vários partidos se filiando ao novo Partido — o PPR, aconteceu o início de uma certa inveja. Muitos viram que ali estava nascendo um grande partido, que, certamente, terá a sua função colo-1994. Misturaram as coisas, colocaram na boca de Paulo Maluf palavras que S. Ex.^a não proferiu; levaram ao Presidente uma colocação a qual Sua Excelência repeliu da forma mais firme e violenta. Foi criado um fato. Na realidade, quem agrediu mesmo o Presidente da República, até no “tijoloço” publicado aqui, foi o Governador Leonel Brizola. Este, sim. Foi a honra do Presidente, foi a honra do Governo. Entendo as colocações de V. Ex.^a, como Líder do PMDB, Partido que apóia o Governo. V. Ex.^a está fazendo aquilo que os outros líderes dos partidos que apóiam o Governo terão que fazer também. O que dissemos na reunião do nosso Partido é que o PPR é um partido independente — não é nem Governo nem oposição. Na hora em que o Presidente mandar propostas que interessem ao País, segundo a nossa maneira de ver, terá o nosso voto. Então, digo a V. Ex.^a e vou dizer também pessoalmente ao próprio Presidente da República, que Sua Excelência foi mal informado. Agora, quanto a segurar a campanha presidencial — não vamos pensar que não existe a possibilidade da candidatura Paulo Maluf, que S. Ex.^a até desmentiu — não será isso que desestabilizará o Governo. Lula está em campanha, Brizola está em campanha, Sarney está em campanha, Quêrcia está em campanha, Álvaro Dias está em campanha; o último nome surgido foi o de Paulo Maluf. E ninguém consegue segurar candidato perto da eleição. Será o mesmo que tentar segurar uma rolha de champagne depois de aberta. Retornar a rolha à garrafa de champagne é impossível. As candidaturas estão na rua, estão exatamente porque cada uma quer aproveitar ao máximo o tempo para a consecução dos seus objetivos. Parabéns a V. Ex.^a pela colocação que faz. V. Ex.^a pode tranquilizar o Governo, pois não será do PPR que virão as pedradas. O PPR está na posição em que se colocou no dia da fusão: partido independente não é Governo nem oposição.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador e Líder Eptacio Cafeteira, exatamente porque recoloca o seu partido na posição correta, pois, naquelas solididades que marcaram aqui a fusão do PDS com o PDC,

em nenhum momento houve qualquer referência ou acusação ao Presidente Itamar Franco. Mencionei apenas — não o fiz no pronunciamento escrito — que candidatos antecipavam a luta sucessória e, muito mais do que isso, investiam contra o Presidente da República, tirando de Sua Excelência a tranquilidade indispensável para enfrentar os problemas nacionais.

No que tange ao candidato do Partido de V. Ex^a, a **Folha de S. Paulo**, de hoje diz:

“ITAMAR É INCOMPETENTE, AFIRMA MALUF.

Prefeito de São Paulo evita comentar candidatura à Presidência mas faz elogios ao seu Vice-prefeito.”

Trata-se de uma referência *en passant*. Fico absolutamente convicto de que V. Ex^a, exercendo essa brilhante atuação no seu novo partido, com o prestígio que lhe conferiram mandatos anteriores de prefeito, deputado, governador e senador da República, haverá de contribuir, com sua clarividência e descortino, para que não se atropelem fatos políticos que impeçam a governabilidade do País.

Não há dúvida de que V. Ex^a capitalizará o respeito de seus correligionários e a admiração da opinião pública, que deseja ver o Presidente Itamar Franco realizar uma administração fecunda e que essas crises por nós vivenciadas sejam ultrapassadas em nome do desenvolvimento do País.

O Sr. Irapuan Costa Júnior — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Irapuan Costa Júnior — Nobre Líder Mauro Benevides, congratulo-me com V. Ex^a pelo descortino com o qual faz o seu pronunciamento nesta tarde. Gostaria de acrescentar que uma campanha presidencial deflagrada prematuramente é um desserviço à Nação. Tenho notado que os candidatos, principalmente os que já se haviam candidatado anteriormente, não apresentam nenhum plano capaz de levar o Brasil à superação de seus problemas. Considero, portanto, que o debate acerca da sucessão presidencial, além de prematuro, é vazio. Eu faria, ainda, um outro adendo à fala de V. Ex^a, cumprimentando o Presidente Itamar Franco pelo sucesso da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Espero que ocorram outras privatizações, porque, sem dúvida, esse é parte do caminho que se deve trilhar na luta contra o processo inflacionário, que, diga-se de passagem, já foi contornado por todos os nossos vizinhos. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sou eu quem agradeço a V. Ex^a pela oportuna intervenção no meu discurso. Ressalto que os candidatos, por serem candidatos e assim se proclamarem, não trouxeram os seus planos, as suas programações ou algo que justificasse as suas presenças no tablado da competição de 3 de outubro de 1994.

Aludiu V. Ex^a à privatização da CSN. Lembro-me de que, há três meses, quando era apenas Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, Itamar Franco foi acusado de retrógrado porque impunha condições para o processamento das privatizações. Agora, quando as realiza — como fez com coragem, altivez e sobranceira em relação à Companhia Siderúrgica Nacional — recebe, também, críticas.

Acredite V. Ex^a que, no curso do debate em torno da sucessão presidencial, essas clamorosas injustiças a que agora assistimos serão reeditadas, assumirão amplitude e abrangên-

cia ainda maiores e continuarão atormentando o Presidente da República, impedindo Sua Excelência de entregar-se, em tempo integral, ao seus encargos de Chefe da Nação.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço, com imenso prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Líder Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex^a se preocupa com as críticas que o Governo Itamar Franco vem recebendo dos potenciais candidatos à Presidência da República. Vale ressaltar, nobre Senador, que a crítica, numa democracia, pode ser muito útil a um governo. Poderá o Presidente Itamar Franco, inclusive, examinar o conteúdo dessas manifestações e verificar qual o sentido real de que elas se revestem. Em relação ao que ponderou o Governador Leonel Brizola sobre o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional, respondeu o Presidente Itamar Franco que, levando em consideração as recomendações de S. Ex^a, abriu a possibilidade de os fundos de pensão participarem do leilão. O Governador, então, protestou em relação à exiguidade do prazo — 24 horas — com que essa providência foi tomada, o que impediria que os fundos de pensão se articulassem. Se considerarmos o que aconteceu com o leilão da USIMINAS e de outras empresas estatais durante o governo Fernando Collor de Mello, poderemos detectar, com clareza, que os fundos de pensão funcionam de acordo com a coordenação que o Executivo imprime às suas direções. Esses fundos de pensão não possuem propriamente autonomia; seus diretores são designados pelas empresas estatais. A diretoria da PREVI, por exemplo, é escolhida principalmente pela diretoria do Banco do Brasil; a da FUNCEF, pelos diretores da Caixa Econômica Federal. Portanto, eles não são independentes das empresas estatais respectivas. Não houve por parte do Governo Itamar Franco, ao contrário do que ocorreu no governo anterior, a determinação de fazer com que os fundos de pensão participassem dos leilões. Caso contrário, teríamos assistido à participação dessas instituições que nem sequer estão inteiramente livres para fazer o que seus associados desejam. É interessante o fato de que, para salvar o leilão da CSN, participou uma empresa estatal, a VALE DO RIO DOCE, através da DOCE-NAVE. Obviamente houve vontade do Executivo no sentido de que pelo menos uma estatal importante, a DOCENAVE, viesse a participar. Não se pode, entretanto, festejar um grande sucesso na privatização da CSN. Afinal de contas, ela se deu com a venda total de 47,33 milhões de lotes de ação pelo preço mínimo de 605 cruzeiros e 66 centavos. Não se pode comemorar uma privatização que se deu pelo preço mínimo. O Congresso Nacional precisa examinar melhor esse assunto. Acredito que o debate proporcionado pela posição do Governador Leonel Brizola, está sendo interessante e deve merecer maior atenção de todos nós nesse processo de privatização, porque, na medida em que um patrimônio tão importante como o da CSN, não apenas pelo seu valor simbólico mas pelo seu valor real, é vendido para mãos privadas por um preço que parece ser relativamente baixo, isso deve ser objeto da preocupação de todos nós. Com respeito ao comentário do Prefeito de São Paulo, Sr. Paulo Salim Maluf, o Senador Eptácio Cafeteira quis dizer que S. Ex^a não criticou com tanta veemência ou desrespeito o Governo Itamar Franco. Mas é fato que S. Ex^a disse que o Governo Itamar Franco acabou. Na verdade, o que acabou foi o partido do qual era Presidente o Sr. Paulo Salim Maluf, o PDS. Não sei se S.

Ex^a quis trocar a palavra correta, porque o PPR, na verdade, acabou com o PDS, além do PDC.

O SR. MAURO BENEVIDES — S. Ex^a deve ter se equivocado com relação ao sujeito da oração.

O Sr. Eduardo Suplicy — Talvez tenha ocorrido isso. Com respeito à candidatura e às observações que tem feito o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, quero ressaltar que tem sido um movimento gradativamente maior, quase que natural, que impele os filiados, os simpatizantes desse Partido, a designarem S. Ex^a — provavelmente em junho próximo, no encontro nacional — para candidato à Presidência da República. Ressalto que o PT, através de seus membros e de seu Presidente, tem criticado o Governo Itamar Franco, mas, ainda assim, vem mantendo um clima de respeito, de diálogo e procurando ser construtivo em relação ao que faz o Governo. Temos apresentado sugestões. O Presidente Lula levou o Programa de Segurança Alimentar ao Presidente Itamar Franco e agora fará uma peregrinação, nesta caravana pela cidadania, se deslocando pela terra do Senador Ney Maranhão, desde Recife, Garanhuns, Caetés, até Vicente de Carvalho e, obviamente, isso contribuirá para melhor diagnosticar a situação do povo, que vem sofrendo as agruras da seca e das condições estruturais que levam o Nordeste brasileiro a não encontrar ainda o melhor desenvolvimento social possível. Acredito que podemos, Senador Mauro Benevides, ter uma postura crítica em relação ao Governo Itamar Franco e Sua Excelência poderá aproveitar bem essas críticas para melhorar a qualidade de seu Governo.

O SR. MAURO BENEVIDES — Perfeitamente, nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a colocou com absoluta precisão o meu propósito, que é também o seu. Vamos conviver com a crítica. O Presidente Itamar Franco jamais seria infenso a esse tipo de avaliação do seu Governo, pela formação democrática de que é possuidor. Agora, a exacerbação, a virulência, a intensificação dessa crítica, em função de interesses eleitorais momentâneos de uma campanha que começa a ser deflagrada, isso que é o objeto da nossa preocupação, justificando, portanto, a minha presença na tribuna na tarde de hoje, como Líder da minha Bancada, interpretando, portanto, um sentimento que recolhi hoje na reunião da Comissão Executiva da nossa agremiação partidária, quando, ao lado da discussão de assuntos de interesse interno do PMDB, também trocamos impressões sobre o quadro político nacional e a necessidade de se preservar a governabilidade, alcançada, sobretudo, em razão dessas críticas que se ampliam, que assumem uma dimensão maior nesta hora. Queremos que essas críticas persistam, sim, na imprensa, nas tribunas parlamentares, mas nunca para a utilização de candidatos com objetivos inconfessáveis, ou seja, as vantagens políticas eleitorais, conseqüentes dessas críticas acerbas e injustificadas.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Líder Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — Nobre Senador Mauro Benevides, diria que o discurso de V. Ex^a, neste ano legislativo, pode ser classificado como uma das peças de oratória mais importantes, em termos, inclusive, do assunto político. O Senado, de modo até muito estranho, tem se omitido na discussão dos problemas fundamentais relacionados à mecânica política

do País. E, até certo ponto, vejo isso com inquietação. Dentro desta Casa existem lideranças nacionais definidas, vozes que têm autoridade para participar e ajudar nas soluções. Sentimos, desde o momento em que a campanha do plebiscito foi deflagrada, que será insustentável um clima de relativa intranquilidade após 21 de abril. Pior ainda, é evidente que já estamos vivendo o clima de plena campanha eleitoral; seria ingenuidade, a esta altura, até do próprio Governo, pensar que os possíveis candidatos vão refluir nessa marcha ascendente. Diria até, citando parte de um dos editoriais lidos por V. Ex^a: “é como se fosse um gesto de confraria.” O primeiro candidato deflagra a campanha e todos se sentem moralmente obrigados a deflagrar suas próprias campanhas. Mas quero colocar no discurso de V. Ex^a — como sempre, lúcido é com a responsabilidade de Líder do maior Partido de apoio ao Governo — uma preocupação. E filio-me àqueles que defendem a solidariedade da governabilidade: darei meu voto, sempre que for necessário, para manter a governabilidade, porque fui parte integrante, como o foram todos os Srs. Senadores, de um dos processos mais dolorosos deste País, e seria um crime, a esta altura, se colaborássemos para que o Governo não tivesse, de maneira alguma, uma relativa tranquilidade para poder agir. Mas quero manifestar, nobre Líder Mauro Benevides, minha preocupação em relação ao comportamento do Governo como um todo. “Governo...” — parafraseando um filósofo — “...tem que ser arquipélago, governo não pode ser ilha.” E o que está acontecendo no Governo Itamar — é preciso que o Presidente saiba disso — é que a figura do arquipélago não está existindo; os condutos de ligação do Governo com as forças representativas da classe política brasileira, do Congresso brasileiro, não estão funcionando bem. Diria mesmo que o próprio Presidente está engolfado com essa série de problemas que — todos reconhecemos — são advindos de uma outra administração. O Presidente deixou muito à margem o diálogo político e, numa crise que se avizinha agora, com a colocação das candidaturas na rua, Sua Excelência precisa conversar e, a verdade deve ser dita, essa conversa não pode ter intermediários, principalmente quando aqueles que foram eleitos intermediários não estão compreendendo a gravidade da sustentação do Governo nesta Casa. Aqui, no Senado — quero deixar isto muito claro, para que não haja dúvidas — já grassa um foco de insatisfação, que está começando a crescer. Os números estampados aqui no placar eletrônico, quando da votação para que fossem aprovados os nomes dos diretores do Banco Central, começam a ser inquietantes. Foi num crescendo de 7 até 12 votos. Até fiz uma pergunta: de onde vieram esses votos? Logicamente, no momento em que os possíveis candidatos vão tomando posições, há um reflexo e a atuação do Prefeito Paulo Salim Maluf, de quem não sou adepto nem correligionário, já começa a preocupar, porque S. Ex^a conseguiu, dentro desta Casa, num tempo relativamente curto, uma bancada que já começa com 10 integrantes. E se essa bancada ficar contra? Vamos ter muitas dificuldades. Então, Senador Mauro Benevides, a palavra de V. Ex^a é lúcida, é clara, principalmente quando conclama todos a refletir sobre a governabilidade. Não importa a pessoa física do Presidente Itamar Franco, um homem com todas as características para ser um excelente governante; um homem que sempre tem manifestado o propósito de cometer os atos em favor deste País da maneira mais cristalina possível. Senador Mauro Benevides, se não tivermos a iniciativa — e o Senado Federal representa, neste momento, uma Casa de conselho, uma Casa que tem uma alta responsabilidade

da problemática política do País — vamos encontrar graves problemas pela frente. Eu diria até, se isso não machucasse — porque é um direito de crítica que tenho —, que o Governo está agindo com relativo amadorismo num momento de importantes decisões. O Presidente Itamar tem de assumir a condução da questão política. Neste instante rendo a minha homenagem ao Líder Pedro Simon. O Presidente da República não poderia ter sido mais feliz escolhendo como Líder do Governo o nobre Senador Pedro Simon. S. Ex^a tem todas as características de um grande Líder. Mas o que verificamos é que não está havendo nenhum diálogo construtivo e produtivo entre o Senado Federal e o Governo do Presidente Itamar Franco. Neste momento em que participo da sua preocupação e manifesto, de público, a minha solidariedade pela governabilidade, não posso deixar de registrar estas palavras, porque elas brotam do fundo do meu íntimo e têm o sentido de colaborar numa hora em que o País atravessa uma crise tão séria como esta. Felicito V. Ex^a Pena que a sua peça oratória já esteja praticamente no fim. Foi um dos mais importantes discursos proferidos até agora tratando do tema político. Não tenho dúvida de que talvez seja o início de uma série de pronunciamentos de Líderes da sua estatura e do seu porte que aqui vão abordar o problema político brasileiro à luz de uma crítica construtiva. Queira Deus que o Governo saiba receber essas críticas como palavras de solidariedade, com o intuito de ajudá-lo neste momento tão difícil.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, nobre Líder Elcio Alvares, que apreendeu, com a sua proverbial percuciência, os objetivos da minha presença, hoje, na tribuna do Senado Federal para, de um lado, advertir os candidatos que já se lançam à competição eleitoral de 1994 e, por outro, chamar o Senado a uma participação mais saliente, mais preeminente mesmo na discussão da grande temática nacional.

Não teria sentido que nós, ao lado daquelas discussões caracterizadamente regionais, deixássemos passar, sem a nossa presença na tribuna, discussões como esta, que ganha hoje os espaços da grande imprensa brasileira. Se são os jornais, a televisão, enfim, os órgãos de comunicação social que nos chamam a atenção para esses fatos, não poderíamos deixar de fazê-los repercutir agora, ainda mais para que o Presidente da República se compenetre de que o diálogo com a classe política terá que ser permanente, ininterrupto, constante.

Nunca poderá haver uma quebra dessa sintonia entre o Congresso Nacional, por todas as suas lideranças, por todos os seus membros, e o próprio Presidente da República, já que nós — Senadores e Deputados — somos co-responsáveis, em função daquela decisão histórica de 29 de dezembro, pela ascensão do Vice-Presidente Itamar Franco à primeira magistratura do País.

Estou absolutamente certo de que, com este modesto pronunciamento da tarde de hoje, sobretudo com os apartes que procuraram ilustrá-lo, vamos conduzir à reflexão os candidatos a Presidente da República e haveremos de assistir o Dr. Itamar Franco se debruçar sobre esse debate e buscar aquelas ilações indispensáveis para que fortaleça a estrutura de governabilidade do nosso País.

A intervenção de V. Ex^a haverá de surtir efeitos positivos, como sinceramente desejamos.

O Sr. Mário Covas — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com muito prazer, nobre Líder Mário Covas.

O Sr. Mário Covas — Senador Mauro Benevides, também não quero deixar de trazer a minha palavra de solidariedade e identidade com V. Ex^a Temo muito que ela possa germinar em terreno fértil. O que há de novo no momento político é exatamente o fato de que a partir deste instante o que se faz no País é um projeto de natureza eleitoral, que faz com que o candidato tome essa cômoda posição de, enquanto não se conhece bem e o quadro não está bem definido, encontrar o Poder Executivo como instrumento do seu ataque. Isso faz parte da pedagogia, da cultura presidencialista. A rigor, o processo exige sempre uma disputa entre pessoas, e se essa disputa não pode ser vencida com a transmissão das qualidades deste ou daquele candidato, no final, ela acaba sendo vitoriosa pela destruição do candidato adversário. As vezes, valores que não têm muito significado para o exercício da função passam a ser chamados à colação, exatamente porque nesse processo o que fica em jogo é o interesse pessoal. O drama desta campanha que ora se trava no País, para que o povo, finalmente, possa decidir se o que lhe interessa enquanto Nação, para efeito do seu autogerenciamento, é o presidencialismo ou o parlamentarismo, esbarra exatamente nessa dificuldade. A campanha toda é conduzida e ficamos procurando explicar por que ela não atinge os seus objetivos, como se ela fosse uma disputa entre pessoas, quando o que há hoje é um conflito entre duas idéias. O dramático é se não nos apercebermos que, a rigor, isso não tem nada de estratégico. As posições hoje já sabidas em relação ao Governo Itamar Franco são meramente táticas. Como aceitar que um prefeito recém-empossado diga que o Governo do Presidente Itamar Franco já terminou? Em São Paulo, o que se vê de grande mérito na obra do Prefeito, até agora, foi S. Ex^a ter anunciado que não aumentaria os impostos e ter corrido atrás do seu aumento assim que assumiu. Quem sabe se é isso que significa não ter acabado? S. Ex^a tem todo o direito da crítica que faz, como de resto tem o Governador Brizola ou qualquer outro candidato. O que parece paradoxal é que, neste instante, qualquer coisa é usada não para efeito de fixar a própria posição, mas para construir o seu lugar de resguardo em função daquilo que parece o erro dos outros. Não creio que isso vá mudar. Tenho visto muita especulação a respeito do que acontecerá neste País depois do dia 21 de abril, sobretudo se passar o presidencialismo. Vão se exacerbar as críticas. Não se pode esperar, num sistema onde prevalecem as individualidades, que as pessoas tenham uma conduta de acordo com as conveniências da Nação. A conduta será em função do processo, em função do que as pessoas supõem sejam as causas e conseqüências daquilo que perseguem. Noto até mudanças de posição, e as mudanças de posição tem um conteúdo meramente tático. Não importa muito a história de governabilidade — este não é um vocábulo que eu goste, ado para várias situações desde o Governo passado. Para mim, governabilidade é o exercício pleno da democracia. Quanto mais democracia se tem, mais governabilidade existe. E democracia, para mim, se compõe de oposição e governo. Não vejo mal algum que a partir de 21 de abril as forças políticas se definam com mais nitidez, com mais clareza e o Governo passe a ter uma cara mais visível, mais conseqüente com a resultante de forças que o apóiam ou que a ele se opõem.

Não considero isso uma inconveniência, pelo contrário: é algo que caminha na linha de governabilidade. O que contraria a governabilidade — porque exacerba a crítica no terreno pessoal, sem o menor sentido para os destinos da Nação —

é a posição tática de criticar meramente porque parece conveniente; porque é de bom tom bater no Governo às vésperas de eleição, num País onde os problemas são múltiplos. O que me surpreende é que se faça isso à véspera das eleições; é isso ser usado como um expediente destinado a favorecer uma posição de natureza eleitoral. Ora, nesse instante não se teria adotado, em relação à privatização de uma empresa, a posição que era visualizada por um governador de estado, que tem o mais legítimo direito de sustentar essa posição, porque detém o mandato parlamentar recentemente oferecido e, portanto, é parte integrante desta situação. Meu Deus! Se a cada instante que se decidir de maneira diferente da minha neste País, isso me expulsar para uma posição de completa antinomia em relação a quem governa, não haverá nunca possibilidade de algum tipo de acordo de natureza política — usada a expressão aí no seu melhor sentido. Faz bem V. Ex^a em insistir no tema, em trazer à baila este assunto. É preciso que a Nação saiba que há uma parte dela atenta para isso, que uma parte está vendo que o sentido tático da posição tem nada ou muito pouco com o destino da Nação. Meramente objetivo o interesse de alguns poucos setores onde, afinal e com justa razão, o débito pela situação existente é sempre atribuído ao Governo de plantão. Não tenho muita esperança nem muita expectativa de que essa conduta mude. Acho até que ela vai se exacerbar à medida que o tempo passe. Quem sabe ela traz como contrapartida alguma outra vantagem — é o fato de que teremos terrenos mais nítidos. Não é muito conveniente para a Nação que, neste instante, se tenha toda a vida política traumatizada por um debate que irá situar-se no plano pessoal, envolver acusações de natureza pessoal, juízos de valor que, neste instante, pouco têm a ver com o destino. Portanto, não mantenho grande esperança de mudança. O máximo que posso fazer é contribuir com a minha voz para alertar a Nação de que isto tem esse sentido, esse conteúdo e essa direção. O Governo Itamar nasceu das ruas. Ele não é Governo nem do quartel e nem do voto. É um Governo que saiu das ruas e, portanto, saiu com o aval da sociedade brasileira. Isto não nos obriga, a nenhum de nós a, chegando ele ao poder, dar-lhe sustentação de natureza política, mas nos obriga, pelo menos, a uma visão de mundo, a uma visão do momento político brasileiro, certa tolerância, certa grandeza, certa dimensão. Espero que o Presidente esteja bem consciente disso, mas espero que sobretudo aqueles que aspiram chegar à Presidência tenham igualmente consciência disso. Enfrentar, mais cedo ou mais tarde, um dado de natureza eleitoral é uma equação que vai valer para qualquer governo. Isso Sua Excelência vai ter que enfrentar, mais rapidamente, porque o seu tempo é mais curto. Temos o direito de pedir à Nação e aos que nela fazem política de forma permanente que, uma vez, tratem o processo eleitoral como algo normal, legítimo, algo em que a mudança na faixa de poder mais elevado da Nação seja meramente um instrumento para que cada um possa cumprir os seus compromissos de natureza popular. Solidarizo-me com V. Ex^a. É bom que vozes como a de V. Ex^a venham à tribuna ressaltar o significado, a importância e os desvios deste instante. É importante que vozes autorizadas como a de V. Ex^a nos tragam, com a sua enorme competência, sobretudo com o seu talento político, o seu testemunho. E é importante que fique essa semente, que espero germine junto a cada uma das eventuais candidaturas e junto a cada um de nós, que afinal perfilamos com cada uma delas, a idéia de que a Nação, o País está acima da mesquinhez de uma disputa eleitoral.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, nobre Líder Mário Covas. Acredito que a minha voz só poderá ter alguma tonitruância na defesa desses princípios, se contar, como efetivamente contou, com a solidariedade de V. Ex^a e de outros eminentes colegas que testemunharam a mim, nos apartes com que me honraram — trouxeram todos eles a certeza de que há uma necessidade imperiosa de tentarmos o arrefecimento do ímpeto político-eleitoreiro que já começa a dominar o ambiente do nosso País, trazendo prejuízos àquilo que V. Ex^a não gosta que se denomine “a governabilidade”. Anteriormente, a restrição que se fazia era à expressão “pacto de governabilidade”, mas agora V. Ex^a também o faz em relação à própria governabilidade. Vamos buscar o quê? O contexto da administração Itamar Franco que devemos preservar, não de uma crítica bem orientada, bem dirigida, mas de uma crítica exacerbada, como se tem constatado nos últimos três dias, a ponto de esse fato integrar os editoriais dos principais órgãos da imprensa brasileira.

Estou absolutamente certo, Senador Mário Covas, da posição correta que o Senado assume a partir deste instante — digo o Senado não apenas pela minha manifestação, mas sobretudo pela repercussão que os apartes haverão de alcançar; naturalmente esta Casa pode conduzir os candidatos a uma postura de reflexão para que eles não obstaculizem, como vêm fazendo agora, o ritmo da própria administração, obrigando o Presidente a sair dos debates dos problemas para ele próprio responder a essas críticas, a esses apodos, a essas acusações que lhe têm sido injustamente assacados.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Líder?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho, com muito prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho — Infelizmente não ouvi o discurso de V. Ex^a desde o começo, só consegui ouvir o final. Depois dos apartes que ouvi, ainda no meu gabinete, do Líder o PT nesta Casa e agora do nobre Senador Mário Covas, Líder do PSDB, ocorreu-me perguntar se está havendo exacerbação no ataque ou exacerbação na sensibilidade ou hipersensibilidade do Governo. O Presidente do Partido do Senador Mário Covas fez, já há algum tempo, críticas mais severas do que aquelas que estão sendo atribuídas ao Presidente de honra do Partido que acabou de nascer da fusão do PDS com o PDC. O Líder, incontestemente, do PT nacional, aproveitando esta informação, que se dizia da palavra do Prefeito de São Paulo, foi mais longe, disse: “Não acabou porque nem começou”. No entanto, parece que, aqui, questões políticas de São Paulo fazem com que se considere a declaração do Prefeito de São Paulo — que não foi dada aqui, durante a nossa convenção, não ouvimos isso em nenhum momento — como uma agressão intolerável, insólita, ao Presidente da República. Eu também, como V. Ex^a, discordaria humildemente da opinião do Senador Mário Covas sobre a governabilidade. Acho que estaríamos comprometendo a governabilidade (o vocábulo não apenas existe no dicionário, mas também no jogo político em si), caso estivéssemos, através de determinadas posições, como partido, fazendo uma oposição sistemática ao Governo e pudessemos com isso impedir que ele andasse, que ele prosseguisse nos seus atos. A conduta do PDS e do PDC, nesta Casa, não é esta, não foi esta e esta não será. De maneira que não posso entender, nobre Senador Mauro Benevides, o excesso de sensibilidade diante de uma declaração que,

por si só, se destrói, a partir do momento em que o Governo mostre que existe. Eu é que estou surpreso com essa exagerada exacerbação em relação a uma crítica. Fala-se tanto aqui em democracia! Pratica-se tanta democracia! Não é possível absorver uma crítica, mesmo que ela não seja justa, mas desde que ela não ofenda moralmente ninguém? Onde está a ofensa ao Presidente da República na expressão utilizada pelo Prefeito Paulo Maluf, se a terá dito, de que "o Governo já acabou"? E o outro disse que "nem acabou, porque não começou". São juízos de valor, ditos por pessoas indigentemente como candidatos — pelo menos este aqui, durante a convenção, ainda como tal não era tido —, e, sinceramente, não sei se, considerado o Governo, hoje, pela palavra de V. Ex^a como Líder, pela palavra do Líder do Governo, pela palavra do Líder do PSDB, que apóia o Governo — tem quatro Ministérios dentro do Governo —, não se possa fazer também uma declaração dessa natureza. V. Ex^a, que é, acima de tudo, um cavalheiro, um *gentleman*, que nos presidiu nesta Casa sempre com essa postura, naturalmente, durante as suas campanhas eleitorais, no nosso glorioso Ceará, deverá ter absorvido coisas dessa natureza. Não vejo onde está o insulto. Aqui, del-rei! "O Governo está sendo impedido de governar porque o Prefeito de São Paulo diz que o Governo não começou". Não considero isso, perdoo-me V. Ex^a, capaz de merecer a admoestação ou a objurgatória que acaba de ser feita. Desculpe-me V. Ex^a se eu não incorporo aos apartes que V. Ex^a recebeu com tanto agrado aquele que, no momento, tenho a honra de lhe dar.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Líder Jarbas Passarinho, V. Ex^a vê que nesta Casa, realmente, pratica-se rigorosamente a democracia. Cada Senador expressa o seu ponto de vista e o faz exatamente dentro dos princípios, das idéias e da formação de cada um.

Acredito que um Presidente da República ou um Ministro de Estado, acusados pela imprensa de incompetentes — e aqui está o Presidente do Partido de V. Ex^a dizendo, na *Folha de S. Paulo*, que, realmente, o Presidente Itamar é incompetente, com as acusações que se desdobram da lavra de outros candidatos presidenciais em relação...

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas veja V. Ex^a, se me permite, por oportuno, no momento: incompetente. Um juízo de valor. Veja V. Ex^a que o mesmo Dr. Paulo Maluf já recebeu, de outra vez, uma resposta dizendo que ele, sim, é que é competente, porque compete, compete, compete e perde. (Risos.) Então, esta é uma resposta jocosa, é do jogo floral do Parlamento. Mas insultar? Por que considerar insultado desse modo? Agora, houve insulto. Não vi o discurso...

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Jarbas Passarinho, conheço a formação de V. Ex^a Com o seu prestígio, com o seu talento, com o seu tirocínio, alicerçados ao longo de vida pública irrepreensível...

O Sr. Jarbas Passarinho — O que é que vem depois?

O SR. MAURO BENEVIDES — ... se alguém irrogasse à sua face a increpação de incompetente, eu sei como V. Ex^a revidaria. Conheço realmente a sua formação e o seu temperamento. V. Ex^a, como homem do Acre ou do Pará, não levaria para casa esse desafio!

O Sr. Jarbas Passarinho — Conhece e acertou. Eu ia provar a minha competência para desmoralizar a acusação. Li nos jornais declaração muito mais grave, partida de um

ilustre líder do PDT nacional. Essa, sim, é que me pareceu... Chamar de traidor? Aí é que, V. Ex^a me conhecendo, saberia como eu responderia. Agora, se me chamar de incompetente, vou provar que sou capaz de competir e vencer. Tenho capacidade para isso. Muito bem, é uma prova.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Jarbas Passarinho, posso dizer a V. Ex^a que não tive nenhum momento de relutância em vir a esta tribuna, na tarde de hoje, uma terça-feira de Semana Santa, quando extraí do noticiário da imprensa, e sobretudo dos editoriais dos principais órgãos de divulgação do País, esse quadro de preocupação, de crítica e de condenação à antecipação da campanha presidencial. O tema central do meu pronunciamento, corroborado de forma praticamente unânime pelos Senadores que antecederam V. Ex^a, através de apartes, foi exatamente de que temos de estancar o processo político-eleitoral porque, se assim não fizermos, o Presidente da República verá alcançada a governabilidade do País. É por isso que estou neste instante aqui, na tribuna, para conduzir o próprio Senado Federal a essa postura e, muito mais que o Senado, conduzir os candidatos à Presidência a essa reflexão para que reformulem o caminho que começaram a trilhar como aspirantes à Primeira Magistratura do País.

O Sr. Gerson Camata — V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Gerson Camata — Ilustre Senador Mauro Benevides, ouvindo atentamente tanto a fala oportuna de V. Ex^a quanto os apartes que foram aqui colocados, entendo que V. Ex^a não está apenas fazendo um discurso, um pronunciamento, mas está, de certa maneira, fazendo uma advertência diante do quadro que está desenhado no País. Essa preocupação de V. Ex^a — certamente não só de V. Ex^a e da imprensa, mas de todos nós, que somos políticos, porque nos momentos de reflexão vem à nossa mente, à nossa imaginação, ao nosso pensamento, essa advertência que V. Ex^a faz — nós já a ouvimos nos corredores da Casa, nos gabinetes e mesmo nas ruas e nos setores organizados da sociedade civil, como também na imprensa, como V. Ex^a mostra, há vários dias. Acredito que a preocupação de V. Ex^a e dos apartantes advém do quadro que está armado atrás desse surgimento prematuro das candidaturas à Presidência da República. Se observarmos bem, parece que há uma conjuração, aliás muito competente e organizada, para levar o País a uma crise para, talvez, não se chegar à eleição de 94. Vamos começar pelo Legislativo, fazendo um mea-culpa: o Legislativo está devendo um pouco ao País em matéria de sustentação, de estabilidade, e até de provocar o Governo para tirá-lo dêsse imobilismo que se observa. Veja V. Ex^a que a reforma tributária, que era um pouco mais profunda, que veio do tempo do Collor, reformulada pelo Ministro Haddad, terminou aqui no Senado — e ainda não completa — com um tímido imposto sobre os cheques, um imposto de cuja eficácia até o próprio Governo hoje duvida. Quer dizer, não tivemos a coragem — fomos conservadores nesse aspecto — de avançar para uma posição em que houvesse uma reforma fiscal, pelo menos um pouco mais adiantada, para garantir ao Governo uma margem de manobra de recursos financeiros — porque o grande problema nosso não é político, é econômico — para tirar o Brasil e o Governo dessa situação em que se encontram. O Orçamento Geral da União só foi aprovado pelo Poder Legislativo na

semana passada e é preciso que reconheçamos que houve um atraso lastimável nesse aspecto. Há uma série de leis complementares que, se fossem votadas pelo Poder Legislativo com mais celeridade, prestariam ao País e ao Presidente um pouco mais de sustentação, gerando um grande fator de estabilidade. Com relação ao Poder Judiciário, o País reclama da impunidade, do problema sério dos atrasos nos julgamentos e dos processos que tramitam durante dez, vinte, trinta anos. No que diz respeito aos empresários, numa época como essa, em que a inflação oscila em torno de 26 a 27%, vemos aumentos de preços que alcançam os índices de 70 a 80 mil por cento. No que tange à educação, se de um lado vemos a falência do ensino público, do outro lado, os colégios particulares estão aumentando as mensalidades em mil e tanto por cento, levando a classe média alta a protestar nas ruas, como estamos vendo em todo o País. No que toca à área empresarial, há uma sonegação de impostos — como disse aqui, outro dia, o Senador João Calmon, baseado em dados da CPI da Sonegação Fiscal — que chega a 50%. É quase uma desobediência civil. Lá embaixo, a maioria da população está desempregada, está faminta, está enfrentando problemas cuja grandeza e intensidade, às vezes, não chegamos a imaginar. Começa um processo que foi político quando se iniciou a desestabilização do governo militar, quando setores mais radicais do PT começaram a promover os saques nos supermercados, o que agora está acontecendo quase espontaneamente, oriundos da situação difícil que a população enfrenta. Atrás desse quadro que V. Ex^a mostra aqui — dos candidatos à Presidência poderem desestabilizar o País — há uma total instabilidade, um quase pântano onde se deve pisar com muita sensibilidade para que não ocorra um processo que desencadeie alguma convulsão social, como os militares vêm advertindo há algum tempo. Dentro desse quadro de competência para levar o Brasil à crise, todos agindo competentemente para que a situação se agrave, aparecem os candidatos à Presidência da República — e o Senador Mário Covas disse bem — colocando o interesse pessoal acima do interesse da Nação, do interesse do País. E me recordo de uma queixa amarga do Presidente Itamar Franco: os líderes dos partidos que estão dentro do Governo entoam loas e, ao sair, fazem críticas dolorosas, pesadíssimas ao Governo. Não estão solidários, esses partidos que teriam mais obrigação, nesse momento que o País atravessa. Dentro desse cenário, V. Ex^a está fazendo uma advertência que é cabível no momento. Todos nós, Executivo, Legislativo, Judiciário, empresários, líderes intelectuais devemos começar um movimento, pelo menos com um mínimo de contribuição coletiva para que o País vá alcançando os próximos degraus e possa chegar até 1994, onde se espera passar o Brasil a limpo. Começamos a correr em cima de uma linha de muita instabilidade, de muita preocupação que induz alguns setores a um pensamento de dúvida: chegaremos lá com esse quadro que se tenta antecipar? Não vejo a fala de V. Ex^a como um pronunciamento, mas uma advertência que mostra onde poderemos chegar se nos anteciparmos, se formos por esse caminho que estamos indo; e como fazer para não chegarmos a coisas piores que podem estar à frente, como desviar o caminho. Unidos, chegaremos à eleição de 1994 com tranquilidade, colocando o País nos seus trilhos e nos caminhos que todo o povo brasileiro deseja. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade da fala e da advertência.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Gerson Camata, V. Ex^a compreendeu com admirável precisão o obje-

tivo da minha presença na tribuna na tarde de hoje. Acredito que essa retrospectiva que faz do quadro, do panorama nacional, essas dificuldades imensas vivenciadas pelo País, tudo isso realmente nos conduz a um estado de espírito que deve estar presente no Congresso, nas praças públicas, em qualquer movimento que reúna grupo de brasileiros. Em qualquer plenário pequeno, médio ou grande devemos ter presentes esses fatos que objetivem, sobretudo, garantir ao Presidente da República a ultrapassagem dessa quadra realmente adversa.

A solidariedade a que V. Ex^a aludiu nesse instante está realçada pela manifestação do Líder do PMDB e pelos outros partidos que também trouxeram a mim a expressão muito clara de adesão a essas idéias, a esses princípios. Esse é o posicionamento que desejo que o Senado assuma a partir deste momento, para que nunca se diga que esta Casa se omitiu no instante em que candidatos à Presidência da República deflagraram, antes do tempo, as suas campanhas eleitorais.

Estamos conscientes das nossas responsabilidades e tudo faremos para garantir a sustentação à governabilidade a fim de que ajudemos o Presidente Itamar Franco a superar, de fato, essas dificuldades com que nos defrontamos.

Concluo, Sr. Presidente:

Diante, porém, das críticas acerbas ultimamente veiculadas, com o intuito de denegrir a sua figura e invalidar o esforço despendido para superar a difícil fase por que passa o País, entendi do meu dever instar à reflexão aqueles que, candidatos ou não à Presidência da República em 1994, investem, de maneira contundente, contra um homem que tem a seu cargo o comando político-administrativo do País.

Em razão da proximidade de uma revisão constitucional, que deverá processar-se na data prevista pelo Ato das Disposições Transitórias, até lá os candidatos deveriam aguardar as alterações a serem introduzidas em nossa Lei Fundamental, mantendo as respectivas postulações nos limites do bom senso, sem os exageros representados por apodos e agressões despropositados ao Presidente Itamar Franco.

Se críticas tiverem que formular a atos governamentais postos em prática pela atual gestão, tenham presente, contudo, o resguardo da imagem do Chefe da Nação a fim de que o mesmo desfrute de condições para prosseguir na sua faina diuturna de buscar solução para os magnos problemas do País.

Por sua vez, Itamar saberá manter a postura de um magistrado, preocupado apenas em consolidar a nossa estrutura democrática e a oferecer ao seu sucessor um País em ordem, com perspectivas de alcançar o ano 2000 sem os graves percalços da atual situação que atormenta milhões de compatriotas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. MAGNO BACELAR — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MAGNO BACELAR (PTD-MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tive a honra de apartear o nobre Senador e Líder Mauro Benevides, tendo em vista estar

ausente do plenário e ao chegar a luz vermelha assinalava tempo esgotado; pautado que sou a respeitar sempre o Regimento, aguardei para falar como Líder.

Inicialmente, gostaria de congratular-me não só com os oradores, mas com a Casa, por estarmos vivendo, nesta tarde de terça-feira santa, os velhos tempos em que os debates aqui se travavam com liberdade de crítica, e onde se tinha a oportunidade de ouvir grandes oradores.

Sr. Presidente, assusta-me profundamente a sensibilidade demonstrada pela própria classe política quando um colega manifesta uma opinião; eu mesmo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou sendo processado não por emitir uma opinião, um conceito, mas por formular uma pergunta. E no momento em que o Governador Leonel Brizola faz uma crítica ao Senhor Presidente da República, a exemplo do que ocorreu também com o Prefeito de São Paulo, Sr. Paulo Maluf, toda a sensibilidade, todos os melindres da classe política afloram; isso não ocorre quando é tratado pela imprensa, à qual louvo a liberdade que tem. Mas a imprensa tem feito críticas cáusticas, às vezes muito duras e até injustas, sem que se fale em defesa; fica-se sem resposta.

Estamos conscientes, Sr. Presidente, de que o País enfrenta um grave momento da sua História; temos essa consciência e estamos voltados à ajuda e ao apoio ao Governo. Sabemos que a gestão Itamar Franco se iniciou sob uma crise das mais graves, mas esse exemplo de democracia, praticado esta tarde, com os discursos e apartes, deve estender-se também ao Executivo.

Foi dito aqui, Sr. Presidente, que os candidatos à Presidência começam a trabalhar pela ingovernabilidade. Que candidatos, Sr. Presidente? Qual foi o Partido que já realizou convenções e lançou candidatos? Quando o Governador Leonel Brizola, que tem uma tradição política de defesa das causas nacionalistas, vem em defesa de um símbolo, como se constituía a CSN, passa a ser cotado como um candidato, e o que é pior, sem planos. Como alguém pode ser candidato sem planos se ainda não existem candidatos? E reclama-se todos os dias da falta de planos do Governo Itamar. E fala-se da mesquinhez da campanha eleitoral. Que campanha eleitoral, Sr. Presidente? No momento, estamos vivendo uma campanha pelo plebiscito, campanha essa que, por ter sido colocada em momento impróprio, não chegou sequer a sensibilizar a opinião pública.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Tenho a honra de ouvir V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Lamento ter que discordar de V. Exª, em primeiro lugar, porque V. Exª faz questão de afirmar que não existem candidatos à Presidência. Oficialmente, não; de fato, sim. V. Exª há de convir que essas campanhas começaram sem a preocupação de defender princípios, programas e idéias. O que se vê é o Sr. Lula, criticando acerbamente o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Antônio Carlos Magalhães e o Sr. Paulo Maluf; o Sr. Paulo Maluf criticando o Sr. Lula, o Sr. Leonel Brizola e o Sr. Antônio Carlos Magalhães; o Sr. Antônio Carlos Magalhães criticando fulano e sicrano. Então, é uma questão pessoal. Esse lançamento de campanhas nas ruas do Brasil não é do interesse público. Mas não acredito, também — e nisso discordo de alguns companheiros — que esse lançamento venha a criar condições de ingovernabilidade. O Governo tem que ser suficientemente forte para se sobrepor a essas críticas. Admito que não é

do interesse público o lançamento dessas campanhas — não só admito como estou certo. Está muito cedo para isso. Ainda temos que tratar de vários assuntos, mas V. Exª poderá dizer: Nenhum partido lançou candidato. Oficialmente, não. Mas V. Exª sabe que o PT já tem um candidato assim como o partido de V. Exª tem um candidato — está fazendo uma campanha incrível no horário gratuito do plebiscito. V. Exª não pode afirmar cem por cento, mas acredito que também seja candidato o Sr. Prefeito Paulo Maluf, do novo Partido PPR, e outros que querem se lançar. O momento não é propício para tal, não é oportuno. Mas, se quiserem se lançar, mesmo enfrentando o interesse público, isso não vai tirar governabilidade de ninguém.

O SR. MAGNO BACELAR — Nobre Senador Jutahy Magalhães, agradeço a V. Exª o aparte e me permito concordar com duas colocações que fez.

Quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez, estava viajando pelo interior do Maranhão e parei num posto, às 6h da manhã para abastecer. Um caboclo, lá do sertão da minha terra, perguntou: Deputado, o senhor já está em campanha? Eu estava vindo de carro para assumir, pela primeira vez, o cargo de Deputado Federal. Falei: — Não. E ele disse: — Política, Deputado, é como agricultura, acaba uma safra, começa-se a trabalhar a outra.

Na verdade, desde o momento da eleição do Sr. Fernando Collor, já se presumia quem seriam os novos candidatos ao próximo pleito. E é democrático.

Concordo também com V. Exª, quando diz que não interessa à Nação brasileira a discussão de candidaturas. Junto-me a V. Exª e a todos aqueles que consideram que o momento é tão grave, o povo está tão desiludido, carente de tantas providências para lhe matar a fome, lhe garantir o emprego e o teto, que não é oportuno discutir política, sucessão presidencial.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite mais um aparte? (Assentimento do orador). Presunção de candidatos, acredito que sempre tenhamos. Agora, penso que esses possíveis candidatos não deveriam ir para campanha pública neste momento. Esta é a hora de todos darmos as mãos e ajudarmos o Presidente da República nesta fase crítica que o País atravessa. Este é um Governo de transição, que não resolverá todos os problemas nacionais; ninguém os resolve em um mandato integral, muito menos em metade de um mandato. Mas é necessário um entendimento em torno de um programa mínimo para que possamos caminhar para as próximas eleições e termos um novo Presidente da República, porque, infelizmente, creio que é isso que vai acontecer neste País: teremos um novo Presidente da República. Por essa razão, nobre Senador, eu disse que lamentava discordar, mas como princípio estaremos concordando.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço mais uma vez a V. Exª

Mas, Sr. Presidente, ouviu-se também, na tarde de hoje, que se está obrigando o Senhor Presidente da República a vir responder pessoalmente as críticas. Neste ponto faço um apelo ao Presidente Itamar: que Sua Excelência, pessoalmente, não desça ao nível de dar resposta a críticos e políticos. Não que eles não mereçam, mas porque Sua Excelência tem problemas muito mais graves para resolver.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, isso corresponderia a se implantar novamente no Palácio a filosofia do "bateu, levou".

O Sr. Epitacio Cafeteira — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Concedo o aparte ao Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Eu começaria exatamente pelo término da fala de V. Exª. O Presidente está tendo que tomar essa posição de “bateu, levou”, de dizer, de dar entrevista, de reclamar, porque o Presidente Itamar Franco está como um automóvel que não tem pára-choque. Ninguém, do Governo, se coloca como pára-choque do Governo. Ouvimos, hoje, o discurso do nobre Senador Mauro Benevides, Líder do PMDB que, de certa forma, faz parte do Governo e veio em sua defesa. Normalmente, o que temos visto é que sempre aparece alguém para ser o autor das coisas boas que saem do Governo Itamar Franco. Por exemplo, agora, no adiantamento salarial do funcionalismo, quando havia três índices, e o Presidente optou pelos 33%, o autor do índice foi o PT, com a Srª Luiza Erundina e com o Ministro do Trabalho; não foi o Presidente. Se o percentual fosse 13 ou 15%, com toda certeza iriam debitá-lo ao Presidente Itamar Franco. É isso o que está acontecendo. Como se trata de um Governo sem pára-choque, a batida é sempre na lataria, conseqüentemente, tem que machucar por falta de um anteparo! Até os partidos que participam do Governo aproveitam para bater. É uma situação difícil para o Presidente. Na falta de quem o defenda, Sua Excelência mesmo sai em sua defesa. Agora, o que é preciso que se deixe claro é que as instituições brasileiras estão tão consolidadas que foi possível tirar um Presidente da República sem haver nenhum arranhão nessas instituições. Não vai ser, portanto, o fato de estarem candidaturas sendo colocadas na boca do povo ou na imprensa que vai criar qualquer problema de ingovernabilidade ou de falta de garantia de nossas instituições. Podemos citar, por exemplo, o candidato Lula, que não chegou sequer a lançar candidatura, porque, desde 1990, continuou a campanha, não parou um minuto sequer. Instalou logo um governo provisório, paralelo, e seguiu em campanha. E, assim, as candidaturas vão surgindo. Porém, essas candidaturas não criarão dificuldades para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Peço ao nobre orador que conclua o seu aparte ao discurso do Senador Magno Bacelar, porque devemos iniciar a Ordem do Dia.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Vou concluir, nobre Presidente, mas o tempo dado, ainda há pouco, ao Líder do PMDB, o nosso ex-Presidente Mauro Benevides, foi bem maior. Houve uma espécie de complacência da Mesa: a lâmpada, de tanto apagar e acender, parecia que ia queimar; e não houve nenhum problema.

Por que, em se tratando de um Partido modesto, pequeno, tem V. Exª de pedir ao apartante que conclua? Vou concluir, dizendo que concordo com o nobre Senador Jutahy Magalhães: candidaturas não desestabilizam governos; principalmente quando chamam mais atenção do que um plebiscito marcado para o dia 21 de abril e com campanha na televisão. O que o povo quer saber não é a forma de governo; o povo quer saber onde vai conseguir o emprego, onde vai encontrar uma escola para o seu filho e uma cama para o seu doente. Isso é que está fazendo com que o povo comece a ver que candidato pode trazer uma proposta que venha ao encontro dos seus anseios. Agradeço ao nobre Senador Magno Bacelar pelo aparte que me deu e ao nobre Presidente por ter me deixado concluir pelo menos esse raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Agradeço a compreensão do Senador Epitacio Cafeteira e asseguro a S. Exª que a mesa está funcionando; não vai “queimar”.

O SR. MAGNO BACELAR — Senador Epitacio Cafeteira, agradeço a honra do aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, veja V. Exª: não tive a honra de apartear o Senador Mauro Benevides exatamente para respeitar o tempo que estava findo e não pude me furtar a permitir o aparte dos nobres Senadores que me honraram, porque é até próprio da democracia a contestação; quando permitimos, não sabemos se será a favor ou contra.

Sr. Presidente, o que gostaria de deixar bem claro nesta tarde é que as candidaturas, ao invés de atrapalhar, fortalecem a democracia. O Sr. Governador Leonel Brizola, quando fala, tem legitimidade para tal, pela sua luta, pela sua vida, pela sua história; a maneira contundente é característica de S. Exª. Até mesmo ao falar de oposição, teve o Governador Brizola o cuidado de convocar o Diretório Nacional, as Bancadas na Câmara e no Senado, para discutir, no dia 13 próximo, terça-feira, a posição a ser adotada.

Tenho convicção, Srs. Senadores — e também Nação brasileira — de que o PDT jamais se furtará a apoiar o Governo naquilo que julga fundamental ao desenvolvimento do nosso País. Mas não ficará preso, por ter uma posição de independência própria do nosso partido, a não poder sequer fazer uma crítica.

Sr. Presidente, enquanto a luz vermelha acende, não só aqui, mas nos horizontes brasileiros, fazemos votos para que se respeite a posição dos políticos, que têm legitimidade para tal, e para que se acenda uma luz de esperança para o Brasil de amanhã.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Carlos De'Carli — Gerson Camata — Gilberto Miranda — Hydekêl Freitas — João França — Moisés Abrão — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 314, de 12 de março de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 38 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os itens 1 e 2 da pauta da Ordem do Dia de hoje, em fase de votação, ficam com sua apreciação adiada por falta de quorum.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem),

que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — **item 3:**

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública. (Dependendo de parecer.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, para emitir parecer, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer que ora apresentamos a esta Casa é sobre a Emenda Substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 202-F, de 1991 (nº 179/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada. O regime de prestação de serviços públicos mediante concessão é previsto no art. 175 da Constituição Federal e regula todas as formas de concessão de obras públicas.

Como nós sabemos, esse substitutivo resulta de uma lei de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, aprovada no ano passado por esta Casa e enviada à Câmara dos Deputados. Lá, sofreu uma emenda substitutiva, que não se baseou na estrutura, no esqueleto formal do projeto original, mas propôs uma alternativa que é substancial, estrutural e formalmente bastante distinta daquela original.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, acabamos recebendo aqui um substitutivo que, na verdade, é um novo projeto. Em nada o substitutivo se parece com o projeto original, seja na sua estrutura, seja na sua montagem ou no caráter organizacional dos artigos. Isso nos criou um sério empecilho regimental: a impossibilidade de trabalhar de forma mais criativa, mais abrangente, mais profunda no processo de emendamento desse substitutivo. Como sabemos, quando um projeto original desta Casa volta ao Senado, após ter sido apreciado

pela Câmara, estamos limitados, regimentalmente, a dois procedimentos: ou aplicamos destaques supressivos, subtraindo do texto partes com as quais não concordamos, ou apresentamos destaques para inclusão de partes do texto original.

Ora, isso é simples, é mais fácil, é uma adequação mecanicamente mais aceitável quando o substitutivo aprovado pela Câmara tiver se baseado, do ponto de vista estrutural e formal, no projeto original. Aliás, do ponto de vista ético, é quase uma armadilha. Foi quase uma armadilha o que a Câmara dos Deputados preparou para o Senado. Apresentou-nos um modelo, uma proposta sobre a qual estamos rigorosamente limitados e impedidos de criar, de revigorar, de renovar, de redimensionar. Estamos atidos estritamente ao poder de suprimir ou de recuperar partes do texto original. Mas essa recuperação do texto original se dá de forma muito canhestra porque como o novo texto, ou seja, a proposta substitutiva nada tem a ver com os termos do projeto original, não há como adequar, não há como combinar, não há como engajar um texto no outro e produzir uma proposta que tenha um mínimo de coerência, um mínimo de ordenamento de texto, de sentido e de eloquência.

De modo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós, há algum tempo, no início deste ano, exatamente no período extraordinário, chegamos a propor ao então Presidente desta Casa, ao ilustre Senador Mauro Benevides, que déssemos início a um novo projeto, tal era a limitação, o aprisionamento que nos tinha sido imposto pela Câmara dos Deputados. Um novo projeto permitiria novos termos de negociação, novas bases de formulação daquilo que era tido e havido como o básico e essencial para a Lei das Concessões.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Quero oferecer-lhe o meu testemunho da sua preocupação permanente no sentido de se desincumbir da missão que lhe fora conferida e delegada praticamente no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a chancela de todos nós, quando exercia a Presidência da Casa. Desde o primeiro momento, listamos essa matéria como da maior relevância dentro desse contexto de diretrizes éticas e morais da vida pública do País. Sempre nos defrontávamos com implicações de natureza regimental para apresentação — quem sabe — de um outro projeto sobre a matéria, já que V. Exª teve que se ater, exclusivamente, àquelas inovações introduzidas pela Câmara dos Deputados. Com a sua competência V. Exª buscou uma saída que vai permitir a viabilização do projeto, escoimado, expungido daquelas normas que não se ajustavam, realmente, ao perfeccionismo legislativo que todos desejamos. Portanto, no instante em que V. Exª vem à tribuna para se reportar à matéria, sou compelido por um imperativo de justiça a destacar que, desde o primeiro momento, V. Exª aceitou essa delicada missão e dela certamente irá desincumbir-se com pleno êxito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. V. Exª, com isso, encurta bastante a exposição que eu pretendia fazer no início desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Lembro ao Plenário que o nobre Senador José Fogaça está a oferecer seu parecer. Portanto, qualquer aparte nesse sentido seria melhor se reservado para a discussão da matéria no momento oportuno.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Obrigado, Sr. Presidente.

Reiterando o que havia dito, quero apenas deixar bem evidente o fato de que o comportamento, a atitude que a Câmara dos Deputados teve, nesta matéria, quebra o sentido mais puro da ética Parlamentar; aprisiona-nos, limita-nos e nos impede de trabalhar nas dimensões que o processo legislativo criativamente permite. Estamos, praticamente, de mãos amarradas nesse Projeto de Lei de Concessões. Quero dar até um exemplo contrário. A Câmara dos Deputados acaba de aprovar uma nova Lei Orgânica dos Partidos a qual recebi do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para relatar. Poderia até proceder do mesmo modo, Sr. Presidente, ou seja, produzir um substitutivo completamente diferente, distinto — até do ponto de vista estrutural e organizativo do texto — daquele oferecido pela proposta oriunda da Câmara. Na terceira fase de votação, poderia impor àquela Casa, quando o projeto para lá retornasse, um condicionamento quase que inevitável de que ela ou suprimisse ou recuperasse muito precariamente parte do texto original.

Sr. Presidente, esse tipo de comportamento não me parece recomendável nem do ponto de vista ético nem do ponto de vista regimental, e não posso deixar de fazer este registro. Para provar que não concordo com isso, vou trabalhar em outro relatório que tenho sob meu encargo, exatamente, como penso que deva ser a ética regimental nesta Casa. Vou produzir um substitutivo? Sim. Vou alterá-lo? Sim. Mas não vou amarrar as mãos da Câmara dos Deputados; não vou impedir que os Deputados trabalhem numa dimensão renovadora, criativa, de emendas e de destaques que possam permitir a negociação política, a diversidade de idéias.

Com esta prática de inventar um projeto completamente novo, embarcado no projeto original da Câmara, o que estamos fazendo é nada mais nada menos do que um jogo de armadilhas regimentais, completamente incabíveis num processo limpo, democrático, aberto e ético como queremos ter neste Congresso Nacional. Dito isso, Sr. Presidente, passo ao conteúdo do meu relatório.

É preciso, antes de mais nada, dizer que a Lei das Concessões representa verdadeira revolução na estrutura do aparelho do Estado em nosso País. Todos sabem que entrou em colapso, nos anos oitenta — esta será uma verdade cada vez mais significativa nos anos noventa —, a capacidade de financiamento estatal, modelo que prevaleceu ao longo de muitos anos no Brasil, principalmente no pós-guerra, nos anos cinquenta, sessenta e setenta.

Esse é um modelo absolutamente comprometido e inviabilizado. Eu diria, com toda tranquilidade, que quem ainda sonha com isso, quem ainda pensa nisso nada mais está fazendo do que aquilo que os americanos chamam de *wishful thinking*. Quer dizer, é muito mais desejar, é muito mais querer do que propriamente poder e efetivamente realizar. É muito mais um desejo do que um fato, uma realidade. Isso não me agrada. Constatado isso com sentimento de profunda frustração. A verdade é que esse modelo de financiamento dos serviços de infra-estrutura entrou em colapso nos anos noventa. No meu Estado, por exemplo, a infra-estrutura do setor de energia elétrica não tem recebido investimentos nos últimos dez anos. O setor de estradas está passando por um período altamente crítico. O sistema de transporte rodoviário e ferroviário está praticamente inviabilizado justamente por causa da ausência de investimentos.

Estamos vendo o Orçamento da União que saiu desta Casa. O que temos para investimentos no Orçamento da União? A escassez de recursos ali destinados.

Na verdade, se não mudarmos o modelo, se não mudarmos a sistemática de financiamento das obras públicas da infra-estrutura, teremos um País sem capacidade de competir, isto é, a competição se dá entre países, não apenas entre empresas. Posso ter a empresa mais bem organizada, enxuta, qualificada do ponto de vista técnico e organizativo e buscar o máximo de qualidade. Todavia, se a minha empresa não encontra um serviço de telecomunicações ágil e adequado, a falta de qualidade é considerada um problema grave. Se a minha empresa não encontra um sistema de comunicações de estradas e de transportes barato e acessível, é uma empresa que entra precariamente no sistema internacional de concorrência.

Os mercados estão a exigir muito dos países, ou seja, o País que não faz investimentos em infra-estrutura, que dá ao seu setor produtivo condições precárias e insuficientes de produtividade, não tem condições de exigir dos empresários, do setor produtivo privado e mesmo do estatal qualidade, competência, competitividade. É preciso que, *pari passu* com a busca da qualidade na empresa, haja também a ampliação, a qualificação dos serviços de infra-estrutura.

É por isso que esta lei das concessões representa uma revolução, uma verdadeira reforma do Estado e da concepção do seu financiamento. É o reconhecimento de que, em certos setores, o Estado não tendo condições de investir, deve atrair o capital privado, deve atrair os investimentos privados para prestação de determinados serviços públicos.

Recentemente, a Região Sul do País está vivendo a expectativa da construção de uma rodovia entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Obviamente essa rodovia seria o esqueleto, a espinha dorsal do MERCOSUL.

Se fôssemos esperar que os Estados investissem, essa obra nunca seria realizada, pois, nem Argentina, nem Uruguai, nem Brasil têm condições para isso. Mas se a obra fosse licitada, mediante concessão, para os grupos privados interessados nesse investimento, ela se tornaria facilmente uma realidade.

Vê-se, por exemplo, que o setor energético, hoje, no País, está claramente sob ameaça de colapso. É evidente que o déficit energético no Brasil ainda não se apresentou com a contundência que tem, porque vivemos um período altamente recessivo. Não tivéssemos a recessão econômica que hoje vige no Brasil, já teríamos sentido claramente a deficiência energética. A relação entre infra-estrutura e demanda, numa economia em condições normais, é absolutamente precária, absolutamente deficiente em nosso País.

Portanto, há uma necessidade impostergável de atrair os capitais privados para uma área onde o setor público não consegue mais fazer frente à demanda, pois perdeu a sua capacidade de financiar sozinho a expansão da oferta de bens e de serviços em infra-estrutura.

Por isso, o Senador Fernando Henrique Cardoso, em boa hora, apresentou nesta Casa um projeto de lei estruturando a concessão de serviços públicos em nosso País. E, sem dúvida, se há uma decisão política de caminhar nessa direção, torna-se absolutamente importante, premente, inadiável, que este País discipline de maneira rigorosa, de maneira cabal, clara, insofismável, as relações entre poder concedente e concessionário. Essa atração de recursos privados para cobrir uma área em que a capacidade de financiamento do poder

público há muito tempo vem dando mostras do seu esgotamento só se dará de maneira tranqüila e confiável se essas concessões estiverem submetidas a regras claras e indubitadas. A clareza e a indubitabilidade das regras é absolutamente fundamental para entrarmos nesse processo com tranqüilidade.

Isso é como a privatização patrimonial que estamos vendo no Brasil hoje. Setores sérios e responsáveis da sociedade brasileira colocaram em questão, levantaram dúvidas a respeito do processo de privatização não por discordarem da privatização, mas por exigirem clareza e indubitabilidade das regras.

Por isso essa visão meridiana, objetiva e indiscutível das normas disciplinares que devem regular esta matéria é fundamental. É fundamental, Srs. Senadores!

Neste sentido e nesta direção procuramos definir o Parecer e o Relatório que estamos apresentando: manter a firmeza das regras e da disciplina.

Os novos elementos da concessão pública no Brasil são agora precisos, rigorosos e exatos. São elementos constitutivos da concessão:

1º — a delegação da prestação do serviço público;

Isso significa que o Estado não perde o controle e a titularidade do serviço. Há uma delegação e há uma concessão da prestação do serviço, mas o controle é do Estado e da cidadania. A concessão só poderá ser delegada a pessoas jurídicas. Não haverá concessão a pessoas físicas.

Esta lei passa a exigir a modalidade mais rigorosa do sistema de licitações que é a concorrência. Não haverá nenhuma concessão que não seja feita mediante licitação. E dentro do campo da licitação, escolheu-se a modalidade mais rigorosa que é a da concorrência. Portanto, nenhuma concessão se dará senão mediante concorrência.

Dois elementos passam a ser centrais no processo de concessão, elementos estes rigorosamente definidores do que será a prestação de serviços e o seu controle: o edital de convocação da concorrência, de um lado, e, de outro, o contrato, que passa a ser o ponto fundamental do sistema de concessões. É com base no contrato que se estabelecem as relações entre poder concedente, concessionários e usuários, os quais são, em última análise, os cidadãos deste País.

Um novo elemento constitutivo do sistema de concessões — que é uma novidade desta lei — é a exigência de prazo determinado. A partir desta nova lei, não haverá mais concessões por prazos indeterminados. Toda nova concessão será feita mediante estabelecimento do prazo determinado de 25 anos no máximo, podendo ser revisto para o dobro desse tempo em caso de anuência do poder concedente.

O segundo dado importante ao se estabelecer o preço do serviço é que a lei exige e impõe ao concessionário a conta e o risco da concessão e do serviço, ou seja, eliminam-se os subsídios que ferem e sangram de morte os orçamentos municipais, estaduais ou federal. Isso me parece ser fundamental e decisivo no encaminhamento dessa questão. Só pode se habilitar a empresa privada que, por sua conta e risco, seja capaz de assumir a delegação da concessão do serviço público.

Esta lei cria também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um sistema de fiscalização que não fica mais na órbita exclusiva do poder concedente, mas traz o usuário para um papel novo, mais destacado, mais ativo, que é o de fiscal do sistema de concessões.

Na verdade, creio que estamos diante de uma revolução, repito, de uma mudança visceral do sistema de investimentos

públicos em nosso País. Talvez esse seja um caminho para sairmos do buraco, talvez seja um caminho para sairmos da estagnação, desta recessão com inflação que castiga, há tantos anos, o nosso País.

Todos os dias, estamos a ver, em cada Estado, em cada município deste imenso território brasileiro, os mais diversos setores da comunidade indo bater às portas do Poder Público pedir investimentos, seja para energia, para comunicações, para transportes, para educação ou para saúde. Nós, no Brasil, ainda estamos teimando em manter este modelo que joga sobre o Poder Público e sobre a sua capacidade de financiamento a responsabilidade pela expansão do serviço de infraestrutura.

Este projeto pretende mudar tal situação; um caminho novo pretende ser criado a partir daqui. Daí a necessidade de realmente manter o seu rigor e as definições precisas que o configuram.

Por isso, Sr. Presidente, estamos apresentando apenas quatro destaques que, como disse, ficaram limitados àquilo que o Regimento permitia nesta terceira fase de votação. Como sabemos, são apenas destaques de caráter supressivo ou destaques para inclusão do texto original.

Procuramos, portanto, estabelecer critérios mais visíveis, do ponto de vista econômico-social, para o reajuste tarifário. Entendemos que, de fato, há certas áreas do sistema de concessões onde a tarifa não é tão somente preço, mas também um elemento de conteúdo social.

Procuramos, utilizando termos originais do projeto do Senador Fernando Henrique Cardoso, recuperar regras para o reajuste tarifário.

Resolvemos introduzir a permissão da subconcessão, porque, segundo a Constituição, no setor de energia elétrica, os serviços devem ser prestados pelo Estado, diretamente ou mediante concessão, mas sempre a União em articulação com as Unidades da Federação; o Governo Federal em articulação com os Governos estaduais. Portanto, excluir os Estados, estabelecendo uma relação direta da União com os concessionários nos Estados, parece-me, de certa maneira, um exagero.

Ao permitirmos a subconcessão, também estabelecemos regras rigorosas. A subconcessão não será um presente, uma doação ou uma sinecura do Governador ou da concessionária estadual. A subcomissão vai obedecer as mesmas regras da concessão: primeiro, autorização do poder concedente; segundo, processo de licitação na modalidade de concorrência, que é a mais rigorosa; e terceiro, a subconcessão vai ter os mesmos critérios de reajustes de tarifas contratuais de edital de convocação que são exigidos para a concessão comum.

De modo que, ao introduzirmos a subconcessão, estamos permitindo uma interveniência dos Governos estaduais, que conhecem mais as realidades locais, que sabem onde abrir frentes de expansão dos serviços de infraestrutura, frentes novas de investimentos.

Em terceiro lugar, resolvemos atribuir à iniciativa do poder concedente a extinção de concessões em caráter precário, que é um direito que a lei lhe confere, e aquelas de caráter indeterminado, que, como sabemos, são em número bastante limitado no País.

Feitas essas mudanças, através de requerimentos que apresentamos à Mesa, concluímos, portanto, o nosso relatório, com o parecer favorável ao Projeto.

Há uma série de razões, Sr. Presidente, que nos levam hoje a introduzir no País uma nova sistemática na área de

concessão dos serviços públicos. Todas essas razões talvez eu já as tenha exposto, embora modestamente. Mas, se essas razões não existissem, temos, sobretudo, uma que me parece absolutamente fundamental: a de que é bem possível que esse novo sistema venha a introduzir uma redução notável de custos desses serviços públicos, inclusive para o próprio usuário, o que me parece, não fora todas as demais argumentações que aqui expusemos, também uma argumentação definitiva.

A busca de mais qualidade, de mais eficiência e menor custo justifica plenamente esse projeto e o recomenda ao voto dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concluiu, portanto, o parecer do Sr. Relator favoravelmente ao substitutivo da Câmara dos Deputados e pela apresentação de requerimentos de destaques, que serão lidos oportunamente.

Passa-se à discussão do substitutivo, em turno único.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para discutir a matéria. S. Ex^a dispõe de dez minutos para fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a atenção do nobre Relator, Senador José Fogaça, para algumas dúvidas que têm sido levantadas, em especial por diversos membros de organizações da sociedade civil, que têm procurado os Srs. Senadores para pedir informações a respeito desse projeto.

Dentre outras entidades, o Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, vem realizando reuniões com representantes dos diversos agentes que atuam no setor elétrico, visando agregar sugestões aos projetos de lei que definirão seu arranjo institucional.

Mencionam inclusive, Senador José Fogaça, a correspondência que o coordenador desse fórum, Professor Luiz Pinguelli Rosa, encaminhou a V. Ex^a e, também, a visita que nos fez pedindo a atenção para alguns aspectos do projeto sobre os quais agradeceríamos se V. Ex^a pudesse tecer algumas considerações. Essas são as preocupações não apenas do representante Luiz Pinguelli Rosa, mas também de Fernando Quartim B. Figueiredo, da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo; de Fábio Ramos, da COPEL; Rogério da Silva, do Comando Nacional dos Eletricitários; Cláudio A. Scarpinella, da Universidade de São Paulo; Geoberto Espírito Santo, da Fundação Teotônio Vilela; Jayme B. de Hollanda, João José Cascaes Dias, do Comando Nacional dos Eletricitários; Allan Douglas Poole, do Instituto Nacional de Eficiência Energética; Maurício Botelho; André Roberto Spitz, do fórum; Túlio Cordeiro de Mello; Marcos Estellita Lins, da Associação dos Empregados da ELETROBRÁS; Sérgio Barbosa de Almeida, do Clube de Engenharia; Luiz Fernando Legey, do Programa de Planejamento Energético da COPPE.

Particularmente em relação ao Projeto de Lei das Concessões de Serviços Públicos, esse fórum alertou o Senado, através de documentos, para as consequências da implementação do substitutivo da Câmara dos Deputados, em especial dos capítulos que tratam das licitações — arts. 14 e 22 — e das disposições finais e transitórias — arts. 40 e 44 —, bem como do art. 25 que veda a transferência das concessões.

As supressões desses artigos não prejudicariam os objetivos maiores da regulamentação do art. 175 da Constituição Federal. Em face dos desdobramentos que o fórum considera negativos, resultantes da aprovação na íntegra desse substitutivo do projeto original, não obstante uma série de emendas a serem apreciadas, que não contemplam as questões levantadas, esse fórum reiterou o apelo da necessidade de uma redação final que promova a harmonia entre serviços públicos, preservando os aspectos de caráter geral e deixando para as leis setoriais as regulamentações específicas.

Ciente das dificuldades, ressalta o fórum a responsabilidade de um encaminhamento que venha a agravar um quadro já por demais deteriorado. O Fórum de Ciência e Cultura encaminhou ofício ao Presidente Itamar Franco em que reitera a preocupação já manifestada no encontro do dia 21 de janeiro próximo passado. Neste ofício, os membros do fórum alertam ao Presidente da República sobre os impactos danosos do projeto e das emendas relativas ao serviço público e, particularmente, ao setor elétrico — sobre o qual foi, recentemente, emitido parecer do Senador José Fogaça — tendo em vista informações de que as emendas do relator estão em sintonia com os interesses do Executivo.

O projeto e as emendas propostas, na opinião do fórum, colocam em risco o patrimônio público, o equilíbrio e a viabilidade econômico-financeira das concessões públicas e privadas. Entende o fórum que não é possível, em um único projeto de lei, estabelecer regras para a outorga de concessões e permissões para serviços públicos tão distintos quanto transporte, energia elétrica, telecomunicações, portos, serviços funerários etc.

Neste sentido, é preciso que a lei em tramitação no Congresso, que visa regulamentar o art. 175 da Constituição Federal, abranja princípios gerais, deixando-se para as leis setoriais — algumas já em tramitação — a regulamentação específica para cada setor.

Tendo em vista a urgência do assunto, as dificuldades de tramitação do projeto de lei no Senado Federal e a necessidade de torná-lo um provimento legislativo de caráter geral, o fórum encaminhou algumas sugestões: supressão do Capítulo XII das Disposições Constitucionais Transitórias (arts. 40 a 44); supressão do Capítulo V da Licitação (arts. 14 a 22); e supressão do art. 25. Obviamente, a regulamentação das licitações e das concessões existentes e vencidas — matérias que o fórum sugere retirar do atual projeto — deverão ser normativas em outros projetos de lei específicos de cada setor.

Acredito que a apreciação dessas sugestões seria importante, inclusive, para que o Senado Federal possa ainda ter a oportunidade de apresentar emendas ao projeto, o que poderá ser viabilizado se a discussão continuar, já que será difícil a votação desse projeto até a próxima semana, dada a sua complexidade e importância.

Gostaria, assim, de solicitar ao Senador José Fogaça, o nobre Relator deste projeto, suas considerações sobre as sugestões apresentadas, relativas à questão das concessões porque, em seu parecer, S. Ex^a salientou a importância da concorrência pública, ou seja, a licitação na sua forma mais rigorosa para a concessão ou permissão da prestação dos serviços públicos.

Entretanto, será que efetivamente teremos esse mesmo rigor se depois a pessoa jurídica, vencedora da concorrência, tiver a possibilidade de simplesmente passar o seu direito de concessão para terceiros? Será que, efetivamente, isso está

de acordo com o espírito rigoroso proposto por V. Exª na primeira fase da licitação?

Levanto essas questões, nobre Senador José Fogaça, como contribuição para que o Senado Federal aprecie da forma mais consciente possível este projeto.

O Sr. José Fogaça — Senador Eduardo Suplicy, parece-me que V. Exª está equivocado, porque o concessionário não pode transferir a concessão para terceiros. É vedada a transferência de concessão. O que estamos permitindo é a subconcessão, que só se dará mediante a autorização do poder concedente. Portanto, se a Cesp ou a Cemig resolver abrir uma subconcessão — o que, na verdade, significa convocar terceiros para prestar serviço — só poderá fazê-lo se a União, que é a titular do poder concedente, autorizar. Esse é o primeiro dado. Portanto, a subconcessão não pode ser aberta gratuita e levemente. Segundo, essa subconcessão dar-se-á mediante concorrência também. Então a Cemig, a Cesp, a Eletropaulo, a Ceers, a Cesc, enfim, as empresas estatais do setor elétrico poderão, com isso, garantir até a sua própria sobrevivência e a expansão dos serviços sem o comprometimento das mesmas. No momento em que mantivermos a vedação da transferência das concessões e abriremos — o que não constava no Projeto da Câmara dos Deputados, pois foi destaque nosso — a possibilidade da subconcessão, tudo aquilo que dizem os representantes das corporações ligadas ao Estado — eletricitários, professores universitários, enfim, pessoas que estão ligadas à estrutura do Estado mas, evidentemente, defendendo os seus interesses e aquilo que entendem ser os interesses do País — já perde o sentido. Se obrigássemos as empresas concessionárias estaduais a saírem completamente do campo em que se encontram, vedando a subconcessão, aí talvez os argumentos por eles usados tivessem um pouco mais de sentido. Mas com o instituto da subconcessão está atendida, em boa parcela, a reivindicação desses setores. Agora, é evidente — e, nesse ponto, lamento se estou colidindo com esses setores do chamado fórum, o qual V. Exª se referiu — que as empresas que prestam serviços públicos e que pertenciam, por acaso, ao setor estatal terão que mostrar qualidade, competência, eficiência e baixo custo, porque isso será em favor do cidadão, mesmo que, às vezes, piore um pouco a vida do funcionário daquela empresa. Lamento que isso venha acontecer, mas talvez seja necessário. Muitas vezes, certas empresas perdem a sua capacidade gerencial de redução de custos, de agilidade administrativa e até a sua capacidade de investimento, dada a despreocupação, o desprezo, a ineficiência de vários e sucessivos governos para com essas empresas. Nós não podemos ser solidários com esse estado de coisas; temos que mudar isso pela forma que me parece mais honesta, aberta e autêntica, que é a de não afastar essas empresas, não fechá-las, não mandar os funcionários embora para casa; exigir apenas que elas prestem serviços melhores e a preços mais baixos para os cidadãos. Se isso colide com a posição do fórum, então lamento! Parece-me que hoje não é possível abrir mão dessa posição; queremos qualidade, competência e capacidade de concorrência também por parte das empresas estatais. É aquela história de dizer que o “filet-mignon” poderia ficar com o setor privado e a “carne de peixe” com a empresa estatal. Com o instituto da subconcessão, essa possibilidade está eliminada. De modo que não partilharia, talvez, das ponderações que são feitas por esse setor, no sentido de que isso seria uma ameaça ao patrimônio público. Talvez seja uma ameaça à morosidade, à ineficiência, à estagnação

e à incompetência de certos setores do serviço público; mas ao patrimônio público não é porque, ao contrário, vamos ter uma ampliação do patrimônio público. Se uma empresa constrói uma estrada e a explora por 25 anos, mediante pedágio, significa uma estrada nova que temos e que se incorpora ao patrimônio público. Vencido o prazo da remuneração do capital investido, todos os próprios daquele investimento passam a ser parte do patrimônio público, é dinheiro privado que se torna, diretamente, patrimônio público. Vamos ter o inverso. Hoje, as empresas estatais, principalmente as concessionárias estaduais, estão rigorosamente paralisadas nos seus investimentos. Por exemplo: há mais de 10 anos que não se aumenta um quilowatt em geração de energia no Rio Grande do Sul, em razão da situação em que se encontra a concessionária estadual de energia elétrica e da própria crise que o País vive. Podemos abrir isso para investimentos do setor privado? Podemos, desde que mantenhamos sob o controle do Poder Concedente e em articulação com os Estados, através, também, das suas concessionárias. Não creio que isso venha ameaçar o patrimônio, talvez venha colocar em cheque o atual modelo e venha exigir um novo comportamento, mas as empresas estaduais não vão ser desmanteladas com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Permita-me uma indagação: Se não me engano, no projeto de iniciativa do Senador Fernando Henrique Cardoso havia também a possibilidade ou a exigência de que o Órgão Legislativo respectivo do Poder Público Estadual e as Assembléias Legislativas acompanhassem todo o procedimento de concessão.

O Sr. José Fogaça — Acompanhar não, autorizar! Acompanhar é uma obrigação, mesmo sem a lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Exª, autorizar. No projeto da Câmara dos Deputados, sobre o qual V. Exª fez o parecer, há uma modificação nesse sentido. V. Exª poderia esclarecer esse ponto, por favor?

O Sr. José Fogaça — Evidentemente, o projeto que veio da Câmara dos Deputados não incorporou essa parte do texto e nós também não a incorporamos. Entendo que não há a necessidade de a Assembléia Legislativa autorizar cada concessão, porque são pequenas, médias e grandes; são milhares de concessões que virão a ser feitas em todos os setores, desde táxi até portos, passando por aviação comercial, incluindo estradas e o setor elétrico. Não há como submettermos à Assembléia Legislativa. Além disso, se criássemos esse cartório para os Deputados, talvez criássemos também uma fonte de corrupção, que seria a forma de definir se determinada concessão sai ou não, o que poderia ser mais um instrumento de poder de manipulação e de corrupção que poderíamos evitar. Quando o projeto exige concorrência com base no preço, ou seja, aquele que for capaz de oferecer o preço mais baixo para a prestação do serviço, não me parece que seja necessária a autorização da Assembléia Legislativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Mas haverá a autorização do Poder Executivo Federal?

O Sr. José Fogaça — Sem dúvida!

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sim, mas eu gostaria de mais um esclarecimento.

O Sr. José Fogaça — O titular do Poder Concedente é sempre, explicitamente, na área de energia elétrica.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Mas para os diversos serviços que V. Ex^a mencionou, desde a área de transporte, de rodovia, de energia elétrica até táxis — este último é, por exemplo, tipicamente um serviço de âmbito municipal —, não seria da competência do Poder Executivo Federal a autorização da concessão de todos esses serviços? Ou seja, tipicamente, algo de mais centralizador? Dependendo da natureza do serviço, não seria até de bom-senso que houvesse a descentralização, para que os Poderes Legislativos, a nível estadual e municipal, tivessem esse poder?

O Sr. José Fogaça — Mas é o que está havendo aqui. O Poder Concedente é o Poder Executivo.

O SR. EDUARDO SUPPLY — De que nível?

O Sr. José Fogaça — Do nível da sua competência. Por exemplo: para táxi e transporte público de âmbito municipal seria a prefeitura.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, no momento em que entra em discussão esse projeto e que começamos a conhecê-lo melhor — graças, inclusive, à contribuição do Relator, Senador José Fogaça, em seu parecer —, avalio como importante um conhecimento mais profundo para, eventualmente, poderem os Srs. Senadores apresentar proposições.

O Sr. José Fogaça — Senador Eduardo Supply, evidentemente, não o votaremos nesta semana. Eu próprio, como Relator, encaminhei ao Presidente e às lideranças um pedido para que não votássemos. Esse não seria um ato responsável, mesmo que pudéssemos aprovar a matéria por voto simbólico. Hoje, pela manhã, telefonou-me o Senador Ronan Tito — que não está em Brasília, por estar participando de debates, no seu Estado, em torno do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo — e eu disse a S. Ex^a que em hipótese nenhuma colocaríamos a matéria em votação. Creio até que ainda teremos esta semana e a outra para discuti-la. A votação será feita em regime de urgência, embora isso não signifique obrigação de votação; trata-se apenas do direito de votar dentro do prazo que está aí estabelecido. Desta forma, V. Ex^a e os demais Senadores poderão apresentar os destaques que entendam sejam válidos ou...

O SR. EDUARDO SUPPLY — Eventuais propostas de emenda.

O Sr. José Fogaça — Na verdade, Senador Eduardo Supply, tecnicamente, não temos emendas para um projeto nessa terceira fase de votação. Temos destaques supressivos ou destaques para inclusão do texto do projeto original.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente e nobre Relator, Senador José Fogaça, o meu objetivo é que seja dada suficiente flexibilidade aos Srs. Senadores para que, até a próxima semana, quando estivermos votando, possa haver contribuições por parte de todos para modificar e aperfeiçoar o projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Continua em discussão o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

Ficam também adiados, por falta de **quorum**, os itens nºs 4, 5 e 6 da pauta de hoje.

São os seguintes os itens adiados:

— 4 —

PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 13, DE 1991 COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nº 49 e 88, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º **pronunciamento**: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

— 5 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 23, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de uma longa espera, aqui estou.

No dia 16 de março do corrente ano, falei da tribuna do Senado sobre a problemática, sobre as preocupações dos governos estaduais e municipais e as consequências, presentes e futuras, na economia regional e na vida da população, relativamente a esses períodos de longa estiagem, como a deste ano, que vem ocorrendo no Nordeste dentro da complexa conjuntura caracterizada pelo fenômeno da seca.

Um problema que tem se revelado resistente a soluções definitivas, embora se tenha a convicção e a esperança de que a vontade política, a criatividade humana e os recursos materiais e tecnológicos, associados a uma coordenação talentosa e competente, possam implantar um conjunto de medidas e providências duradouras, ou mesmo eficazes, para conduzir um programa de salvamento do sertão nordestino dessas intempéries climáticas, que tantos transtornos têm causado ao Governo e sofrimento e perdas à população.

Durante a segunda quinzena do mês de março, tivemos a oportunidade de assistir pela imprensa escrita, falada e televisada aspectos dolorosos desse cenário terrível e comovente

que é a luta da população para sobreviver nessa região brasileira compreendida no chamado Polígono da Seca.

As denúncias e os sinais de alerta que repercutiram na imprensa, infelizmente, eram a pura realidade da desolação em que se encontrava um grande número de municípios dos diversos Estados da região, onde até saques em feiras e supermercados estavam ocorrendo, motivados pela fome e pelo desespero das famílias atingidas pela inclemência do tempo, já dizimando o gado, destruindo a lavoura e empurrando para as estradas, a caminho das cidades mais próximas, levadas de retirantes.

Na ocasião em que discurssei, na segunda quinzena de março, antecipando-me ao próprio alvoroço das reportagens sobre a seca, quando Sergipe já contava com 12 dos 32 municípios do Polígono em estado de emergência, comentei a oportunidade e o significado da liberação de 300 bilhões de cruzeiros pelo Governo Federal para o Nordeste, destinados a atender ao transporte e à distribuição de água, realização de obras hídricas, como a construção de reservatórios, cacimbas, perfuração de poços, construção de barragens e pequenos açudes e, oportunamente, o plantio de grãos para a subsistência das famílias das regiões atingidas.

Manifestei a minha confiança de que o Governo Federal, sob a diretriz do Presidente Itamar Franco, através dos órgãos específicos, ministérios e repartições, não negaria a continuidade do seu socorro às populações atingidas pela seca.

Recebi com satisfação, durante a última semana, convite do Senhor Presidente da República para fazer parte de sua comitiva na viagem que fez a Teresina, no dia 2 de abril, para instalar a Comissão Nacional do Programa das Frentes Produtivas de Trabalho, quando anunciou a liberação imediata da primeira parcela, no valor de Cr\$ 1,3 trilhão, dos recursos destinados ao Programa Emergencial de Combate à Seca no Nordeste, como parte de um montante de Cr\$ 4,7 trilhões que serão aplicados na construção de obras permanentes relacionadas com o combate à seca, utilizando a mão-de-obra local.

Segundo declaração do próprio Presidente Itamar Franco em seu pronunciamento, "a Bahia e o Ceará receberão 18% cada um; 16,33% irão para Pernambuco; a Paraíba terá 12,33% do total; o Piauí receberá 10,83%; o Rio Grande do Norte ficará com 7,5%; o Maranhão, com 7,08%; Alagoas receberá 4,42%, Sergipe, 2,84% e Minas Gerais terá 2,67%".

Sr. Presidente, com esse novo programa lançado pelo Governo Federal, Sergipe receberá Cr\$133,7 bilhões, o que é bastante significativo para as necessidades emergenciais do Estado.

Durante a solenidade realizada no Centro de Convenções de Teresina, à qual compareceram dez Governadores, os Senadores: Humberto Lucena, Presidente do Senado, Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, Mauro Benevides, Álvaro Pacheco, Garibaldi Alves Filho; militares da área; a Presidente da LBA, Drª Leonor Barreto Franco; o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. João Alves de Melo; o Superintendente da Sudene, Dr. Cássio Rodrigues da Cunha Lima, representantes de órgãos federais; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e demais lideranças comunitárias e políticas, o Presidente Itamar Franco fez um pronunciamento objetivo e de admirável sensibilidade e conhecimento da problemática regional dentro do contexto da União, impressionando a todos e nos transmitindo com a sua solidariedade, mais convicção e esperança na luta para solucionar esse problema.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, alguns trechos do discurso que considere importantes, revelando as preocupações, o compromisso e a elevada consideração que Sua Excelência tem pelo Nordeste, pela região compreendida no chamado Polígono da Seca, que também absorve uma parte do seu Estado, Minas Gerais.

E assim se pronunciou o Senhor Presidente da República:

"Vim ver os problemas de perto, mas não vim apenas para ver: trouxe comigo, dentro das limitações do Erário, a ajuda do poder público, estipulada em reunião com os Governadores dos Estados do Nordeste, com Parlamentares, com a Contag e outras lideranças da sociedade civil. Mas não vim com a disposição de quem vai tomar medidas heróicas ou pronunciar frases de efeito demagógico. Nem uma coisa nem outra servem para resolver o problema daqueles que, aqui, mais sofrem do que vivem.

"Sei que meu governo não resolverá em definitivo as dificuldades cíclicas causadas pela estiagem. Mas tenho a certeza de que nele não estaremos contribuindo para o que se convencionou chamar a "indústria da seca".

E, fazendo uma retrospectiva, Sua Excelência lembrou o primeiro projeto de irrigação para a região, datado de 1911, de autoria do Senador potiguar Elói da Rocha. Falou da criação da Sudene por Juscelino Kubitschek, em 1960, inspirado no "trabalho talentoso" de Celso Furtado.

Valorizando e reconhecendo a extraordinária contribuição da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste e do País, comentou o Presidente Itamar Franco que "antes da Sudene o País crescia 6,1%, enquanto o Nordeste seguia a marca dos 3,5%. Na década seguinte, com a Sudene em pleno funcionamento, enquanto o Brasil cresceu 8,6%, o Nordeste já alcançava os 8,7%, registrando, portanto, taxa superior à do crescimento nacional".

E continuou dissertando: "Nesse mesmo período, enquanto o Brasil expandia o seu PIB em 1,5%, o Nordeste o superava, atingindo 4%. Dos anos 60 aos anos 90, ambos, o Brasil e o Nordeste se desenvolveram à taxa média de 5,4%."

E reconhece o Senhor Presidente, em suas próprias palavras, o que todos nós, representantes do Nordeste no Congresso Nacional, temos denunciado todos esses anos, reclamando providências do Governo Federal.

"Decisões governamentais desses últimos 15 anos reduziram para 18% do que já foram no passado os incentivos da Sudene. Era o início do desprestígio de um órgão tão bem-sucedido."

E acrescenta: "A minha mensagem é de fé e de esperança. Acredito no Nordeste e no povo nordestino, que tem um passado inteiro de lutas em defesa da integridade do Território Nacional. Não posso me esquecer de que a descoberta do Brasil se deu no Nordeste, como não me esqueço de que foram os nordestinos que bravamente rechaçaram as invasões estrangeiras e iniciaram as lutas pela independência, criando, inclusive, a primeira República Independente em Pernambuco.

"O Presidente da República quer dizer ao Brasil, desde o Piauí: o Nordeste é muito mais do que a seca e a miséria. Prova disso é que, apesar das intempéries, seu povo conseguiu colocá-lo em posição de destaque em vários setores da vida econômica e social."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão Nacional do Programa Frentes Produtivas do Trabalho, instalada em Teresina, durante essa visita presidencial, terá sessenta dias para

apresentar uma Agenda para o Nordeste, visando ações de caráter permanente, documento esse que deverá ser submetido a exame do Congresso Nacional.

Em tese, Sr. Presidente, o objetivo desse novo programa governamental de combate às secas propõe-se a criar mecanismos permanentes de um processo que permita à população e à atividade econômica regional atravessar os períodos de grande estiagem com menos prejuízos e sofrimentos, prevenindo-se, com antecipação, da necessidade de programas emergenciais pela construção oportuna de barragens, poços artesianos, pequenos açudes, adutoras, sistema de captação de água, preservação das nascentes e cacimbas, enfim, fortalecendo de forma objetiva e prática o sistema hídrico da região.

Ao início da solenidade falou o Governador Freitas Neto, do Piauí, que teceu importantes comentários sobre a situação do seu Estado, escolhido como cenário da visita presidencial por ser o mais atingido pela seca, quando manifestou o seu entusiasmo pela oportunidade daquela tão significativa reunião. Reiterou a sua confiança na solução dos problemas relacionados com a seca de seu Estado e com a do Nordeste, pela participação dos governos estaduais e federal. Agradeceu, sensibilizado, a valiosa contribuição que o Presidente da República trazia com a sua presença, os recursos previstos, e apelou à Sua Excelência no sentido da reabertura do Banco do Estado do Piauí, instituição imprescindível na administração dos recursos públicos do Estado.

Tendo viajado para Teresina, às 8 horas da manhã, da última sexta-feira, dia 2 de abril, de lá retornei às 16 horas do mesmo dia, gratificado com os objetivos e o significado dessa visita, entusiasmado com o resultado que todos esperamos que o Nordeste venha a alcançar na erradicação de grande parte dos efeitos devastadores que as secas, durante tantos anos, têm trazido para a região, parte do Brasil e de sua população que tem demonstrado, apesar das intempéries, uma extraordinária capacidade de desenvolvimento e progresso, resultante de suas potencialidades econômicas, dos seus recursos naturais, da fertilidade do seu solo e da admirável disposição do seu povo para a luta e para o trabalho.

Sr. Presidente, desta tribuna do Senado, quero agradecer à Sua Excelência o Senhor Presidente Itamar Franco, a lembrança do meu nome para compor a sua comitiva, juntamente com os Governadores e Parlamentares que participaram do evento.

Finalmente, Sr. Presidente, peço a transcrição com meu pronunciamento dos seguintes documentos: 1 — Discurso do Presidente da República na solenidade; 2 — Discurso do Governador Freitas Neto do Piauí; e 3 — Das notícias: "Itamar libera recursos e promete ajudar o Nordeste", "Freitas pede reabertura do BEP" e "Governadores vêm com boa vontade", publicadas no jornal *O Estado*, edição de 03 de abril de 1993; "Itamar libera recursos para combater a seca" e "Escolha do Piauí justificada", publicadas em *O Dia*, edição de 3 de abril de 1993; e "Governo libera verba para combater a seca", publicada no *Correio Braziliense*, edição de 3 de abril de 1993.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Tem a palavra V. Exª

O Sr. Ney Maranhão — Senador Lourival Baptista, ouvi atentamente o seu pronunciamento, no qual V. Exª descreve, com muita propriedade, o momento que está vivendo o Nordeste, castigado pela fome e pela miséria em virtude da seca, bem como o apoio que o Governo Federal, por meio do

Presidente Itamar Franco, deu à nossa região. Todos nós temos de nos congratular com o Presidente da República e apoiá-lo na luta contra a miséria em nossa terra, o Nordeste. Senador Lourival Baptista, V. Exª sempre teve atuação destacada em defesa dos altos interesses do Nordeste e, principalmente, do seu Estado, quer como ex-Governador, quer como Senador, quer em todas as oportunidades em que o povo o escolheu como seu representante. Louvo o pronunciamento que faz nesta tarde, no Senado, mas queria completá-lo, dizendo o seguinte: como seria bom se os governos anteriores, desde a época de D. Pedro II, que prometeu doar até as pedras da Coroa para ajudar a combater a seca no Nordeste, ouvissem as palavras proféticas de José Américo de Almeida, o grande Ministro de Getúlio Vargas. José Américo dizia que o Nordeste não precisava de esmolas; o Nordeste precisava apenas viabilizar o rio São Francisco, para molhar suas terras calcinadas pelas secas, para tornar-se a Califórnia da érica do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo. Se, desde aquela época, os governos tivessem destinado um percentual do Orçamento da União para irrigação do Nordeste, ele não seria o que é hoje. Em Israel, custa 76 mil dólares a irrigação de um hectare de terra; na Califórnia, quarenta e poucos mil dólares, e no Brasil, menos de 10 mil dólares. Aqui, não existe seca. Existe seca no deserto de Negev, no deserto Saara, na Somália. No Nordeste, em qualquer local que cavarmos encontraremos água. Então, a água é a redenção. É por isso que temos que dar um basta. Congratulamo-nos com o Presidente Itamar Franco pela sua sensibilidade e pelo conhecimento da situação em que se encontra o Nordeste. Mas, Senador Lourival Baptista, a culpa é nossa, porque não tomamos uma decisão definitiva desde os tempos de José Américo, de Getúlio Vargas e da monarquia. Dentro dessa linha, Senador, estou apresentando uma emenda ao IPMF que será o embrião de uma solução definitiva — como políticos que somos há muitos anos — para a seca que vemos acontecer periodicamente. Essa emenda manda destinar 30% da arrecadação desse imposto para investimento exclusivamente em irrigação no Nordeste. Com a irrigação, Senador, não teríamos a popular "Asa Branca", música de Luís Gonzaga, que canta a revolta dos nordestinos ao serem obrigados a abandonar suas terras e irem para São Paulo ou para outras plagas, porque a inclemência do tempo os obriga a sair, senão morrem de fome. Portanto, saúdo V. Exª, como Senador do Estado de Sergipe, que considero o "Jardim do Nordeste", mas que também sofre com a seca. E para ajudarmos definitivamente o Nordeste, devemos colocar no Orçamento a obrigatoriedade do envio de uma porcentagem definida de recursos, pois é a água que vai salvar os nossos irmãos. Obrigado a V. Exª

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato, eminente Senador Ney Maranhão, meu velho companheiro de anos e anos que já lá se vão.

V. Exª lembrou que fui Governador do Estado de Sergipe. Quero aproveitar para dizer a esta Casa e V. Exª que nós iniciamos a construção de adutoras, trazendo água do São Francisco para o sertão e que, hoje, Sergipe é o Estado do Nordeste que tem o maior número de quilômetros de adutoras em seu pequeno território, cuja construção foi iniciada quando nós éramos Governador daquele Estado.

Na verdade, a seca é uma coisa terrível. Tanto V. Exª como eu, sabemos o que sofre o pobre, aqueles que necessitam de água para sua subsistência, para suas colheitas, de água

para tudo, enfim: para o progresso e para o desenvolvimento do Estado.

Muito grato a V. Ex^a, Senador Ney Maranhão.

O Brasil caminha para a frente, esperamos nós, e que Cristo tome conta do nosso País. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:*

*DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE
ITAMAR FRANCO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE FRENTES
PRODUTIVAS DE TRABALHO.*

Os governadores aqui presentes, as lideranças, os parlamentares, os representantes dos órgãos federais, a Contag e os trabalhadores acompanham as dificuldades que o País atravessa. Mesmo assim, desde outubro, quando tomei posse, o governo vem trabalhando dentro das possibilidades, junto com os governos estaduais, para minorar o sofrimento da população atingida pela seca, que esperávamos não fosse durar tanto.

Lamentavelmente ela persistiu de modo trágico e só agora há os primeiros sinais de chuvas, que, esperamos, virão amenizar o quadro terrível de calamidade. Mas não bastam essas chuvas. Elas trazem a seca verde. A longa estiagem causou problemas que ainda se arrastarão por muito tempo. Os prejuízos não são, no todo, reparáveis. Daí as providências que o meu governo toma neste momento.

Vim ver os problemas de perto. Mas não vim apenas para ver: trouxe comigo, dentro das limitações do erário, a ajuda do poder público, estipulada em reunião com os governadores dos estados do Nordeste, parlamentares, Contag e outras lideranças da sociedade civil. Trata-se, é claro, do mínimo necessário para sustentar a execução de um plano de emergência, capaz de reduzir o sofrimento do povo e de aumentar o número de obras duradouras, que, somadas às já existentes, possam oferecer melhores condições de vida no futuro.

Para tanto, encaminhei ao Congresso Nacional medida provisória abrindo crédito no valor de quatro trilhões e setecentos e onze bilhões de cruzeiros. Desses recursos Bahia e Ceará receberão 18% cada um; 16,33% irão para Pernambuco; a Paraíba terá 12,33% do total; o Piauí receberá 10,83%; o Rio Grande do Norte ficará com 7,5%; O Maranhão com 7,8%; Alagoas receberá 4,42%; Sergipe 2,84% e Minas Gerais terá 2,67% desse montante. Esse dinheiro será aplicado nos estados brasileiros do Nordeste conforme prioridades também estabelecidas sob a coordenação dos governadores, com a participação de parlamentares, trabalhadores e demais lideranças dos Estados e dos Municípios.

Desejo que a imprensa e toda a sociedade brasileira acompanhem passo a passo este trabalho e façam justiça a essa medida que tomo, movido pela responsabilidade que tenho para com o bem-estar do nosso povo.

As dificuldades do País são grandes, repito, mas como Presidente da República não poderia ficar alheio à calamidade gerada por uma das maiores secas das últimas décadas. A Nação inteira aprova, não tenho dúvidas, essa minha conduta.

Venho, como chefe da Nação, cumprir a minha obrigação para com uma parcela do nosso povo, submetido à inclemência da natureza. Venho, sobretudo, oferecer os meus mínimos para que o Nordeste possa atravessar esse período tão difícil de sua vida.

Mas não vim com a disposição de quem vai tomar medidas heróicas ou pronunciar frases de efeito demagógico. Nem uma coisa nem outra servem para resolver o problema daqueles que, aqui, mais sofrem do que vivem.

Também não trago os olhos piedosos dos que chegam para oferecer um adjutório a quem pede tão pouco. Seria escarnecer do sofrimento já atroz de uma gente lutadora e forte.

Por isso, fiz questão absoluta — e para tanto contei com o auxílio dos governadores aqui presentes — de que não fizessemos uma mera doação de recursos aos atingidos por esse fenômeno, que há tanto tempo castiga a população desta região. Pedi a Suas Excelências que ajudassem a organizar um programa em que, com a participação de todos, pudéssemos iniciar um trabalho de resultados duradouros.

Sei que o meu governo não resolverá em definitivo as dificuldades cíclicas causadas pelas estiagens. Mas tenho a certeza de que nele não estaremos contribuindo para a manutenção do que se convencionou chamar de “indústria da seca”.

Mais do que isso, é meu desejo que estejamos aqui, hoje, dando mais um passo na busca de soluções permanentes, que ofereçam ao povo do Nordeste aquilo que ele mais quer: a possibilidade, com o seu trabalho, de conquistar uma vida digna para si e para seus filhos.

Essas são, portanto, as idéias que nortearam a concepção do programa das frentes produtivas de trabalho. Com a colaboração de todas as partes envolvidas, iniciaremos, agora, obras de caráter perene que possam trazer melhores condições de vida e de trabalho a esta região do País.

Além do programa que estamos lançando hoje, idéias e soluções não faltam e algumas são até muito antigas. O primeiro projeto de irrigação para a região data de 1911 e foi apresentado ao Congresso Nacional pelo senador potiguar Elói de Souza. O Programa de fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste, elaborado sob a coordenação da Sudene, mais atual, aí está, pronto para ser implementado.

Ao me referir à Sudene, não posso deixar de lembrar a figura do grande brasileiro que foi o saudoso presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, seu criador. Sua decisão, apoiada no trabalho talentoso de Celso Furtado, foi tomada em 1960 e fazia parte de um projeto ambicioso para a região nordeste do país. Manifestava, com isso, o reconhecimento político das dificuldades vividas nesta parte do Brasil e o desejo de mudar essa dura realidade.

Juscelino acreditou na viabilidade do Nordeste. Dados significativos atestam sua antevisão. Antes da Sudene o País crescia a 6,1%, enquanto o Nordeste seguia na marca dos 3,5%. Na década seguinte, com a Sudene em pleno funcionamento, enquanto o Brasil cresceu a 8,6%, o Nordeste já alcançava os 8,7% registrando, portanto, taxa superior à do crescimento nacional. Nesse mesmo período, enquanto o Brasil expandia o seu PIB em 1,5%, o Nordeste o superava, atingindo os 4%. Dos anos 60 aos anos 90, o Brasil e o Nordeste se desenvolveram a uma taxa média de 5,4%.

Decisões governamentais destes últimos quinze anos reduziram para 18% do que já foram no passado os incentivos da Sudene. Era o início do desprestígio a um órgão tão bem sucedido. Claro que a autarquia não podia continuar prestando os mesmos serviços, com os mesmos resultados positivos que obtivera no passado.

No que tange ao problema da seca, não faltarão ao Governo Federal vontade política e nem empenho para o trabalho necessário. O que não podemos mais aceitar é que, a cada

vez a seca se apresente, se insista em enfrentar o problema com soluções paliativas, que só fazem perpetuar a miséria do povo.

Nesse sentido, a Comissão Nacional do programa das frentes produtivas de trabalho deverá apresentar, em sessenta dias, a agenda para o Nordeste, que submeterei ao exame do Congresso Nacional. Com isso, estaremos transformando a integração socioeconômica da região em ação de caráter permanente.

A escolha do Piauí para o lançamento deste programa de emergência — que espero seja o último — não foi casual. Este é um dos estados mais atingidos pela estiagem e acredito que é por aqui que devemos iniciar não só este trabalho, mas, também, dar os primeiros passos na direção de mudança definitiva e radical nos rumos da vida do Nordeste.

Não podemos perder esta oportunidade histórica para dar partida a um processo que há muito deveria ter sido iniciado. Há mais de oitenta anos o Governo criou a primeira comissão incumbida de tratar do problema da seca. No entanto, ela continua aí, a trazer sofrimento e atraso. Não podemos nos permitir a repetição de fracassos que vêm condenando o povo nordestino à sede, à fome e à miséria. Sei que não podemos acabar com as estiagens, mas podemos, com certeza, criar mecanismos próprios para com elas conviver, proporcionando melhores dias para a gente desta região.

Os nordestinos são uma grande parcela da população brasileira e o seu trabalho e o seu vigor se refletem por todo o País. O que o Presidente da República deseja e espera ver, ainda em futuro que, Deus permita, não esteja longe, é o Nordeste crescer, desenvolver-se e transformar-se em uma região próspera, com o seu povo liberto da inclemência do fenômeno secular da seca.

Para isso, devemos lutar pela integração nacional e para dar fim às desigualdades que não existem apenas entre os Estados do Norte, do Nordeste e do Sul, mas no interior de cada uma das regiões do País. Essas desigualdades, que podem ter origem nas condições de solo e clima, acentuam-se na perversa distribuição de renda.

A minha mensagem é de fé e de esperança, acredito no Nordeste e no povo nordestino, que tem um passado inteiro de lutas em defesa da integridade do território nacional. Não posso me esquecer de que a descoberta do Brasil se deu no Nordeste, como não me esqueço de que foram os nordestinos que bravamente rechaçaram as invasões estrangeiras e iniciaram as lutas pela independência, criando, inclusive, a primeira república brasileira independente em Pernambuco.

Euclides da Cunha registrou, com muita propriedade, que o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Exemplos da força moral do nordestino a História registrou, entre outros, os de Frei Caneca e de Delmiro Gouveia. A cada seca que se repete, surgem milhões de heróis nordestinos anônimos, exatamente aqueles que a ela sobrevivem.

O Presidente da República quer dizer ao Brasil, desde o Piauí: o Nordeste é muito mais do que a seca e a miséria. Prova disso é que, apesar das intempéries, seu povo conseguiu colocá-lo em posição de destaque em vários setores da vida econômica e social do País.

Desejo, antes de encerrar, congratular-me com os governadores, com o Ministro Alexandre Costa, com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Roberto Freire, bem como com os demais parlamentares, autoridades e trabalhadores que têm contribuído com o meu governo, na busca de soluções

para este grave problema nacional. Agradeço, também, a acolhida que recebo do Governador Freitas Neto e do seu povo nesta estada em Teresina.

Por último, renovo minha confiança em que, juntos, construiremos dias melhores para o Nordeste e para o Brasil. Lado a lado, haveremos de fazer com que a obra imortal de Graciliano Ramos, "Vidas Secas", venha a se transformar apenas em registro de um tempo que passou.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, DR. ANTÔNIO DE ALMENDRA FREITAS NETO, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE FRENTES PRODUTORAS DE TRABALHO.

Senhor Presidente da República,

Registro, com imensa satisfação, embora desejasse que o fato pudesse ter sido ocasionado por outra circunstância, o orgulho de receber a honrosa visita de V. Ex^a e sua comitiva, abrilhantada, ainda mais, pelas presenças desvanecedoras dos senhores Governadores de Estados.

Tenho a mais absoluta convicção de que o Estado do Piauí, ao ser escolhido para receber V. Ex^a e aqui ser lançado o Programa de Frentes Produtoras de Trabalho para amainar os problemas da seca que castiga todo o Nordeste, o foi sobretudo porque aqui está espelhada, com muita nitidez, a real situação de pobreza e sofrimento que caracteriza essa parte do Brasil, fato que atinge proporções alarmantes quando a Região é atingida pelo perverso fenômeno cíclico da seca.

Infelizmente, senhor Presidente, os brasileiros geralmente só têm se lembrado da Região em momentos agônicos como o que ora estamos vivendo. Mas neste instante, com Vossa Excelência, a expectativa é de mudança desta realidade. Aqui se registram os piores índices do País em analfabetismo, saneamento básico, concentração de renda, mortalidade infantil e expectativa de vida. Fato sócio-econômico desse quilate se já tivesse havido, realmente, decisão política, há muito já teria sido eliminado do nosso cotidiano.

Apesar de se apresentar com todos esses índices negativos, posso afirmar sem medo de errar que o Nordeste é viável sim. Necessita, apenas, de uma política que priorize a Região e a integre a um projeto nacional de desenvolvimento.

Com efeito, é importante o registro de que entre 1965 e 1985, enquanto 36 países classificados de baixa renda pelo Banco Mundial tiveram crescimento anual de renda "per capita" de 2,9%, o Nordeste se expandiu a taxas médias anuais superiores a 4,5%. Teima em resistir, entretanto, o descompasso entre o crescimento estatístico e o baixo desenvolvimento social.

Há uma enorme distância a separar o Nordeste do restante do País. Este fosso cruel e injusto precisa de ser eliminado e não deve se aprofundar mais, porque já com limites que podem colocar em risco a unidade nacional.

A equação dos problemas nordestinos já foi feita há mais de 30 anos: se lhe fosse possível alcançar um crescimento superior em 40% à média nacional, estaria igualado às Regiões desenvolvidas do País em aproximadamente 30 anos. Entretanto, se apenas medidas forem tomadas para que o crescimento seja igual ao do restante do País, essa equiparação econômica só haverá de acontecer daqui a 240 anos.

É inquestionável, portanto, que medidas urgentes e definitivas sejam adotadas para que o modelo econômico brasileiro possa sofrer modificações, inserindo-se o Nordeste em projeto nacional, cujas ações sejam eficientes, o bastante, para eliminar o sofrimento de milhões de famílias nordestinas, vivendo hoje em condições miseráveis, abaixo do limite da pobreza.

“Passam-se um, dois, seis meses venturosos, derivados da exuberância da terra, até que surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeguem, a pouco e pouco, e caíam, as folhas e as flores, e a seca se desenhava outra vez nas ramagens mortas das árvores decíduas.”

Com esta extraordinária descrição, o admirável Euclides da Cunha fez menção ao fenômeno da seca e, com a certeza que todos os presentes têm, prenunciou tratar-se de acontecimento cíclico, indiscutível, que tanto prejuízo tem causada a este torrão brasileiro, contribuindo para aumentar, mais ainda, a distância social que o separa do restante do País.

É a seca, senhor Presidente, a perversa seca, um dos maiores problemas do Nordeste, seu inimigo público maior, comparável nacionalmente à fome e à inflação. Difícil de ser enfrentada, pois tal qual o animal, que escamoteia num mimetismo para escapar do algoz, a seca chega, às vezes, sorrateiramente, escondendo-se até por detrás do vicejante verde que V. Exª deve ter percebido em nossas paragens.

Mas ela está aqui presente. Ameaçadora, torturante, esfaumada e cruel. E vem, ora, infligindo sol abrasador, que nasce e se põe, e torna ao lugar de onde partiu e retorna em lizeiro que a tudo calcina; ou então, apresenta-se, como agora, sob verde manto como a querer encobrir, embora por pouco tempo, a hecatombe que por certo causará.

Alastrada em todo o Nordeste, a seca, como disse, apresenta-se este ano, como de outras vezes, pela característica da má distribuição ou da total falta de chuvas. Tomando o meu Estado como referência, onde o período chuvoso começa mais cedo em relação aos demais Estados do Nordeste, verifica-se que as chuvas concentraram-se em determinados períodos de tempo, com grandes intervalos secos entre eles, superando espaços de 20—30 dias, considerados críticos para o ecossistema da Região.

O povo nordestino e seus governantes não querem mais ser partícipes de medidas paliativas. Submetidos aos ditames da natureza, não se deseja combatê-la, mas conviver com ela, harmoniosamente, retirando do meio as condições de sobrevivência que a própria natureza oferece. Para tanto é imperioso que se adote programa cuja implementação possa apresentar, no futuro, resultados que apontem a solução definitiva do flagelo da seca.

Não resta nenhuma dúvida para todos os que aqui estão, senhor Presidente, que a significativa presença de Vossa Excelência nesta Região apresenta-se como um fato memorável, que renova esperanças. Sou testemunha da sua sensibilidade para com os problemas sociais da Nação. Todos os Governadores aqui presentes tiveram a oportunidade de perceber seu interesse em encontrar caminhos que pudessem ser seguidos e, a partir daí, se conseguisse bons e definitivos resultados para o problema da seca.

Não se deseja usar a retórica da pobreza para captar recursos. Não se quer ser acusado de industrializar a seca para dela se beneficiar. Não. O Nordeste deseja, e tem certeza de que conta com o apoio do Governo de V. Exª, Senhor

Presidente, a implementação de medidas de longo prazo, de convivência com o fenômeno.

Afigura-se inquestionável que, para se atingir o que V. Exª deseja, será necessário, em primeiro plano, o fortalecimento de instituições que desenvolvem ações de fomento na Região, como é o caso da Sudene e do DNOCS. Aquela tem que voltar a exercer o papel para o qual, pelas mãos do extraordinário e inesquecível homem público — contrarâneo de V. Exª - Juscelino Kubitschek, foi criada, precisando, pois, ser fortalecida para poder combater os desníveis regionais e inter-regionais. Constituída sob a feliz inspiração do notável mineiro, agora, com certeza, resgatará seu importante e inestimável papel pelas mãos de V. Exª, outro mineiro de escol.

O DNOCS, de igual modo, há que receber do seu Governo o apoio de que necessita, a fim de que possa, também, abrangentemente, estender suas ações, tão fundamentais, para a definitiva solução do drama causado pela seca.

O Fundo Constitucional do Nordeste, relevante conquista da Região, instrumento que deve ser utilizado para fortalecê-la, também, necessita de ser modificado, através da eliminação dos entraves burocráticos e da redução das altas taxas de juros, que desvirtuam o seu objetivo, e assim tornar-se acessível aos pequenos e médios produtores, hoje queixosos de não poderem se beneficiar-se dos recursos administrados pelo BNB.

É importante, outrossim, priorizar a liberação de verbas orçamentárias destinadas a obras voltadas para o fortalecimento da estrutura produtiva do Nordeste, tornando esse fluxo de liberação representativo e permanente.

As sugestões aqui apresentadas, senhor Presidente, são com a intenção de colaborar na formulação do seu plano de combate à pobreza da Região, que Vossa Excelência denominou de agenda para o Nordeste.

Senhor Presidente,

O Brasil tem sido obrigado a se submeter a momentos extremamente difíceis. A força de seu povo, uma boa dose de otimismo e a fé no futuro têm ajudado, se não a superar, pelo menos a conviver heroicamente com os problemas.

Todo o povo brasileiro tem consciência dos graves problemas que Vossa Excelência encontrou ao assumir os destinos da Nação, abalada por um traumatismo generalizado. O povo também sabe de suas boas intenções e de sua obstinada vontade de mudar a feição sócio-econômico do País.

O momento, portanto, grave, reclama a união de todos em torno de Vossa Excelência para, numa verdadeira corrente de boa vontade, poder o Brasil seguir em frente recuperar o tempo desperdiçado. É indispensável acordar o País, levantar a cabeça, ir em busca do seu destino, reacender o sorriso da esperança. O Governo de V. Exª precisa que seja transformada em realidade a vontade política de união nacional.

Finalmente, pedindo permissão aos Governadores dos demais Estados, e com o beneplácito dos colegas da Paraíba e Rio Grande do Norte, quero aproveitar a oportunidade para pedir a Vossa Excelência, senhor Presidente, sua intercessão no processo de reabertura dos Bancos estaduais desses três Estados, fechados há mais de dois anos.

Todas as providências exigidas pelo Governo Federal e especialmente pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas. Mesmo assim, permanece encalacrada nos desvãos da burocracia e da má vontade de alguns técnicos, a decisão de suspender o processo de liquidação extrajudicial a que se encontram

submetidos e que significativos prejuízos têm causados à economia dos Estados.

Precisamos de ter o nosso caixa. Não podemos abrir mão disso, porque imprescindível na administração dos recursos públicos. São apenas cinco agências, em cada Estado, configurando uma estrutura leve, enxuta e que nenhum esforço excepcional exigirá, sequer de novos recursos financeiros.

Porque não tem o Banco, o Estado do Piauí, a exemplo dos outros dois, perde, mensalmente, cerca de Cr\$ 25 bilhões, quantia 3 vezes suficiente ao pagamento dos custos administrativos do novo modelo de Banco estadual que se quer implantar.

Centenas de pais de famílias são vítimas da expectativa e da angústia; falta apenas uma decisão política que V. Ex^a, mercê da sua sensibilidade, haverá de adotar.

Em nome de todos os Governadores aqui presentes, no meu próprio e no de todos os piauienses, agradeço a honrosa presença de V. Ex^a e de toda a comitiva. O Brasil haverá encontrar, pelas suas mãos, os caminhos do desenvolvimento. Muito obrigado.

ITAMAR LIBERA RECURSOS E PROMETE AJUDAR O NORDESTE

O Estado, sábado, 3 de abril de 1993
Manoel Messias

O Presidente Itamar Franco prometeu, ontem, ao instalar, em Teresina, a Comissão Nacional do Programa das Frentes Produtivas de Trabalho que visa dar assistência às vítimas da seca no Nordeste, que vai adotar medidas efetivas para permitir que a região conviva com o drama da falta de chuvas. Isto ocorrerá, segundo ele, através do plano denominado "Nordeste", que transformará a integração sócio-econômica da região em ação de caráter permanente.

Itamar chegou a Teresina com quase 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto na programação divulgada à imprensa. Após ser recebido no aeroporto de Teresina pelo Governador Freitas Neto e outros governadores que já se encontravam no Piauí, ele se deslocou para o Rio Poty Hotel, onde teve várias reuniões, inclusive ouviu reivindicações de lideranças sindicais do Estado.

Ao meio-dia, o Presidente se deslocou para o auditório do Centro de Convenções, onde se verificou a assinatura dos convênios com os estados para implantação do Programa de Frentes Produtivas de Trabalho. Estavam presentes todos os governadores nordestinos, mais o de Minas Gerais, Hélio Garcia, os Ministros da Justiça, Maurício Corrêa, da Integração Regional, Alexandre Costa, e das Comunicações, Senador Hugo Napoleão, e o Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena.

Vontade política— Em relação ao problema da seca, Itamar afirmou no discurso que fez após ouvir o pronunciamento do Governador Freitas, que "não faltarão ao Governo Federal vontade política e nem empenho para o trabalho necessário, o que não podemos mais aceitar é que, a cada vez que a seca se apresenta, se insista em enfrentar o problema com soluções paliativas, que só fazem perpetuar a miséria do povo".

O Presidente disse que "neste sentido, a Comissão Nacional do Programa das Frentes Produtivas de Trabalho deverá apresentar, em sessenta dias, a agenda para o Nordeste, que submeterei ao exame do Congresso Nacional".

Piauí — Sobre a escolha do Piauí para o lançamento do programa de emergência, que ele espera que seja o último, Itamar explicou que não foi casual. "Este é um dos estados mais atingidos pela estiagem e acredito que é por aqui que devemos iniciar não só este trabalho, mas, também, dar os primeiros passos na direção de uma mudança definitiva e radical nos rumos da vida do Nordeste".

Assinalou o Presidente que sabe que "não podemos acabar com as estiagens, mas podemos, com certeza, criar mecanismos próprios para com elas conviver, proporcionando melhores dias para a gente desta região". Ele adiantou que "devemos lutar pela integração nacional e para dar fim às desigualdades que não existem apenas entre os estados do Norte, do Nordeste e do Sul, mas no interior de cada uma das regiões do País".

Antes de concluir o seu pronunciamento, Itamar revelou que havia acabado de receber um fax do Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, informando que haviam sido transferidos para o Ministério da Integração Regional recursos da ordem de Cr\$1,3 trilhão correspondente a primeira parcela dos mais de Cr\$4 trilhões que serão aplicados no Nordeste, no Programa de Frentes Produtivas de Trabalho.

FREITAS PEDE A REABERTURA DO BEP

Ao fazer, ontem, discurso de 20 minutos na solenidade de instalação da Comissão Nacional de Frentes Produtivas de Trabalho, o Governador Freitas Neto disse que o Nordeste é viável, cobrou do Presidente Itamar Franco a adoção de medidas efetivas para acabar o drama da seca e fez um pedido em seu nome e dos governadores da Paraíba e do Rio Grande do Norte para que sejam reabertos os bancos oficiais desses estados, que se encontram em liquidação extra-judicial.

Após registrar seu orgulho em receber o Presidente, Freitas afirmou que o Nordeste tem os piores indicadores sociais e só é lembrado em "momentos agônicos como o que estamos vivendo". Em seguida, ele frisou que a região precisa apenas de uma política que lhe assegure prioridade e a integre a um projeto nacional de desenvolvimento.

Medidas — De acordo com o governador, é necessário que sejam adotadas medidas urgentes e definitivas para que o modelo econômico brasileiro possa sofrer modificações, inserindo-se o Nordeste em projeto nacional, que tenha ações que elimine o sofrimento de milhões de famílias nordestinas, que vivem abaixo do limite de pobreza.

— É a seca, Senhor Presidente a perversa seca, um dos maiores problemas do Nordeste, seu inimigo público maior, comparável nacionalmente à fome e à inflação, declarou Freitas, assinalando que "o povo nordestino e seus governantes não querem mais ser partícipes de medidas paliativas. Submetidos aos ditames da natureza, não se deseja combatê-la, mas conviver com ela".

Sensibilidade — Freitas destacou a sensibilidade do Presidente da República para com os problemas sociais do país e pediu o fortalecimento de instituições da região, como a Sudene e o Dnocs, além de mudanças no Fundo Constitucional do Nordeste para que ele possa se tornar acessível aos pequenos e médios produtores rurais.

GOVERNADORES VÊM BOA VONTADE

O Estado

Sábado, 3 de abril de 1993
Manoel Messias

A maioria dos governadores nordestinos que participaram, em Teresina, da instalação da Comissão das Frentes Produtivas de Trabalho, disse que os recursos liberados, ontem, para o combate à seca no Nordeste não irão resolver o problema, mas ressaltaram a boa vontade do Presidente Itamar Franco em ajudar a região.

O governador Antônio Carlos Magalhães, um dos principais críticos do governo federal, afirmou que Itamar demonstrou que está preocupado com os problemas que enfrentam os nordestinos, mas ele adiantou que, até aquele momento, a sua posição em relação ao presidente não havia mudado.

— Esse encontro que teremos com o presidente é muito importante dada a situação de emergência da região, mas acho que o volume de recursos deveria ser maior, disse o governador do Maranhão, Edison Lobão, que terá direito a sete por cento do dinheiro liberado para o Nordeste.

O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, reconheceu que o presidente está dando uma ajuda substancial à região, enquanto o governador do Ceará, Ciro Gomes, assinalou que está no momento de serem adotadas medidas que possam fazer com que os nordestinos tenham condições de conviver com a falta de chuvas.

Discriminação — O governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, reclamou que seu Estado está sendo discriminado por membros do governo, o que, em sua opinião, não é do conhecimento do Presidente da República. Ele adiantou que Alagoas vai receber menos recursos do que o Piauí, embora tenha uma população igual.

— Em Sergipe, nós já estamos desenvolvendo o Projeto Chapéu de Couro, dando assistência aos flagelados e construindo pequenas obras, como barragens, adutoras e poços artesanais, revelou o governador de Sergipe, João Alves.

Para o governador do Rio Grande do Norte, José Agripino, os recursos liberados por Itamar servirão apenas para melhorar a situação que atravessa o Nordeste, “mas, certamente, que não resolverão o problema da seca”.

O governador Antônio Carlos Magalhães teve um encontro com o presidente. No final, Itamar afirmou que a conversa foi amável e inspiradora e que os assuntos tratados giraram em torno dos interesses nacionais.

ESCOLHA DO PIAUÍ JUSTIFICADA

O Dia

Terezina, 3 de abril de 1993

Ao fazer o lançamento do Programa Nacional das Frentes Produtivas de Trabalho, o Presidente Itamar Franco disse que a escolha do Piauí para dar início a este programa não foi casual. Destacando que este é o Estado mais atingido pela estiagem, o presidente afirmou que não faltarão ao Governo Federal vontade política e nem empenho para o trabalho necessário ao combate aos efeitos da seca que castiga o povo nordestino.

“Vim ver os problemas de perto, mas não vim apenas para ver: trouxe comigo, dentro das limitações do erário, a ajuda do poder público, estipulada em reunião com os gover-

nadores do Nordeste, parlamentares-Contag e outras lideranças da sociedade civil. Trata-se do mínimo, é claro, do mínimo necessário para sustentar a execução de um plano de emergência, capaz de reduzir o sofrimento do povo e de aumentar o número de obras duradouras, que, somadas às já existentes, possam oferecer melhores condições de vida no futuro”, afirmou em seu discurso o presidente.

Itamar lembrou ainda que as dificuldades do país são grandes, mas como Presidente da República, enfatizou, não poderia ficar alheio à calamidade gerada por uma das maiores secas das últimas décadas. “A Nação inteira aprova, não tenho dúvidas, essa minha conduta. Como chefe da Nação venho cumprir a minha obrigação para com uma parcela do nosso povo, submetido à inclemência da natureza. Venho, sobretudo, oferecer os meios mínimos para que o Nordeste possa atravessar esse período tão difícil de sua vida”, afirmou.

Segundo o presidente, os recursos de Cr\$ 4 trilhões 11 bilhões de cruzeiros liberados não vão resolver o problema da seca. Para isso, a União conta com a ajuda dos governadores e parlamentares do Nordeste para elaborar um programa em que, com a participação de todos, sejam realizados trabalhos de resultados duradouros. “Sei que o meu governo não resolverá em definitivo as dificuldades cíclicas causadas pela estiagem, mas tenho a certeza de que nele não estaremos contribuindo para a manutenção do que se convencionou chamar de “indústria da seca”, assegurou Itamar. Em seu discurso o presidente lembrou ainda o trabalho desenvolvido pela Sudene, destacando que decisões governamentais destes últimos 15 anos reduziram para 18 por cento os recursos que anteriormente eram destinados ao órgão, mas que mesmo assim a Sudene continua a prestar assistência, embora sem obter os mesmos resultados positivos do passado.

Finalizando, Itamar disse que a sua mensagem aos nordestinos e aos piauienses em particular é de Fé e de Esperança, enfatizando que acredita no Nordeste e no povo nordestino, que tem um passado de lutas em defesa da integridade do território nacional. “Tenho confiança em que, juntos, construiremos dias melhores para o Nordeste e para o Brasil. Lado a lado haveremos de conseguir a integração nacional e dar fim às desigualdades e em breve veremos o Nordeste crescer, desenvolver-se e transformar-se em uma região próspera, com o seu povo liberto da inclemência do fenômeno secular da seca”, concluiu.

ITAMAR LIBERA RECURSOS PARA COMBATER A SECA

O Dia. Terezina, 3 de abril de 1993

Cr\$1,3 trilhão já está à disposição do Nordeste

Ao se reunir ontem em Terezina com todos os governadores do Nordeste o presidente Itamar Franco liberou Cr\$ 1,3 trilhão para ajudar os estados enfrentarem os efeitos da seca que castiga a região como primeira parcela da verba de 180 milhões de dólares. O ato de assinatura do convênio entre o governo federal e os governadores aconteceu às 12h30 min no Centro de Convenções. Segundo o próprio Itamar Franco o dinheiro destinado aos Estados já está à disposição dos governadores para que sejam aplicados imediatamente.

Itamar desembarcou em Terezina 40 minutos antes do horário previsto no programa.

Ele chegou às 9h50min. Para a reunião 12 governadores vieram a Terezina e a maioria foi ao aeroporto participar

da recepção ao presidente. Após as honras militares, Itamar se deslocou até o hotel onde recebeu na suíte presidencial quase todos os governadores e parlamentares convidados, entre os quais o da Bahia Antonio Carlos Magalhães, até então o principal opositor ao seu governo quando ficou acertada uma trégua entre Magalhães e o presidente.

Depois de passar duas horas no hotel em conversas a portas-fechadas com líderes políticos, Itamar Franco se dirigiu em um ônibus até o Centro de Convenções onde foi recepcionado na entrada por um cordão formado por crianças cantando o Hino do Piauí. Deixou de lado as formalidades e passou a cumprimentar os estudantes até a entrada do auditório. A recepção no Centro de Convenções contrastou-se com a manifestação de protesto de um grupo de militantes do CCEP.

Com a chegada das autoridades na mesa dos trabalhos, o presidente iniciou a solenidade já com a assinatura dos convênios com todos os governadores da região anunciando o valor total dos recursos e a porcentagem que cada Estado receberá. A Bahia e Ceará, dos Cr\$ 4 trilhões, terão direito a 18% cada um; 16,33% irão para Pernambuco; a Paraíba foi contemplada com 12,33% do total; o Piauí receberá 10,83%; o Rio Grande do Norte ficará com 7,5%; o Maranhão com 7,08%; Alagoas receberá 4,42%; Sergipe 2,84%; e Minas Gerais com 2,67%.

O Presidente Itamar Franco recebeu ainda na noite de quinta-feira, quando estava em São Luiz, fax do Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, comunicando que a primeira parcela dos Cr\$ 4 trilhões, no valor de Cr\$1,3 trilhão, já havia sido liberada a fim de que os governadores já pudessem dispor e iniciar imediatamente o trabalho de atendimento da população atingida pela estiagem. Itamar Franco disse antes de embarcar de volta para Brasília que se sentia bastante satisfeito com os resultados da reunião afirmando que preferia que a solução do problema da seca fosse dada através de um programa permanente mas diante das dificuldades que passa o país no momento é tudo o que o erário pode oferecer para aliviar as consequências que a estiagem provoca na população causando fome e desespero.

GOVERNO LIBERA VERBA PARA COMBATER A SECA

Correio Braziliense, 3 de abril de 1993

Teresina (PI) — O Presidente Itamar Franco anunciou ontem a liberação imediata da primeira parcela, no valor de Cr\$1,3 trilhão, dos recursos destinados ao Programa Emergencial de Combate à Seca no Nordeste. O Governo investirá Cr\$4,7 trilhões no programa e os recursos serão aplicados na construção de obras permanentes (barragens, poços artesianos, açudes, adutoras, recuperação de estradas, escolas e postos de saúde), utilizando a mão-de-obra dos trabalhadores rurais atingidos pela seca.

Em solenidade, ontem, no Centro de Convenções de Teresina, Itamar Franco instalou oficialmente a Comissão Nacional do Programa de Frentes de Trabalho Produtivas, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do programa. A ela também caberá a elaboração da "Agenda do Nordeste", um plano de longo prazo para combater e atenuar os efeitos da seca na região.

Na mesma solenidade, o Ministro Alexandre Costa e os governadores dos dez estados atingidos pela estiagem assinaram os convênios regulamentando a aplicação e a distribuição dos recursos na região. A Bahia e o Ceará receberão a maior

parcela dos recursos, 18 por cento cada um, equivalente a Cr\$847 bilhões.

Pernambuco receberá Cr\$763,3 bilhões (16,33 por cento), a Paraíba Cr\$580,8 bilhões (12,33 por cento), o Piauí Cr\$510,2 bilhões (10,83 por cento), o Rio Grande do Norte Cr\$353,3 bilhões (7,51 por cento), o Maranhão Cr\$333,5 bilhões (7,08 por cento), Alagoas Cr\$208,2 bilhões (4,42 por cento), Sergipe Cr\$133,7 bilhões (2,84 por cento) e Minas Gerais Cr\$125,7 bilhões (2,67 por cento). Os critérios utilizados para a divisão dos recursos foram baseados na população atingida pela seca e nos recursos hídricos existentes em cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Senador Lourival Baptista, a Presidência defere as postulações de V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para uma breve comunicação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa, com a finalidade de transcrevê-la nos Anais do Senado, a carta que o Ministro Eliseu Resende enviou ao Sr. Roberto Civita, da revista *Veja*.

No exercício do seu direito de resposta, o Ministro Eliseu Resende retifica várias das informações constantes de uma reportagem da revista, que buscou levar à opinião pública acusações contra a dignidade pessoal e a ação administrativa do atual Ministro da Fazenda.

Necessário se faz, Sr. Presidente, que, antes de julgarmos os atos dos homens públicos, possamos ter acesso às informações dos dois lados da questão.

É nesse sentido, e por acreditar nas informações contidas na carta que passo a ler, que a faço incluir nos nossos Anais.

A carta é a seguinte, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"Exm^o Sr.

Roberto Civita

Revista *Veja* — Editora Abril

São Paulo

Prezado Dr. Roberto Civita,

Faço considerações, como manda a minha consciência e a responsabilidade perante a nação do cargo que atualmente ocupo, a respeito da reportagem sobre minha pessoa nas páginas 22 e 23 da revista *Veja* deste início de semana.

A matéria assinala o início de minha dedicação ao trabalho como contínuo de banco aos 14 anos.

Esses 50 anos de atividade no setor público e privado foram vasculhados de forma impiedosa por um elenco de repórteres dessa revista, seja na pequena cidade de Oliveira, ao perturbarem a vida tranqüila e modesta de minha mãe humilde, de 86 anos, com perguntas que a sensibilizaram a ponto de vir logo depois a sofrer um derrame cerebral, seja na cidade do Rio de Janeiro, em incômodas tentativas de contato com minha esposa, minha filha e meus netos, seja na busca de dados negativos em todos os órgãos públicos e empresas privadas onde já fui empregado ou atrás de informações tendenciosas junto a amigos, correligionários, adversários políticos e colaboradores de minha campanha eleitoral de 1982.

O resultado de toda essa investigação vem transcrito na reportagem que, frustrada pela não-identificação de qualquer questão real e relevante que possa ferir minha honra e minha moral, resvala em colocações maliciosas e inverídicas que me compete repelir.

As críticas dirigem-se primeiramente ao jovem engenheiro civil e construtor, que nas décadas de 60 e 70 dedicou-se ao programa de integração nacional e à construção das estradas de que o Brasil tanto precisava, com os recursos financeiros constitucionalmente vinculados a esse objetivo. Ao invés de se referir ao título de "Homem do Ano", escolhido em âmbito mundial pelo *International Road Federation*, a ênfase é pejorativamente direcionada para o serviço prestado ao regime militar, ao contato com empreiteiros e à construção de obras "faraônicas" como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e a Ferrovia do Aço.

Cabe aqui, de passagem, esclarecer que não fui o idealizador da Ferrovia do Aço, mas aquele que se debruçou exaustivamente no esforço de racionalizar a conclusão do seu trecho prioritário, abandonando os investimentos anteriormente programados para os trechos menos importantes e para sua onerosa eletrificação.

A construção da Ponte Rio-Niterói correspondeu a um gigantesco esforço para edificação do empreendimento em apenas cinco anos, com grandes dificuldades junto a empresas de engenharia, em época em que a tecnologia nacional era incipiente. Os benefícios econômicos diretos e indiretos da construção da ponte estão claramente definidos nos estudos de viabilidade elaborados. A propósito, sugiro à revista *Veja* uma pesquisa junto às populações do Rio Janeiro e Niterói sobre o que seria daquela região metropolitana se a ponte não tivesse sido construída.

A Transamazônica fez parte de um elenco muito maior de estradas, financiado pelos recursos à época legalmente instituídos para formar o Fundo de Integração Nacional. Como ela, se construíram as rodovias Cuiabá-Santarém, Brasília-Porto Velho-Rio Branco (a Estrada Brasília-Acre, iniciada por Juscelino Kubitschek), Porto Velho-Manaus e Manaus-Boa Vista, além da pavimentação da Belém-Brasília (criticada por Jânio Quadros, em 1961, que a chamou de "estradas das onças"). A Transamazônica, estrada de terra simples, com nove metros de largura, rampas de 10%, raios de curvatura de menos de 200 metros, pontes de madeiras nativas da região, foi construída a baixo custo para servir como penetração pioneira na desconhecida e incógnita Floresta Amazônica, cujos segredos despertavam curiosidade e ambição no mundo inteiro. O propósito era principalmente o de identificar as riquezas da região, conquistando-a, para sua integração ao resto do País. Hoje, a Amazônia não é mais desconhecida.

A afirmação da revista de que seu custo somou US\$1,5 bilhão está longe de corresponder à verdade. O DNER poderá comprovar que não passou de 1/5 desse valor. Isto porque os investimentos iniciais foram programados para serem menores, desde que a estrada viesse a receber uma conservação adequada e permanente. O mal da Transamazônica é a ausência de sua conservação. Para se ter melhor idéia das características iniciais da estrada, poderíamos afirmar que o Brasil constrói umas três ou quatro "Transamazônicas" por ano, se somadas às extensões das estradas com características semelhantes.

Aliás, devo dizer que o Brasil construiu um enorme patrimônio na infra-estrutura de energia e transportes,

e ao invés de se dedicar tempo à crítica de obras do passado, deve-se refletir sobre o fato de não se estar sabendo conservá-las no presente, deixando deteriorar um valioso bem nacional, fincado no chão com pesados sacrifícios de muitas gerações.

A reportagem dedica grande espaço ao esforço de tentar revelar que a minha gestão no DNER, há 25 anos atrás, teria sido reprovada pelo Tribunal de Contas da União, pelo fato de aquela "Corte de Contas" haver multado, em dois salários mínimos por exercício, todos os "ordenadores de despesa" do órgão, coletivamente, no exercício de 1964 a 1973, em decorrência de irregularidades formais. Não fez referência, no entanto, aos documentos que atestam a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas da União e baixa de minha responsabilidade em todos os exercícios que dirigi no DNER, o que comprova a lisura e o comportamento moral no desempenho da função, embora cópias desses documentos tenham sido por mim entregues ao repórter da revista *Veja*, em Brasília, o Sr. Eduardo Oinegue, que, aparentemente, com intenções boas e lhanas, me entrevistou a respeito.

É curioso que essa questão de 25 anos atrás venha a ser enfatizada somente hoje, quando se sabe que depois disso já tenha exercido tantas outras atividades públicas. Lembro-me, Dr. Roberto Civita, da visita com que, certa vez me honrou em minha residência, como Ministro dos Transportes, em Brasília, elogiando e aprovando o trabalho que então desenvolvia, sem qualquer referência de sua parte e por parte de sua revista à minha anterior passagem pelo DNER, sob o ângulo pelo qual agora foi destacada.

A reportagem procura penetrar também em meu trabalho no setor privado, mas só destaca a minha passagem pela Organização Odebrecht. Aceitei realmente o convite daquela Organização para, por algum tempo, dirigir suas atividades nos ramos da petroquímica e da mineração, que nada tinham a ver com as funções por mim até então exercidas no setor público. Mas o fiz de forma clara e transparente, registrada nas juntas comerciais, como pessoa que nada tem a temer ou a esconder, e que precisa trabalhar para seu sustento e de sua família. Vossa Senhoria há de compreender que é muito pior quando se aventam situações de prestações de serviços inconfessáveis e subalternos, e pior ainda é quando se sai do Governo e não se necessita mais trabalhar.

A propósito das ilações sobre esse aspecto feitas na reportagem, seria mais próprio esclarecer ao leitor sobre a declaração de bens do novo Ministro da Fazenda, distribuída à imprensa e que não mereceu qualquer referência da reportagem que procurou tão-somente vasculhar imaginários benefícios pessoais auferidos ao longo de 50 anos de trabalho.

Embora sejam referências esparsas, vagas e não fundamentadas no texto da matéria, não posso deixar de refutar afirmações da revista:

1) nunca fui sócio da empresa de projetos chamada CRB e não acredito que o engenheiro Marzo Sete Torres, meu ex-assistente na Escola de Engenharia da UFMG, tenha feito a afirmação a ele atribuída;

2) declaro peremptoriamente não ser verdade que a empresa COWAN, inexplicavelmente destacada na

reportagem, tenha feito qualquer contribuição financeira a minha campanha eleitoral de 1982;

3) é irresponsável e inverídica a afirmação da Revista de que só em dois itens foram despendidos US\$15 milhões em minha campanha. Todos os correligionários que a acompanharam sabem que foi uma campanha gerenciada com rigor pelo próprio candidato e caracterizada pela boa organização. É normal que este fato positivo da campanha tenha sido apontado pelos adversários políticos sob a versão de grandes gastos. Os seus custos estão registrados no Tribunal Regional Eleitoral e, pela natureza tendenciosa da reportagem, não poderiam, por certo, estarem nela transcritos.

Finalmente desejo destacar um ponto a mais, maliciosamente abordado na matéria: o de que teria sido caixa das campanhas de Itamar Franco e Aureliano Chaves. Abomino tal afirmação, com toda a minha veemência. Nunca fui caixa de campanha. A colaboração que prestei aos candidatos Itamar Franco e Aureliano Chaves, nos campos logístico e político, eu a exerci na percepção do que achava melhor para Minas e o Brasil. Esses dois homens, cuja formação moral e patriotismo são indiscutíveis, tiveram o meu apoio e sempre o terão, pelo que representam como patrimônio moral e político que moldam esta Nação.

Refiro-me particularmente ao Presidente Itamar Franco, por ter-me escolhido, não sem minha relutância, para a honrosa função de Ministro de Estado da Fazenda, em momento delicado da vida econômica do País. Em Itamar Franco, distingo o homem somente alimentado pela vontade de servir ao País e ao seu povo sofrido e caracterizado por uma conduta de vida extraordinariamente austera e digna.

Peço compreender-me, Dr. Roberto Civita, ao haver tomado uma parcela do meu valioso tempo e desculpar-me pela expressões, algumas vezes desabridas desta carta; porque tem ela o objetivo de recolocar as delicadas questões de foro íntimo que sempre instruíram toda uma vida de trabalho e sacrifícios.

Estou anexando, por certo desnecessário, por já estarem nas mãos dessa revista, cópias de minha declaração de Imposto de Renda, as comunicações do DNER sobre a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas da União e meu *curriculum vitae*.

Solicito a publicação desta carta em sua revista, com a mesma ênfase emprestada à reportagem, permitindo-me levar os esclarecimentos nela contidos ao conhecimento das áreas responsáveis deste País.

Atenciosamente,
Eliseu Resende."

O Sr. Lourival Baptista — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães, quero felicitar V. Ex^a pela leitura dessa carta. O Ministro Eliseu Resende é um homem de bem. Quero dizer a V. Ex^a e aos Senadores aqui presentes que somente assomei aquela Tribuna, ao lado direito, nestes 22 anos que estamos aqui no Senado, uma vez. Sempre me pronunciei deste local, onde sentei-me quando aqui cheguei, em 1970. Subi à tribuna,

pela primeira vez, para interpelar o Ministro Eliseu Resende, na ocasião em que aqui se encontrava. Eu lhe disse que assim procedi em agradecimento ao que ele havia feito pelo meu Estado, quando fui Governador. Naquela oportunidade, assinalo que o pequenino Sergipe foi o primeiro Estado do Nordeste que teve sua principal rodovia asfaltada de ponta a ponta, desde a fronteira com Alagoas até a fronteira com a Bahia, fora as vicinais, e contou, também, com a construção da ponte sobre o rio São Francisco, ligando Propriá a Porto Real do Colégio. Foram duas obras com as quais Eliseu Resende deixou marcada sua atuação no Estado do Sergipe. V. Ex^a está de parabéns por ter lido essa carta. Eliseu Resende é um homem de bem e merece o respeito e a consideração do povo brasileiro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Obrigado a V. Ex^a, Senador Lourival Baptista, por dar seu testemunho.

Nós todos estamos lembrados do momento em que V. Ex^a chegou à tribuna — foi um momento de emoção neste plenário — e fez o seu agradecimento pelo trabalho executado pelo Ministro Eliseu Resende no seu Estado, Sergipe.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo da minha vinda a esta tribuna foi de trazer um documento, que deve ser lido por todos aqueles que se interessam em buscar a verdade.

É muito fácil fazer ataque à dignidade alheia, mas é sempre necessário que se tome conhecimento dos dois lados da questão, para que os homens de bem deste País façam o seu julgamento.

Foi esse foi o objetivo da minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste fim de sessão, pretendo ser breve.

Quero tecer comentários a respeito de um memorial que o Senado da República assinou, a pedido deste Parlamentar, e que teve o apoio dos 81 Senadores desta Casa. O memorial teve como objetivo o apoio de Sua Excelência, o Presidente Itamar Franco, à entrada da China Popular e de Formosa no GATT. Tive oportunidade de levar esse memorial para o Senhor Presidente da República e o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Com o respaldo desta Casa, o Presidente da República deu todo o apoio àquele documento. Assim, o Brasil irá acompanhar de perto a luta para a entrada desses dois países no GATT.

A China Popular, país de grande população, está dando ao mundo um exemplo do seu desenvolvimento e está sendo uma espécie de laboratório para acompanharmos de perto seu desenvolvimento e termos, também, essa mesma identificação.

A República da China — também conhecida como Formosa ou Taiwan —, país menor que a Paraíba, que tem hoje a maior reserva cambial do mundo, ao lado da República Popular da China se constituirão no país do terceiro milênio.

Dentro dessa linha, encaminhei ao Secretário-Geral do Partido Comunista chinês, Sr. Cheng Zimin, que hoje é Presidente da China, e às autoridades governamentais de Taiwan a posição do Senado brasileiro e o apoio que o Brasil está dando à entrada desses dois países no GATT. Tenho certeza de que será de grande valia para o estreitamento comercial

com o Brasil e o desenvolvimento das duas nações, com reflexos principalmente para nós, do Nordeste, que já estamos sentindo o benefício dessa atitude do Governo brasileiro. Estão sendo montadas algumas indústrias chinesas no Nordeste e, tenho certeza, dentro de um ano ou dois, teremos muitas indústrias chinesas — tanto de Formosa, como da República Popular da China — não só no Nordeste como em todo o Brasil.

Peço a transcrição nos Anais do Senado Federal de duas cartas que recebi. Uma, do Presidente do Yuan Legislativo da República da China, ou seja, do Presidente do Congresso de Formosa, Liu Sung-Pan; outra, do Presidente da Associação de Banqueiros da República da China.

Lerei alguns trechos das cartas.

Escreve o Sr. Liu Sung-Pan:

“Sr. Senador Ney Maranhão, gostaria de agradecer-lhe pelos gentis comentários sobre minha reeleição como Presidente do Yuan Legislativo e pelo seu grande apoio à entrada de nosso governo no GATT. Fiz menção de sua carta ao Sr. Frederic Chien, Ministro para Assuntos Estrangeiros, e aos meus colegas do Legislativo (...) A República da China de Taiwan estabeleceu-se para ser uma potência econômica na Ásia e está desejosa por assumir suas responsabilidades como membro da comunidade internacional. Esta obrigação deve estar acima de política e ideologia. Durante o processo de nossa negociação com o GATT, o apoio permanente de seu governo é de grande importância.”

Isso significa, Sr. Presidente, que vamos colher bons frutos, com o apoio do Governo brasileiro a essa pretensão de Formosa.

A segunda carta, da qual lerei parte, é do Presidente da Associação de Banqueiros da República da China, uma espécie de Banco Central desse país que tem atualmente a maior reserva cambial do mundo: 94 bilhões de dólares. Temos que ter Formosa como parceiro, Sr. Presidente.

Leio, Sr. Presidente:

“Prezado Senador Ney Maranhão, agradeço muito sua carta amiga de 27 de janeiro último, anexa a qual estava a carta remetida ao Presidente Itamar Franco, devidamente referendada pelos 81 Senadores, assim como seu discurso, feito no dia 19 de janeiro no Congresso, em apoio à participação da República da China no GATT.

Estamos profundamente impressionados pelo seu alto ideal em promover a unidade e harmonia entre os seres humanos e pelo seu grande conhecimento sobre o recente desenvolvimento da República da China e do continente chinês.

Na esteira das rápidas mudanças no panorama econômico, político e financeiro do mundo, nosso País está ativamente envolvido com organizações de cooperação econômica multilateral. Somos membros do Conselho Econômico Pacífico Basin, da Conferência de Cooperação Econômica do Pacífico e do Conselho Econômico da Ásia-Pacífico e estamos cumprindo rigorosamente as nossas obrigações e arcando com nossas responsabilidades. Pretendemos, agora, assumir nossas justas posições em outro grupo multilateral, o GATT. Considerações políticas irrelevantes à parte, as qualificações de Taipei para membro dessa organização são

inquestionáveis. Nós bendizemos e apreciamos seu apoio para que isso aconteça e esperamos ser aceitos em breve. Nosso papel será construtivo e proveitoso.

Agradecemos novamente a sua gentil consideração e esperamos ter o prazer de recebê-lo em Taipei.”

Sr. Presidente, as ações já começaram a frutificar. O povo chinês e o brasileiro é que ganham com isso.

Peço a transcrição das duas cartas dessas autoridades nos Anais da Casa, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

Brasília, 10 de março de 1993

Honorável Ney Maranhão,

Gostaria de agradecer-lhe pelos gentis comentários sobre minha reeleição como Presidente do Yuan Legislativo e pelo seu grande apoio à entrada de nosso governo no GATT. Fiz menção de sua carta com o Sr. Frederic Chien, Ministro para Assuntos Estrangeiros e com meus colegas do Legislativo. Acredito que todos nós apreciamos, não só seu esforço em nos apoiar, mas também o fato de podermos partilhar de sua amizade.

Minha viagem para o Brasil, ano passado, para participar da Eco 93, foi maravilhosa. Foi um evento mundial histórico. Chegou-se ao consenso sobre assuntos que dizem respeito à população mundial e sobre o meio ambiente. Fiquei impressionadíssimo com a imensidão geográfica e riqueza de recursos de seu país assim também como com a variedade de suas metrópolis. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer-lhe e a seus colegas do Senado e calorosa recepção e hospitalidade.

A República da China de Taiwan estabeleceu-se para ser uma potência econômica na Ásia, e está desejosa por assumir suas responsabilidades como membro da comunidade internacional. Esta obrigação deve estar acima de política e ideologia. Durante o processo de nossa negociação com o GATT, o apoio permanente de seu governo é de grande importância.

Espero que a relação entre nossos países seja fortalecida e que breve possa encontrá-lo em Taipei para retribuir suas amabilidades. Minhas melhores lembranças. — **Liu Sung Pan**, Presidente do Yuan Legislativo da República da China.

THE PRESIDENTE OF THE LEGISLATIVE YUAN REPUBLIC OF CHINA

Senador Ney Maranhão

Senado Federal — Anexo II — Gab. 27

70160-900 — Brasília — DF

March 10, 1993

Hon. Ney Maranhão,

I would like to thank you kind comments on my re-election as President of Legislative Yuan, and your strong support of our government in entering Gatt. I have referred your letter to Mr. Fredric Chien, Minister of Foreign Affairs, as well as my colleagues in the Legislative Yuan. I believe that not only your supportive efforts would be highly appreciated, but your friendship be cherished.

My trip to Brazil last year to attend the Global Parliamentary Earth Summit was wonderful. It was a historical world event. Consensus was reached on issues which affect world population and our living environment. I was also impressed by the resourcefulness and geographical vastness and varieties of your metropolises. I would like to take this opportunity

to thank you and your honorable colleagues in the Senate for your warm reception and hospitality.

Brasília, 16-3-93

Prezado Senador Ney Maranhão,

Agradeço-lhe muito sua carta amiga do dia 27 de janeiro último, anexa a qual estava a carta remetida ao Presidente Itamar Franco, devidamente referendada pelos 81 Senadores, assim como seu discurso, feito no dia 19 de janeiro, no Congresso, em apoio à participação da República da China no Gatt.

Estamos profundamente impressionados pelo seu alto ideal em promover a unidade e harmonia entre os seres humanos e pelo seu grande conhecimento sobre o recente desenvolvimento da República da China e do continente chinês.

Na esteira das rápidas mudanças no panorama econômico político e financeiro do mundo, nosso país está ativamente envolvido com organizações de cooperação econômica multilateral. Somos membros do Conselho Econômico Pacífico Basin, da Conferência de Cooperação Econômica do Pacífico e do Conselho Econômico Ásia-Pacífico e estamos cumprindo rigorosamente com nossas obrigações e arcando com nossas responsabilidades. Pretendemos, agora, assumir nossa justa posição com outro grupo multilateral — o Gatt. Considerações políticas irrelevantes, à parte, as qualificações de Taipei para membro desta organização são inquestionáveis. Nós bendizemos e apreciamos seu apoio para que isto aconteça e esperamos ser aceitos em breve. Nosso papel será construtivo e proveitoso.

Agradecemos, novamente, sua gentil consideração e esperamos ter o prazer de recebê-los em Taipei.

Com minhas melhores recomendações. — Y. D. Sheu, Presidente da Associação de Banqueiros da República da China.

BANKERS ASSOCIATION OF THE REPUBLIC OF CHINA

March 16, 1993

Senador Ney Maranhão

Senado Federal

Anexo II — Gab. 27

70160-900 Brasília — DF

Brasil

Dear Senador Maranhão:

Thank you very much for your friendly letter of January 27th along with a letter sent to Presidente Thamar Franco, which was duly countersigned by all the 81 senhores Senadores, as well as your speech presented on January 19th at the Congress, in strong support of Republic of China's participating GATT.

We are deeply impressed by your lofty ideal in promoting humanbeing's unity and harmony and your thorough understanding of the recent development in the Republic of China and mainland China.

In the wake of the rapid change in the global political, financial and economic environment, our country is actively involved in multilateral economic cooperation organizations. We are a member of Pacific Basin Economic Council, Pacific Economic Cooperation Conference and Asia-Pacific Economic Council and we are vigorously fulfilling our obligations and responsibilities. We are now intent on assuming our rightful position with another multilateral grouping, the GATT. Irrelevant political considerations aside, Taipei's qualifications

for membership in this organization are unquestioned. We welcome and appreciate your support for our membership and we do look forward to participating soon. Our role will be constructive and helpful.

Thank you again for your kind concern and hope I may have the pleasure of welcoming you here in Taipei.

With my best personal regards,

Sincerely yours, Y. S. Sheu Chairman.

President

Legislative Yuan

I Chaugshan South Road

Taipei, Taiwan, R.O.C.

The Republic of China in Taiwan has established itself to be an economic power in Asia, and is willing to pay its responsibilities as a member of the international community. This obligation should override politics and ideology. During the process of our negotiation with GATT, steadfast support of your government is of great importance.

I hope that substantive relations between our countries will be further strengthened. I look forward to meeting you in Taipei so as to reciprocate your kindness. My best wishes.

Sincerely yours, Liu Sung-pan — President Legislative Yuan Republic of China.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — A Presidência atenderá ao pedido de V. Ex^a, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de tratar de dois assuntos.

Em primeiro lugar, quero fazer referência a requerimento de informações que encaminhei ao Sr. Ministro da Fazenda, bem como à Caixa Econômica Federal, solicitando informações relativas à DATAMEC S/A — Sistemas e Processamento de Dados.

Em reunião realizada no dia 3 de dezembro de 1992, publicado no *Diário Oficial* do Estado do Rio de Janeiro, do dia 2 de fevereiro de 1993, o Conselho de Administração da Datamec determinou que fosse apresentada, dentro de 30 dias, proposta que, dentre outras providências, contemplasse a redução do prazo de 180 dias do número de Centros de Processamento de Dados Regionais, mantendo apenas os do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte com a consequente extinção das respectivas estruturas administrativas.

Em face desta situação, solicitamos, no âmbito do Ministério da Fazenda, esclarecimentos, tais como que providência foi adotada pela direção da empresa quanto à redução de CPD e extinção das respectivas estruturas administrativas, qual o destino proposto para as instalações físicas, equipamentos e recursos humanos de Recife, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Porto Alegre, se existe projeção do número de demissões a serem efetuadas em virtude da deliberação acima referenciada; se existem os recursos para efetuarem as rescisões contratuais; se existem estudos da redução de custo, participação e ampliação do mercado como alternativas à proposta de extinção das regionais decorrente destas determinações e outras questões que se tornam importantes para avaliar a deliberação do Conselho de Administração da Datamec.

Solicito seja transcrita a íntegra de ambos os requerimentos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de registrar, nesta oportunidade, a visita da Comissão Teotônio Vilela,

que trata das questões dos direitos humanos em instituições fechadas — Comissão esta que tem como Presidente de honra o ex-Senador Severo Gomes — à FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor).

Ainda na semana retrasada, por ocasião do 10º aniversário de sua criação, ela concedeu o prêmio relativo aos direitos à cidadania ao Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira.

Nos últimos treze anos, fiz mais de dez visitas a essa instituição e a diversas unidades da Febem, tanto na cidade de São Paulo quanto em outras unidades fora do Estado de São Paulo. Infelizmente, ontem, encontrei uma situação que em nenhum momento mostra significativo progresso em relação ao que antes ali vi, seja há doze, há dez, oito, quatro ou dois anos.

Na terça-feira da semana passada, ocorreu uma rebelião de menores na Unidade Educacional 12 da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, no bairro Tatuapé.

No dia seguinte, o Presidente da Febem, Joaquim Villaza Souza Campos, que tinha estado presente, por ocasião da rebelião e das medidas que haviam sido tomadas para controlar e, naquela oportunidade, seja a secretaria do menor, seja a presidência da Febem havia relatado que cerca de cinco menores haviam sido feridos. Todavia, nos resultados de laudos médicos, solicitados pela Promotoria da Infância e da Juventude e realizados por médicos do Instituto Médico Legal, constatarem-se ferimentos em um total de 75 meninos, após exames de corpo delito realizados na sexta-feira e no sábado.

Ontem, acompanhados da Presidente da Comissão Teotônio Vilela, Maria Ignês Bierrenbach, do Dr. João Batista Breda, do Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor e, também, do Deputado Jamil Murad, do PCdoB, constatamos que, de fato, dezenas de menores entre 14 e 17 anos — e inclusive alguns rapazes de 18 e 19 anos que ali se encontravam, em minoria — demonstravam sinais de espancamentos decorrentes de pancadas, muito provavelmente de paus e cassetetes ou até de barras de ferro. Alguns dos menores estavam feridos na cabeça, nos braços, nas costas, mostrando sinais evidentes de que houve ali uma violência que não poderia ser justificada.

Por que razão se teriam revoltado aqueles menores?

Trato deste problema, Sr. Presidente, porque o que se passa na Febem é um retrato da difícil situação de famílias pobres por todo o Brasil, de famílias que não têm condição de sobrevivência.

Muitos dos menores, levados à Febem, por terem cometido algum crime, eram os que ali estavam: menores infratores. Uns porque cometeram assaltos, outros porque eram suspeitos de assaltos à mão-armada. Existiam, infelizmente, adolescentes com idade entre 14 e 17 anos acusados de já terem cometido crime de homicídio. Interessante observar que todos eles eram menores provenientes de família de baixíssimo poder aquisitivo; muitos deles morando nos bairros periféricos da cidade de São Paulo, ou em cidades do interior daquele Estado. Esses menores foram levados à vida marginal por causa de precaríssimas condições de vida, decorrentes do agravamento das condições sociais, do empobrecimento, do desemprego em que vive o povo brasileiro.

O Presidente da Febem que ali nos recebeu, Joaquim Villaza Souza Campos, contestou a informação de que, pelo menos, oito menores haviam sofrido fraturas e que estariam com seus braços quebrados; porém, de maneira alguma contestou a violência que pudemos registrar e da qual fomos

testemunhas pelo depoimento de dezenas de menores, passando de cela por cela, onde estavam em cada uma delas dois menores.

De terça-feira da semana passada, até ontem, segunda-feira, todos os menores visitados — e eram dezenas — ficaram trancafiados, sem sair para tomar sol no pátio. Segundo alguns deles compreendiam que ali estivessem presos por terem cometido alguma falta, algum delito, mas disseram que não podiam compreender que, além da privação de liberdade, estavam ali sujeitos a espancamentos por parte dos que cuidavam da sua segurança.

Solicito aqui, portanto, a atenção do Governador Luiz Antônio Fleury Filho para tal estado de coisas. Se não houver a firme determinação do Governador, da Secretária do Menor, em apurar rigorosamente esses fatos, não será surpresa se acontecer outro episódio tão grave quanto aquele que caracterizou a morte de 111 detentos na Casa de Detenção do Carandiru. É preciso, pois, que haja a firme determinação do Governo do Estado de São Paulo em providenciar uma investigação sobre o espancamento de 75 menores na Febem.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, é fundamental que nessas instituições fechadas se criem condições para que os menores, ainda que infratores, ou menores carentes, possam ser educados, possam ser efetivamente recuperados e preparados para uma nova vida em meio à sociedade. As condições que ali observamos unicamente são as que levam novamente à revolta, à rebelião, à vontade de — se conseguirem, por ventura, de lá escapar — novamente voltarem para a vida com violência.

É preciso crer na possibilidade de o ser humano acreditar na vida, nos aspectos positivos da vida, como o amor e a generosidade entre os homens.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT — SP)

Requeiro, nos termos dos artigos 50 e 49, inciso X, da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno sejam, prestadas pelo Ministro da Fazenda as seguintes informações, relativas à Caixa Econômica Federal:

1. Possui a Caixa Econômica Federal um Plano Diretor de informática? Qual dos documentos “A INFORMÁTICA NA CEF: MACROAVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES”, da SINFOR, de fevereiro/91, ou “EVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA CEF — PLANO DE METAS”, de autoria e data desconhecidas, deve ser considerado o Plano Diretor de Informática?

2. Durante o período em que a INTERBANK, prestou serviços de consultoria à CEF, esta consultoria apresentou algum Plano Diretor de informática para a CEF? Em caso afirmativo, apresentar cópia.

3. O documento intitulado “A INFORMÁTICA NA CEF: MACROAVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES”, da SINFOR, recomenda em sua fl. 20 que a CEF assuma todos os sistemas voltados para a Caixa, exceção feita ao sistema de loterias, que por sua simplicidade operacional já se encontra voltado para o usuário final. Pretende com isso a Caixa Econômica Federal assumir a responsabilidade por toda a sua área

de informática, processando, desenvolvendo e agindo na automação dos seus serviços?

4. Qual a atual estrutura do departamento ou setor responsável pela informática da CEF, discriminando-se inclusive o Plano de Carreira específico (PCS), número de profissionais enquadrados no Plano de Carreira, qualificação dos profissionais e alocação?

5. Quais os sistemas inteiramente desenvolvidos e processados pela CEF? Quais os sistemas desenvolvidos por terceiros e assumidos pela CEF? Quais as consultorias a serviço da CEF para atender os sistemas hoje processados? relacionar consultoria/sistema.

6. No documento intitulado "EVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA CEF — PLANO DE METAS", autoria desconhecida, qual a metodologia utilizada pela CEF para identificar os recursos humanos, financeiros e de equipamentos, levando-se em conta as diferentes etapas do desenvolvimento de cada projeto? Quais os prazos de cada etapa? Quais as prioridades de cada projeto? Foram feitas as análises de fados para definir as bases de dados necessárias para os sistemas definidos no documento "EVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA CEF — PLANO DE METAS"? Apresentá-las.

7. Qual a metodologia para planejamento de capacidade utilizada pela CEF e qual a demanda de memória disco, transações on-line, horas de CPU, horas de I/O, no período de dois anos atrás, na atualidade e qual a previsão para os próximos cinco anos?

8. Qual a configuração dos equipamentos de grande, médio e pequeno porte e periféricos da CEF nos seguintes períodos: dois anos atrás, na atualidade, e previsão para os próximos cinco anos?

9. Considerando que ambos os documentos que retratam a informática da CEF admitem a necessidade urgente de contratação de mão-de-obra especializada para a sua área de informática, quantos concursos foram realizados no período compreendido entre 1991 e o ano em curso para admissão de profissionais de informática? Quantos foram os aprovados e qual a especialização profissional dos admitidos?

10. Como se justifica o Plano Diretor de Telecomunicações da CEF encontrar-se paralisado, conforme documento "EVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA CEF — PLANO DE METAS" (fl. 23), enquanto estão em andamento a reestruturação da rede de comunicação e da rede de telefonia (fls. 21/22), segundo o mesmo documento?

11. Levando-se em consideração as denúncias contidas no jornal *Fenac Notícias* de número 68, órgão informativo dos trabalhadores da CEF com tiragem nacional superior a setenta mil exemplares, dando conta do envolvimento de diretores da DATAMEC S/A em atos lesivos à CEF, qual o prazo de duração do contrato CEF X DATAMEC para que a empresa de informática fornecesse à Caixa Econômica Federal equipamentos IBM? Que providências tomou a direção da instituição para apurar as denúncias de que a DATAMEC adquiriu, sem licitação, equipamentos das empresas IBM e GBM/KWI Informática para repassá-los à sua controladora? Cópia da fatura apresentada pela DATAMEC S/A, em maio de 1992, no valor equivalente a US\$3.000.000,00 (três milhões de dólares), referentes a aluguel de equipamentos e que foi suspensa por falta de contrato específico, e que levou a destituição do cargo do chefe da COSIT/Matriz, Bernardo Carvalho de Araújo? Quais as providências tomadas, pela atual direção da CEF, para apurar a responsabilidade da direção da DATAMEC nesse ato?

12. Nomear a diretoria da DATAMEC S/A no período de maio, junho de 1992. E informar onde estão alojadas estas pessoas na atual estrutura da DATAMEC.

13. Quais as providências tomadas pela em CEF face das denúncias de irregularidades nos contratos e pagamentos efetuados para as empresas CMA, DATAMEC e INTERBANK?

14. Enviar cópia do contrato de parcela comercial existente entre a DATAMEC S/A e a IBM?

15. A empresa DATAMEC S/A necessita de autorização do seu Conselho de Administração ou da direção da CEF para celebrar contratos de natureza idêntica ao existente entre a empresa de informática e a IBM? Em caso positivo, existe autorização para a celebração desse contrato? Apresentar cópias.

16. A Caixa Econômica Federal continua locando equipamentos IBM junto a DATAMEC S/A? Em caso negativo, qual o destino dos equipamentos devolvidos pela CEF? Qual o total de equipamentos devolvidos? Qual o valor do aluguel dos equipamentos? Em caso positivo, quais equipamentos locados, valores dos contratos e prazos de locação?

17. Cópia da diretiva do Conselho de Administração da DATAMEC S/A que determina a empresa ampliar, em 50%, a sua receita com recursos oriundos de serviços prestados a outros clientes (que não CEF).

Conclusão

Em face das graves denúncias contidas no jornal *Fenac Notícias*, nº 68, de agosto de 1992, órgão informativo da Federação Nacional dos Economistas, na seção a informática com a matéria intitulada "Relatório Comprova os Poderes de Cominato na CEF", e como desdobramento desta gestão as várias irregularidades em contratos e pagamentos, tais como o contrato firmado entre a CEF e CMA Consultoria, Métodos e Assessoria Mercantil Ltda. CEF e INTERBANK, CEF e DATAMEC S/A, a contratação de equipamentos intermediados pela DATAMEC junto as empresas IBM e GBM/KWI Informática, além da decisão do Conselho de Administração da DATAMEC S/A que em reunião realizada no dia 3 de dezembro de 1992 determinou a extinção de cinco Centro de Processamento de Dados regionais, nos Estados de Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul. São de grande importância as informações aqui solicitadas, pois permitirão ao Senado exercer, em plenitude, suas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões. — Senador Eduardo Suplicy.

○ SR. PRESIDENTE (Bello Parga). — Senador Eduardo Suplicy, V. Ex. solicitou a transcrição das respostas aos requerimentos?

○ SR. EDUARDO SUPICÝ. — Solicitei apenas a transcrição do conteúdo dos requerimentos, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Bello Parga). — A Presidência deferirá o pedido de V. Ex., nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

○ SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como ávido leitor de jornais e com base justamente nos direitos do consumidor, gostaria que meus fornecedores — repórteres, editorialistas e articulistas — observassem duas regras básicas, importantíssimas para quem quer se informar

e para isso lê. Não as invento. Eu as conheci como princípios de um dos mais conceituados órgãos de imprensa do Primeiro Mundo:

1 — quem reporta um fato deve fazê-lo da maneira mais exata e completa compatível com o espaço de que dispõe;

2 — quem opina sobre um fato deve fazê-lo com conhecimento de causa relativo ao fato em si e à matéria a que se refere.

No Brasil, os exemplos dos fatos abordados ao arripio destes dois conceitos são muitos, e tomo um exemplo recente.

No dia 4 de março último, o Ministro do Exército baixou portaria contendo normas para importação de armas leves para uso civil, vale dizer, armas para defesa, tiro ao alvo, coleção e uso policial civil.

Foi o bastante para que parte da imprensa tecesse uma série de críticas inexatas em seu conteúdo e feitas com total desconhecimento de causa, além de carga emocional bastante grande, como costuma acontecer com qualquer abordagem do assunto das armas. Não me compete defender o Ministro, que para isso dispõe de excelente assessoria, mas não posso deixar de emitir opinião, até por dever de ofício, depois de passar dois anos como Presidente da Comissão que no Senado se ocupa da Defesa Nacional, e de passar muitos outros estudando os problemas de segurança pública e criminalidade.

A Portaria nº 103, a que me refiro, nasce da necessidade de defender, sadiamente, sem custos para o Estado e sem cartorialismos, a indústria nacional. Defendê-la em sua competência e na sua capacidade de concorrer. Explico-me.

A indústria brasileira de armas leves, principalmente de revólveres e pistolas semi-automáticas, que vem há muito sofrendo os efeitos da recessão interna, voltou-se para o mercado externo. Vem exportando porcentagens cada vez maiores de sua produção, na medida em que se moderniza, melhora sua qualidade, cria e inova em seus produtos. As duas empresas mais conhecidas, Taurus e Rossi, conseguiram se impor no mercado mundial e hoje exportam, principalmente para os Estados Unidos, cerca de 90% da sua produção. A Taurus, ao que me consta, é a segunda marca preferida nos Estados Unidos, batendo a tradicionalista Smith & Wesson.

Este desempenho tem incomodado muito os conservadores fabricantes estrangeiros, que vêm perdendo longe a corrida da competência e não sabem o que fazer. Mas descobriram um argumento à mão: O Brasil não permitia a importação desse artigo que exportava tanto: o armamento leve. Pressionaram seu governo (refiro-me aos Estados Unidos, principalmente) para que retaliasse, proibindo, também, ou sobretaxando, a importação dos artigos brasileiros similares. Fiquei sabendo desse crescente movimento por representantes estrangeiros das firmas interessadas e da iminência das medidas de reciprocidade.

E o que aconteceria se houvesse a retaliação? Com seu mercado encolhido para 10% do que é, só restaria às nossas indústrias uma redução drástica de sua produção e de seu pessoal, ou mesmo fechar as portas. Ou, ainda, aproveitando o nome conquistado, mudar as fábricas para o exterior. Nada disso interessa ao Brasil. A portaria do Sr. Ministro calou a grita lá fora e tranquilizou nossos fabricantes e aqueles que têm seus empregos nesse ramo industrial. Só fez o bem, ninguém poderá provar o contrário, e o parabenizo por isso.

Há quem diga que a portaria permitirá o aumento de armas em poder da população, e é preciso desarmá-la. Isto é um sofisma. Se nossas fábricas competem em preço e qualidade lá fora, sem a carga de impostos que grava a importação,

darão de dez a zero aqui dentro em qualquer produto importado. Não creio em aumento sequer de 1% no número de armas em poder da população por efeito da portaria ministerial. Além disso, a venda de armas perfeitamente legalizadas, sob controle policial, ao cidadão que quer e mais que isso, precisa proteger sua casa, coisa que nem sempre a polícia pode fazer, não é, já provaram os estudos mais sérios feitos pelas maiores autoridades, fator de aumento, mas de diminuição da criminalidade. É preciso desarmar os bandidos, não os corretos. E quem mais compra armas legalizadas, registradas etc., são os corretos e não os seqüestradores, assaltantes e traficantes.

Este é, aliás, um assunto que voltarei a discutir aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^{es} e Srs. Senadores, venho à tribuna na tarde de hoje para, como representante de Pernambuco nesta Casa, emprestar a minha solidariedade ao *Diário de Pernambuco* pelo lançamento da Campanha SOS Seca para socorrer dezenas de milhares de pernambucanos do Agreste e do Sertão, duramente castigados pela longa estiagem que, desde 1991, vem destruindo a sua incipiente infraestrutura econômica e social.

Louvável, sob todos os títulos, a iniciativa do *Diário de Pernambuco*, que desde os primeiros momentos vem contando com o apoio da Cruzada de Ação Social, dirigida eficientemente por D. Sílvia Cavalcante, esposa do Governador Joaquim Francisco, da Sudene, da Associação Atlética Banco do Brasil e de outras entidades filantrópicas, para arrecadar recursos destinados a suavizar a dramática situação em que se encontram os nossos irmãos do Agreste e do Sertão em consequência do flagelo das secas.

Mais do que uma simples campanha filantrópica, a iniciativa do tradicional DP, a meu ver, tem um alcance muito maior, no sentido em que pretende fazer ver aos pernambucanos, em particular, e aos nordestinos, em geral, que a seca pode e deve ter os seus efeitos controlados através de obras de caráter permanente, quer no campo da infraestrutura social, sobretudo na educação e saúde, quer no campo da infraestrutura econômica ou da chamada infraestrutura física, com perenização de rios, armazenamento de água, eletrificação rural, construção de estradas, inclusive vicinais, além de incentivos para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, agroindustriais e dos setores de serviços.

Na verdade, fazem-se necessárias, com a maior urgência possível, medidas que traduzam concretamente vontade política para resolver o velho problema nordestino que, desde o século passado, vem desafiando a argúcia, a inteligência e a sensibilidade de quantos tenham alguma parcela de responsabilidade na administração da coisa pública.

Diante da desventura de milhões de nordestinos, não há e não pode haver resignação possível. Surge, sim, a indignação dos que acreditam na capacidade de ação transformadora da realidade, que não é somente resultante de puro, cego e controlável determinismo.

Concluindo este breve pronunciamento, gostaria de parabenizar o *Diário de Pernambuco* pela sua feliz e oportuna iniciativa de despertar, junto à opinião pública do nosso Estado, a consciência de que, além das ações emergenciais de sempre, se fazem necessárias urgentes medidas que viabilizem

a permanência do homem do semi-árido em suas terras, estruturando-o para o convívio produtivo com a seca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:**

**SOS É LANÇADO HOJE
EM PALÁCIO**

Diário de Pernambuco, 29-3-93

Donativos já podem ser entregues nos quartéis

Todas as unidades da Polícia Militar de Pernambuco, tanto no Grande Recife quanto no Interior, estarão, a partir de hoje, recebendo donativos para a campanha SOS Seca, lançada na semana passada pelo **Diário de Pernambuco** para ajudar os flagelados da longa estiagem registrada no Estado.

O coronel Romero Leite, comandante da PMPE, aproveitou o final de semana para manter contatos com os comandantes de batalhões, companhia e pelotões espalhados por todos os municípios pernambucanos. Ele diz que, dependendo da PMPE, o êxito da campanha será total. "A população está consciente de que não pode ficar de fora dessa campanha idealizada pelo **Diário** e que logo recebeu a adesão de todos os setores representativos da sociedade".

Hoje, às 10h, o coronel Romero Leite, o presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Geraldo Costa, e o secretário da Agricultura, Mendonça Filho, estarão participando de debate na Rádio Clube, no programa de Ribas Neto, quando apresentarão as principais propostas da campanha SOS Seca.

Em seguida, às 12h30min, juntamente com o superintendente da Sudene, Cássio Cunha Lima, secretários de Estado e entidades já incorporados à campanha, participarão, no Palácio do Campo das Princesas, do lançamento oficial da campanha, que será coordenada pela presidente da Cruzada de Ação Social, Sílvia Couceiro Cavalcanti.

Ontem o diretor regional da TV Globo, Cléo Nicéas, confirmou a participação da emissora na campanha. A partir de amanhã, a TV Globo divulgará mensagens, conclamando a população a dar seu apoio às populações atingidas pela estiagem. Já o diretor do Colégio São Bento, Dom Héber, que também estará no Palácio do Campo das Princesas, às 12h30 min, anunciou que, na quarta-feira, todos os três mil alunos do estabelecimento estarão oferecendo donativos à campanha, "O importante é conscientizar a todos da gravidade da estiagem. Por isso, a campanha do **DIÁRIO** surgiu em boa hora", elogiou. Outros colégios — tanto da rede particular quanto da oficial — também já estão se organizando para participar da campanha.

A presidente da Legião Assistencial do Recife, Geralda Farias, também convidada a colaborar com a campanha, irá hoje ao Palácio do Campo das Princesas. Segundo a presidente da LAR, ninguém pode ficar indiferente ao problema da estiagem. "Temos que começar a pensar em uma solução definitiva para esse grave problema", alertou.

Já o diretor do Bandede, Lourenço Cunha, que igualmente irá hoje à solenidade no Palácio do Campo das Princesas, salientou que todas as agências do banco, no Estado e no Interior, já estão recebendo doações através da conta 6.000.000-9, e que tem o nome da campanha: SOS Seca. Não há limite mínimo ou máximo para as doações. "O importante é que todos participem, ressaltou Lourenço.

Também manifestaram-se apoio, ontem, à campanha SOS Seca a AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil),

através do presidente Sérgio Loureiro, e a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), através do diretor estadual Felipe Moura. As duas entidades enviaram fax e telegrama a todas as agências do Banco do Brasil no Estado de Pernambuco para que se engajem na campanha. "Estamos pedindo para que os funcionários do banco também busquem apoio junto à população", afirmou Felipe Moura. Hoje, às 10 horas, as duas entidades irão manifestar formalmente o início dos trabalhos na campanha SOS Seca entregando à presidente da Cruzada de Ação Social, Sílvia Couceiro Cavalcanti, uma doação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a estas alturas de seu Governo, já deve o Senhor Presidente da República ter percebido que as "aves de rapina", que beberam o sangue generoso de Vargas, estão girando nos céus de nossa geostória, tal como então giravam, desde muito antes, os corvos do mercantilismo europeu, sobre "suas colônias", e sabem bem que o Brasil sempre foi uma delas.

Na luta desigual, entre o colonizador e o colono, entre o Leão do capitalismo perverso e a cabra, aquele vai-se agigantando, — cada vez mais —, para se alimentar da sócia ingênuu, sem nunca matar a sua fome insaciável.

"País capitalista... por opção de suas elites dirigentes, o Brasil não aprendeu a domar o capitalismo, segundo os interesses nacionais", como nos relembra Paulo Martinez, em sua magnífica obra "Multinacionais — Desenvolvimento ou exploração?"

De repente, alguns dos dirigentes do País desfraldam a bandeira da luta contra os espoliadores, que há séculos nos exploram e sugam o nosso próprio sangue. Uns prosseguem na batalha, chegando até o holocausto da própria vida, e já exaustos, sem forças para ir em frente, na luta, quando percebem que o inimigo já adentrou as fileiras da própria tropa, cercando-o, sem possibilidade de furar o cerco, chegam até ao suicídio, "deixando a vida, para entrar na História".

Outros fazem promessas e as repetem, cometem batalhas verbais com o Lobo, que os vai apertando contra a parede, até se entregarem, sem luta, para serem comidos. Não saem da vida, nem entram na história. Eles não sabem, como George Santayana, que "quem não olha para o passado tem o castigo de vê-lo repetir-se".

Quase ninguém está entendendo por que o Governo do Senhor Presidente Itamar Cautiero Franco, de repente, como tantos outros, através dos tempos, insiste, abertamente, em administrar os mesmos remédios, que nunca curaram o doente, mas agravaram, ou postergaram indefinidamente a sua cura.

Poucos entendem por que o Presidente Itamar está insistindo nas mesmas teses, nas mesmas doutrinas, nas mesmas idéias, nas mesmas leis, que sempre fracassaram, quando, no seu passado, deixara alguns sinais de que sua bandeira era bem outra!

Por isso confiei; por isso esperei pensando que tudo o que se dizia devia fazer parte de táticas e estratégias, que pudessem servir a uma surpresa final, um remédio forte adequado ao câncer que corrói a nossa economia.

Mas, o Ministro Eliseu Resende vem e declara que tudo vai ficar como está, dentro da famosa doutrina liberalista, sujeito às leis do mercado, que automaticamente controlará

os preços. “Nada de choques e pacotes”, ou seja, nada de se organizar um sistema normativo, para dar combate à subida desenfreada de juros, preços, salários, tarifas, taxas, etc., etc.

Mas, estranho quanto pareça, ele, — o Ministro que veio para debelar a inflação, afirma, que até dezembro, espera-se que a inflação não suba, nem desça, pois, “a lei do mercado se encarregará de equilibrar os preços; donde, a inflação será contida”. A “oferta” do Lobo e a “procura” do Cordeiro, numa sociedade de irmãos, se encarregarão de solucionar a crise.

A quem aproveita, na sociedade do Lobo com o Cordeiro, do Leão com a Ovelha, a adoção dos princípios desse liberalismo da não intervenção, do deixa estar como está para ver como é que fica, da lei do mercado, da oferta e da procura? A quem aproveita? Há quantas décadas, os últimos Ministros do Planejamento e da Fazenda vêm prometendo que a inflação vai, necessariamente, baixar, pelo simples automatismo da lei do mercado?

Há quanto tempo se ouve que é pecado mortal editar pacotes, fixar juros baixos, congelar preços e salários, pois, “a indexação total vai dar certo, debelando-se a inflação, com paciência, pois, o correto é esperar, até que “a Bruxa” sozinha se canse?

“O patriótico é que o povo sofra um pouco, mesmo que os “tubarões”, banqueiros e grandes empresários ganhem “um pouquinho” mais, pois, isto é bem melhor “para nossa democracia”, do que as práticas intervencionistas do fascismo”.

A quem aproveita esta política absurda dos JUROS ALTOS, PARA EVITAR O CONSUMISMO, juros altos, que sabida, visível, matemática e necessariamente forçam a alta dos preços, sinônimo perfeito de inflação? Há quanto tempo estamos ouvindo essa cantilena, que não dá certo, mas, mesmo assim, vai sendo repetida e ouvida com a mesma seriedade com que se repete e se ouve um dogma de fé apostólica?

Há quanto tempo os “economistas” dos governos, muitos deles ligados, ou dependentes do “sistema” comandado por nossos credores internacionais, vêm-nos ensinando suas doutrinas e nos impondo suas leis, como remédio infalível para debelar a inflação, “causa remota, próxima e eficiente de todos os nossos males e de todas as nossas crises”? Há quanto tempo?

É isso o que nos ensinam os bons banqueiros do “SISTEMA” e seus economistas, porque, de “bonzinhos” que são, querem “nos ajudar”, e tanto, que nos emprestam dinheiro a juros módicos, e aí está a dívida externa para nos provar sua magnanimidade.

São tão pacientes nossos credores e sua grei, comandada pelo Fundo Monetário Internacional, que, quando não podemos pagar-lhes sequer os juros do principal, nos emprestam mais dinheiro, naturalmente, pagando-lhes aqueles jurosinhos por nós conhecidos!!! Não importa a eles que cresça o principal acumulado!

Eis, aqui, a REALIDADE HISTÓRICA, MUITAS VEZES REPETIDA, DO COLONIALISMO, de que padecemos hoje, por via do Sistema Financeiro, desde nosso descobrimento pelos portugueses, até o aparecimento do Fundo Monetário Internacional, onde o Sistema começou a agigantar-se, para chegar até os dias de hoje, com esse capitalismo perverso, com os Oligopólios Transnacionais, que estão pretendendo se sobrepor à soberania das nações, para poderem lhes impor suas leis de comércio internacional, como também pretendem e estão impondo a muitas nações as regras internas

de sua política econômica, monetária, industrial, agrícola, de preços, de subsídio, etc., etc.

Onde se meteu o Direito Internacional e a soberania das nações? Onde se meteram os nossos heróicos estadistas para nos defender contra essa aberração histórica?

Dentro desse quadro, vejo que o Senhor Presidente Itamar Franco, digníssimo Presidente da República, anda zangado com os fazedores de inflação, empoleirados em sua gostosa liberdade de poder marcar e remarcar preços à sua vontade, garantidos pela famosa lei da oferta e da procura e da competitividade.

Ouvi dizer que Sua Excelência incumbiu um grupo de penalistas de estudar, com cuidado redobrado, um projeto de lei para proteger o pobre consumidor, ou seja, mais do que 99,09% de nossa população! A verdade é que os banqueiros e demais componentes do sistema não atingem nem sequer o percentual de 0,01 dos que restam!!!

Parabéns ao Senhor Presidente! Imaginem se ele, de repente, conseguir passar a pensar, preferentemente, nos 99,09% de nossa população, e conseguir colocar os 0,01% no seu devido lugar!

Essa tarefa digna de um verdadeiro estadista é, em parte, fácil. Aliás, Sua Excelência já começou a fazê-la, quando mandou os penalistas estudarem leis severas que protejam os consumidores, isto é, os 99,01% da população brasileira, contra o Sistema Financeiro e os Oligopólios cartelizados, isto é, o resto dos 0,01 da população.

Mas acontece que seu ilustre Ministro da Fazenda e seus “técnicos” já andaram falando como vão fazer a coisa:

“Vamos atuar com medidas ortodoxas. Nada de choques e pacotes, disse o Ministro Eliseu, que quer dar ênfase ao diálogo, o que significa, mineiramente, que “com um pouco de “bico” tudo se arranja”.

As “tendências” e práticas dos banqueiros, já conhecidas dos teólogos e moralistas, — como o pecado de usura, que ofendem a Deus e à Humanidade, reduzindo os povos ao estado em que estão, escravizados pela dívidas e pela fome, enquanto os nababos vivem como vivem, — elas, as práticas e as tendências dos banqueiros, elas, as monstruosas práticas enraizadas, há séculos, nos corações usurários dos banqueiros, podem, diz o ministro Eliseu, ser resolvidas com um pouco de “bico”, no diálogo deles, com o Senhor Ministro.

O Cristianismo veio ao Mundo para tentar corrigir, com o mandamento do amor, as “tendências” inatas do homem caído. Aos perversos desobedientes das leis divinas, AS PENAS DO INFERNO!

Estudiosos da criminologia, psicanalistas, psicólogos e penalistas têm tratado do tema. Penalistas vêm exigindo novos tipos de penas diante da sanha dos sócios do SISTEMA.

O sétimo mandamento da lei de Deus, — NÃO FURTAR, tem muito maior abrangência perante a lei moral, do que os “tipos” conhecidos dos Códigos Penais.

TODA A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO, DESDE OS BANQUEIROS QUE EMPRESTAM DINHEIRO A JUROS USURÁRIOS PASSANDO POR TODOS OS SETORES DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO: TODOS OS QUE “CONCORREM” DE QUALQUER MANEIRA PARA COM ELES, NA ORGANIZAÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA, — OS LEGISLADORES QUE FAZEM AS NORMAS E O PRESIDENTE, QUE AS SANCIONA, SÃO LADRÕES, PARA A LEI DE DEUS. TODOS OS QUE PARTICIPAM DE FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO POVO PERTENCEM A UMA MÁFIA, QUE PRECISA SER

ESTUDADA E REPENSADA PARA SER IMPLANTADA ADENTRO DE UMA NOVA ORDEM JURÍDICO-PENAL, COM NOVOS TIPOS,— NOVAS DEFINIÇÕES DE CRIMES E NOVAS PENAS.

Mas o Sr. Ministro Eliseu Resende não pensa assim. Deixa a coisa com ele.

Convoca banqueiros, empresários e trabalhadores, e diz que consertará toda a tendência universal e histórica dos banqueiros para a teologia do furto, com o "bico".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, problemas de tamanha complexidade, podem ser resolvidos, sem que antes tenha sido modificado o SISTEMA PARTIDÁRIO? Sem que antes o Governo tenha uma maioria sólida, depois de implantada a fidelidade partidária? — Sente-se, de imediato, que não.

Então, permitam-me que eu termine lembrando-lhes que o Senhor Presidente tem pouquíssimo tempo para governar e tamanhos problemas para resolver.

Poderia dedicar-se inteiramente ao problema transcendental de fazer a grande, revolucionária, prioritária e necessária REFORMA PARTIDÁRIA, que lhe daria o título, em nossa história, de estadista do século, por ter dado governabilidade ao que vier depois do plebiscito!

Sua Excelência poderia dar carta branca os senhores ministros e reservaria para si o título de MINISTRO DA REFORMA DO SISTEMA PARTIDÁRIO.

Isso é muito mais importante do que tudo o mais. Tão importante, que eliminaria as crises do Presidencialismo que vêm por aí, pois o certo é que não é o Presidencialismo o grande culpado de nossas crises. É o Sistema Partidário inserto nele, que não lhe dá governabilidade... São os políticos, as cúpulas partidárias, que não o querem mudar. Verão como o fogo revisor dessa campanha plebiscitárias se apagará, como sempre, após ele!

Confie o Senhor Presidente, inteiramente, ao Ministro Eliseu Resende as coisas de seu Ministério, para ver se ele, com essas surradas teorias consegue domar a fera. Eu já me incumbi de gritar, daqui desta tribuna, duas vezes, que, antes do fim do ano, teremos claros sinais de hiperinflação.

Não pertencço à situação, mas só entendo a missão de um representante do povo, torcendo para o bem do povo. Por isso é que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, pode sempre contar comigo no Senado, quando eu achar que Sua Excelência está no caminho certo, ou quando a questão não for fechada no meu Partido.

Que Deus ilumine ao Senhor Presidente Itamar Cautiero Franco, para que ele tenha a coragem de tomar esta decisão: Tentar reformar já, sem perda de tempo, o Sistema Partidário. É tão gigantesca a obra, que ele terá a consagração da História! Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, a economia brasileira voltou a apresentar fracos resultados, no ano passado, graças à política recessiva que foi erigida como instrumento principal de combate à inflação, nos últimos três anos. Com a economia paralisada por diversos fatores, neste período, registrou-se um crescimento negativo de 4% do Produto Interno Bruto, em 1990, 1,2% em 1991 e uma queda de 0,2 pontos percentuais previstos para o ano de 1992 pelos próprios órgãos técnicos do Governo.

A economia sofreu, no ano passado, os reflexos negativos da crise política que se abateu sobre o País, face ao lento e complexo processo de **impeachment** promovido pelo Congresso contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade. A instabilidade gerada pelas dificuldades políticas acentuou a estagnação econômica e agravou a inflação, os índices de desemprego e de queda brusca na atividade industrial. Só a agricultura e as exportações tiveram desempenho razoável, aliviando a situação de penúria do País.

Surpreendentemente, a reativação do setor de exportações, no final do ano passado, respondeu por um aumento da produção em relação ao ano anterior, embora não tenha sido suficiente para reverter as tendências de queda no emprego industrial, que se mantiveram ao longo de todo o ano. A insegurança gerada pela morosidade do processo de **impeachment** fez com que a economia patinasse em meio a sérias dificuldades, em quase todo o ano passado. Só no último trimestre de 92, em razão das comemorações de fim de ano, registrou-se ligeira recuperação da atividade industrial, insuficiente, no entanto, para alterar o panorama recessivo que domina a economia brasileira.

Assim é que a indústria brasileira fechou o ano de 1992 sem vislumbrar perspectivas de retomada do desenvolvimento, pelo menos a curto prazo. A manutenção de altas taxas inflacionárias, já praticamente na metade do ano de 1993, constitui o sintoma mais evidente de desorganização da economia, na medida em que conserva a insegurança em toda a sociedade e desestimula e inibe os investimentos. Porém, há razões para realimentarmos nova onda de esperança na recuperação da economia nacional.

A posse definitiva do Presidente Itamar Franco permitiu o estabelecimento de diretrizes e estratégias que produzem maior confiança na sociedade. Já se sabe que as ações de curto prazo do Governo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, abrangem o controle da inflação, como meta prioritária, a reforma fiscal, a reforma do sistema financeiro, o equacionamento da reforma do setor público e o aprofundamento das reformas estruturais.

Acredita-se que, com essas providências, o Estado restaure sua capacidade de regulação macroeconômica. Existe um consenso nacional de que o Brasil precisa dar novo impulso ao seu desenvolvimento econômico, vencer a recessão, que o asfixia, sanear a sua economia e fortalecer a moeda, ampliar o mercado interno mediante o aumento do poder aquisitivo da população e estancar o sucateamento de seu parque produtivo, abrindo perspectivas para a incorporação dos rápidos avanços tecnológicos que o mundo desenvolvido experimenta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, apesar das notórias dificuldades que o País vem enfrentando, nos últimos anos, temos obtido avanços significativos no que concerne às reformas estruturais — ainda que, em alguns casos, o progresso obtido tenha se revelado inferior às expectativas alimentadas. A aprovação pelo Congresso e a sanção presidencial da lei de modernização dos portos representam, a curto prazo, a garantia de aumento de competitividade dos nossos produtos nos mercados mundiais, na medida em que permitirão sensível redução nos custos operacionais do sistema portuário nacional.

Já se disse, com razão, que a continuidade do esforço para abrir a economia brasileira a uma maior competição internacional obriga as nossas empresas a se ajustarem às novas realidades do mercado. A disposição governamental de estimular as exportações constitui a opção mais adequada,

que contribui substancialmente para modernizar os nossos processos produtivos.

As dificuldades macroeconômicas inibiram o aumento das importações, ainda que tenha sido antecipado o cronograma de reduções tarifárias, o que permitiu, de alguma forma, que o setor industrial se estruturasse de maneira adequada. Estamos certos de que, no ano passado, os nossos empresários consolidaram a consciência de que uma ênfase especial deve ser conferida à melhoria dos níveis de qualidade e competitividade. Isso produziu uma série de mudanças no nosso parque industrial. Já ninguém contesta que a continuidade do processo de modernização é uma opção imperativa para os destinos do Brasil.

Somente assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será possível promover a retomada do crescimento econômico, sem o que é inútil qualquer esforço para a superação dos nossos graves desequilíbrios sociais e regionais. Para que atinjam esse objetivo, não existe outro meio mais seguro e eficaz senão reduzindo drasticamente os altos índices inflacionários, a fim de pôr ordem na casa, estabilizando a economia para injetar confiança nos agentes econômicos e em toda a sociedade brasileira.

A exemplo do que ocorreu no plano nacional, o desempenho do setor industrial no Distrito Federal, no último trimestre de 1992, foi moderadamente superior aos demais períodos. Invariavelmente, para a indústria, a fase do ano que apresenta melhor desempenho é o terceiro trimestre, que foi duramente prejudicado pelos reflexos da crise política. Os sinais de branda recuperação viriam a ocorrer no quarto trimestre, repetindo fenômeno registrado no plano nacional.

Tivemos um balanço razoável dos resultados da atividade industrial, no ano passado, segundo dados da Federação das Indústrias de Brasília (FIBRA). Embora em patamar considerado baixo, o nível de atividade da indústria brasileira apresentou estabilidade, registrando tendência de melhoria na maioria dos indicadores pesquisados. Elevou-se significativamente o percentual de empresas que tiveram aumento na produção, durante o ano, reduzindo-se o das que registraram queda. Gráficos comparativos de desenvolvimento do setor industrial no Distrito Federal mostram, no 4º trimestre, que predominou a estabilidade na maioria das empresas.

De tal sorte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a utilização da capacidade instalada passou de cerca de 60% nos últimos trimestres de 91 para 68% no mesmo período de 92. Em relação às vendas, prevalecia uma inquietante tendência de queda. Todavia, tanto no terceiro quanto no quarto trimestre tal situação se inverteu, predominando o percentual de empresas que registraram uma evolução positiva nas suas vendas.

No setor do emprego, a tônica foi a da estabilidade. Poucas empresas, cerca de 16%, realizaram contratações ou demissões. Embora enfrentando o conhecido conjunto de dificuldades com que convivemos, no Brasil, as empresas se esforçam para evitar a dispensa de pessoal. A margem de lucro continuou caindo, mas com taxas gradualmente menores. Tanto os estoques como a liquidez permaneceram estáveis na maioria das empresas pesquisadas. O desempenho industrial no quarto trimestre respondeu pelos indicadores positivos registrados, comparativamente ao resto do ano.

Frete a este quadro, acredito que as perspectivas para o setor industrial do Distrito Federal são otimistas. Tivemos a sanção de uma série de leis que abrangem simplificação tributária para as microempresas, concessão de incentivos

através do Prodecon e flexibilização do zoneamento urbano, além da divisão das compras governamentais em pequenos lotes, com vistas à dinamização do setor industrial.

Agora mesmo, o Governador Joaquim Roriz está lançando um pacote de medidas que simplifica e favorece a microempresa nos campos tributário e creditício. É um novo Estatuto para a Microempresa, que vem acompanhado da regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e, o que é mais importante, ensejará a aplicação de 4 milhões de dólares no incremento da atividade industrial em Brasília. O empresariado brasileiro, por sua vez, apóia com entusiasmo a estratégia de reduzir a dependência do Distrito Federal em relação aos recursos federais, mediante um conjunto de medidas já concebidas e em vias de implementação.

Estou convencido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que este ano poderá registrar o marco de mudança substancial no panorama econômico do Brasil, levando-se em consideração o esforço empreendido pelas empresas e a firme disposição de luta contra os oligopólios e cartéis, que representam grave anomalia.

O Brasil continua a ser encarado pelas mais respeitáveis instituições de estudos no mundo como uma Nação rica em potencial econômico, à qual está destinado lugar de relevo no futuro. Precisamos romper o círculo vicioso que oprime nossas energias, há tantos anos, para que o caminho do desenvolvimento econômico e do bem-estar social deixe de ser um lance de retórica para se transformar numa realidade sorridente e palpável.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Pacheco.

O SR. ÁLVARO PACHECO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Senadores, são incontáveis as vezes em que a tribuna do Senado Federal foi ocupada para pronunciamentos acerca do que parece ser a condenação eterna da Região Nordeste do Brasil: conviver com problemas crônicos que a natureza impõe e que, não equacionados e resolvidos, impedem a alavancagem definitiva do seu desenvolvimento econômico e social.

Lá parece ter havido uma infeliz e permanente união entre o flagelo da seca e o descaso humano, sobretudo dos governantes. Para lá se voltam apenas ciclicamente, como nas epidemias, as atenções da sociedade brasileira, mas não as soluções definitivas, não o crescimento duradouro, não o progresso como sinônimo de participação, de qualidade de vida, de fortalecimento da cidadania.

É inegável que iniciativas têm sido tomadas, ao longo das décadas, para minorar os problemas daquela região de miséria. Mas, e este é o cerne do problema, essas iniciativas representam, quase sempre, ações meramente circunstanciais e de alívio efêmero, e não soluções definitivas.

Repete-se, agora, toda a mímica de rompimento do desespero, no ato cíclico tantas vezes repetido.

Na última sexta-feira, o Presidente Itamar Franco assinou, em Teresina, diante de 16 Governadores e representantes do Congresso Nacional, em um belo espetáculo para as câmaras de televisão, ato criando a Comissão Nacional do Programa Frentes Produtivas de Trabalho, e proclamou a entrega, aos Governadores do Nordeste, de cerca de 4 trilhões de cruzeiros, um fundo de emergência para tentar reduzir o flagelo da estia-

gem que assola nossa área neste momento. Cada Estado receberá um percentual desse fundo, de acordo com sua população — e terá de oferecer uma contrapartida de 30% para cada parcela que lhe for destinada.

São aparentemente louváveis a disposição e os atos do Presidente. Mas a realidade dos fatos mostra que essa verba corresponde, em média, a apenas meio salário mínimo para cada habitante da área flagelada e, obviamente, é puramente circunstancial.

Não irá, mais uma vez, como é claro, resolver o terrível problema dos nordestinos vítimas da seca. Repete-se a ação de momento, e quase demagógica, já tantas vezes encenada — e que em quase nada resultará. Um mero paliativo. E a Comissão Nacional — bem, nós sabemos o que representam comissões governamentais constituídas para estudar problemas sociais e coletivos e no que invariavelmente resultam.

O Presidente anunciou, também, que a Comissão Nacional recém-criada, na qual o Senado está competentemente representado pelo ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, tem o prazo de 60 dias para apresentar sugestões de medidas que venham, a médio e longo prazo, equacionar e debelar de vez esta cíclica e centenária tragédia que atormenta nossos conterrâneos.

É de se prever, pela sua constituição, que a Comissão conclua seus trabalhos no prazo fixado, e apresente proposições pragmáticas. Mas nos permitimos duvidar, pela própria natureza e temporaneidade do Governo Itamar Franco, que essas proposições sejam levadas a cabo e as recomendações consubstanciadas em resultados.

Na semana passada, o Congresso Nacional finalmente aprovou o Orçamento Geral da União para 1993. Os Estados do Nordeste foram contemplados com verbas específicas para estradas, hospitais, barragens, escolas, assistência social e obras públicas, da ordem de Cr\$284 trilhões, que representam menos de 2% do orçamento.

Se essas verbas forem liberadas prioritariamente dentro dos próximos 30 dias, tendo em vista o estado de calamidade pública em que se encontra o Nordeste, serão abertas imediatamente frentes de trabalho capazes de absorver, de uma só vez, toda a mão de obra ociosa na região, e dar ocupação, fixando à terra, aos que dependem das meras culturas de sustento familiar destruídas pela seca. Haverá maciça injeção de recursos na terra nordestina, dinamizando a economia e assegurando trabalho e subsistência, pelo menos nos próximos doze meses, a milhões de pessoas desesperadas e famintas.

E será uma solução bem mais lógica e consistente, inclusive para a União, do que uma verba gratuita, puramente emergencial e extraordinária, inacessível talvez a muitos Estados, devido à exigência da contrapartida de 30%.

Diversos Governadores, tendo à frente os Srs. Governadores João Alves, de Sergipe, Joaquim Francisco, de Pernambuco, Freitas Neto, do Piauí e Edison Lobão, do Maranhão, já declararam, no fim de semana em Teresina, que não têm como dar essa contrapartida. Paralelamente, pergunto: por que exigí-la de uma região debilitada, em situação de calamidade pública, às portas da aflição, como se fosse compreensível exigirmos de um acidentado inconsciente pagamento prévio para que fosse atendido em um hospital?

É por estar, como representante do Piauí, atento à fome e à miséria dos piauienses e de todos os seus vizinhos, ao sofrimento sem-fim do povo nordestino e à visível aflição de seus governantes, que venho, Sr. Presidente, como tema básico deste discurso, fazer um apelo e propor ao Senhor

Presidente da República, que pareceu demonstrar em Teresina sincera preocupação com a miséria do Nordeste, e ao Sr. Ministro da Fazenda, para que determinem aos órgãos governamentais envolvidos a liberação imediata das verbas específicas previstas no Orçamento da União para os Estados e Municípios do Nordeste. E, se possível, integralmente, mesmo porque o Orçamento de 1993 já entra em vigor no mês de abril, quase 4 meses depois do prazo constitucional, quando pelo menos 30% desses recursos já deveriam estar sendo aplicados.

Estou certo de que, priorizada a liberação dessas verbas, Governadores e Prefeitos, que são os comandantes na frente de batalha, abrirão imediatamente centenas, talvez milhares de frentes de trabalho em toda a área flagelada — e não precisaremos de nenhuma medida de emergência que corra o risco de se tornar inócua como a que anunciou o Presidente da República em Teresina.

Não é necessário repetir que o povo do Nordeste precisa de trabalho, necessita dos recursos a que tem direito e que lhes são devidos insofismavelmente pela União, até mesmo em nome da integração nacional.

■ É um povo que resiste, que luta, que pede trabalho e não esmolas que nada resolvem, que exige e espera soluções e não paliativos e discursos, que precisa apenas da necessária ajuda para enfrentar e transformar uma natureza áspera e hostil, que o atormenta há séculos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo à palavra a nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação da educação brasileira, sem nenhum exagero, ainda se constitui num desafio que precisa com urgência ser resgatado, para que o País viva plenamente o conceito de cidadania e caminhe no seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Os problemas críticos que afligem nosso sistema educacional perpassam todos os níveis e vão desde a pré-escola até o ensino superior. Todavia, nosso interesse nesse pronunciamento centra-se na escola de 1º grau, que fundamenta toda a hiperestrutura educacional.

O primeiro resultado que emerge do exame do ensino básico é o inter-relacionamento das problemáticas existentes, repercutindo uma sobre as outras em todas as suas conexões, como por exemplo: a persistência do analfabetismo, a má qualidade do ensino, a formação incipiente dos docentes, sua remuneração indigna, a escassez de escolas, a desatualização dos currículos de formação, quer dos docentes quer dos discentes. Isolados dessas interconexões analíticas os problemas educacionais ficam muito difíceis de ser analisados e compreendidos.

Na verdade, temos no ensino básico uma rede de problemas graves que se repetem há muitas décadas, ganhando características próprias através do tempo. Consideremos, por exemplo, o problema do alto nível de analfabetismo que ainda enfrentamos. Se avançamos sensivelmente na quantidade — hoje cerca de 90% das crianças em idade escolar ascendem à escola — enfrentamos ainda problemas qualitativos clamorosos, pois o aproveitamento do 1º grau não alcança os 50%, significando não só um desperdício insustentável, mas, sobretudo, uma agressão frontal ao dispositivo constitucional que torna obrigatório o ensino básico, público e gratuito.

Assim, Srs. Senadores, resulta dessa análise que se o País alcançou uma cobertura quantitativa, que tende à universalização, por outro lado, enfrenta graves problemas de qualidade, em que a evasão e a repetência de alunos atingem números alarmantes. Se buscarmos as causas desse fracasso, dessa incapacidade de a escola reter e formar as crianças que para ali se dirigem, vamo-nos deparar com uma rede de causas inter-relacionadas. Em parte, é verdadeiro que isso ocorre pelas precárias condições sócio-econômicas dos alunos e suas respectivas famílias. Mas, em parte, deve-se também aos baixos teores qualitativos do sistema, em particular a má-formação do professorado, principalmente em algumas regiões. Por outro lado, não se pode escamotear que esse mesmo professorado recebe remuneração indigna e que, portanto, isso afasta as pessoas mais qualificadas do magistério, levando-as a buscarem outras alternativas profissionais.

Nessa época de início de ano, quase sempre de forma cíclica, junta-se ao quadro de dificuldades perversas de nossa escola a carência crescente para obtenção de vagas na rede de escolas públicas. É nessa época que os diferentes meios de comunicação exploram o fato lamentável de pais dormirem nas filas das escolas, a fim de garantirem vagas para seus filhos na rede oficial. É vergonhoso que crianças queiram estudar e o Poder Público não cumpra sua obrigação constitucional de abrigar e conduzir os alunos para as bases sobre as quais possam alicerçar suas cidadanias.

Segundo o Ministro da Educação, existem hoje no País cerca de 1,5 milhão de crianças em idade escolar — de 7 a 14 anos — fora da sala de aula. A situação agrava-se nas regiões onde são mais evidentes os problemas sociais. O déficit é maior nas comunidades com renda inferior a dois salários mínimos, na zona rural e no Nordeste, mas também está presente nos centros urbanos.

As estatísticas oficiais não são verdadeiras. A realidade educacional do País mostra um quadro que não chegam aos olhos das autoridades do Governo.

Nos grotões deste País, nos distritos municipais e regiões mais longínquas não existem escolas, as crianças passam pela idade escolar, e chegam à idade adulta sem a oportunidade de sentar no banco de escola.

Os 40 milhões de analfabetos adultos no País formam um contingente de brasileiros que não tiveram a sorte, na idade própria, de acesso às escolas públicas.

Recente pesquisa vai mais além: apontam 12 milhões de crianças em idade escolar fora de escola. São elas que jogadas à própria sorte perambulam pelas ruas dos grandes centros, expostas à mendicância e à marginalidade.

Integram ainda crianças que moram no meio rural, voltam-se para o trabalho e não dispõem de escolas para a sua educação.

Propomos o mapeamento dessas áreas de demanda intensa, a construção de pequenos módulos escolares capazes de atender à necessidade de escolarização sem grandes deslocamentos entre a moradia e a escola. No Brasil, há mais de 200 mil escolas para o ensino básico com 26 milhões 800 mil alunos matriculados. Há cerca de 21% de analfabetos em sua população e cerca de 35 milhões de meninos e meninas de rua.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a hora não é apenas de discursos bem-intencionados sobre o social, mas exige providências rápidas e enérgicas visando a reverter esse quadro dramático. É questão pacífica que o desenvolvimento anda de mãos dadas com a educação e a cultura. Falta discernimento

necessário para avaliar a importância da educação como alavanca do progresso, como já foi confirmado por grandes potências do Oriente e do Ocidente que foram capazes de seguir uma política educacional na formação de seu povo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Brasil tem um encontro inadiável com a educação. Sem buscar uma verdadeira revolução cultural, o País vem-se limitando apenas a falar de cidadania, de modernidade, de direitos humanos, sem vivenciá-los realmente. Essa crise de educação por que passamos se manifesta diretamente nos altos índices de analfabetismo, na falta de escolas, no desprestígio social e econômico que se abate sobre o magistério e, de forma mais indireta, na propagação de violência contra crianças e adolescentes, no aumento de criminalidade, no desrespeito ao velho, na violência do trânsito — aspectos de relevância tal que não nos permite ficar omissa, razão pela qual viemos à tribuna, no dia de hoje, trazer nossa preocupação, na defesa de um projeto educacional para o Brasil de analfabetos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 1992 — COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992-Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 — COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, favorável ao Substitutivo, com Requerimentos que apresenta.

— 4 —

PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 13, DE 1991 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º **pronunciamento**: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

— 5 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de março de 1993 — art. 269, II do Regimento Interno)

EMENDA CONSTITUCIONAL PROMULGADA PELAS MESAS DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (nos termos do art. 369 do Regimento Interno)

Emenda Constitucional nº 3, de 1993, originária da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993, no Senado

Federal (48/91, na Câmara dos Deputados), tendo como 1º signatário o Senhor Luiz Carlos Hauly, que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional). Sessão: 15-3-93 (sessão solene do Congresso Nacional).

DECRETO LEGISLATIVO PROMULGADO PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1984 (nº 44/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983. Sessão: 23-3-93

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1992 (nº 3.354/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão na Secretaria do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo — SP, e dá outras providências. Sessão: 2-3-93 (14)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93, naquela Casa), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências. Sessão: 10-3-93 (23)

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Sessão: 23-3-93 (35)

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1993 (nº 3.645/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente — PRONAICA, e dá outras providências. Sessão: 24-3-93 (39) Extraordinária

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1993 (nº 3.620/93, na Casa de origem), que prorroga os prazos previstos no art. 1º da Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991 e no art. 46 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que instituem isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI e depreciação acelerada para máquinas e equipamentos, respectivamente, e dá outras providências. Sessão: 29-3-93 (43) Extraordinária

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 12, de 1993 (apresentado pelo Senador Albano Franco, como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza e rerratificação da Resolução nº 92, de 1992, que autorizou o Governo do Estado de Sergipe a emitir 395.369.000.000 LFT/SE. Sessão: 2-3-93 (14).

Projeto de Resolução nº 13, de 1993 (Apresentado pelo Senador Iram Saraiva, como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás — LFT/GO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária, com vencimento no primeiro semestre de 1993. Sessão: 4-3-93 (18) Extraordinária.

Projeto de Resolução nº 29, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar. Sessão: 11-3-93 (25)

Projeto de Resolução nº 30, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Sessão: 11-3-93 (25)

Projeto de Resolução nº 14, de 1993 (apresentado pelo Senador Ney Suassuna, como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 3.303.000.000.000 Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio), destinadas ao financiamento de planos, programas e obras prioritárias, necessários ao desenvolvimento econômico-social do Município. Sessão: 11-3-93 (25)

Projeto de Resolução nº 10, de 1993, de autoria do Senador Magno Bacelar e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 32, de 1991. Sessão: 16-3-93 (28)

Projeto de Resolução nº 15, de 1993 (apresentado pelo Senador Nelson Carneiro, como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio), para os fins que especifica. Sessão: 16-3-93 (28)

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1992 (nº 142/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Bagé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Sessão: 18-3-93 (30)

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1992 (nº 209/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, firmado em Montevideu, em 13 de maio de 1992. Sessão: 23-3-93 (35)

Projeto de Resolução nº 21, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 50, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Concórdia, em Santa Catarina, a realizar operação de crédito no valor de Cr\$3.446.700.000,00 junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A — BADESC, no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios de Pequeno Porte do Estado de Santa Catarina — PROURB. Sessão: 23-3-93 (35)

Projeto de Resolução nº 23, de 1993 (apresentado pelo Senador Odacir Soares, como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba — PR a contratar operação de crédito no valor de até US\$ 30.000.000.00, como subtomadora de parcela de empréstimo externo contratado pelo Estado do Paraná, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD. Sessão: 23-3-93 (35)

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 84, de 1993, do Presidente daquela Casa, solicitando seja incluído no texto do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, após o inciso V do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando-se os demais: “VI — Ministro de Estado da Previdência Social”. Sessão 18-3-93 (30)

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1993, de autoria do Senador César Dias, que regulamenta a indicação de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional. Sessão: 24-3-93 (37) (decisão terminativa)

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1992, de autoria do Senador Valmir Campelo, que altera o inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990. Sessão: 25-3-93 (decisão terminativa)

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1991, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, que dispõe sobre a utilização das vias públicas, acidentes de trânsito e dá outras providências. Sessão: 25-3-93 (decisão terminativa)

MENSAGENS APROVADAS RELATIVAS À ESCOLHA DE AUTORIDADES

Mensagem nº 434, de 1992 (nº 876/92, na origem), de 14 de dezembro último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor João Carlos Pessoa Fragoso, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo. Sessão: 23-3-93 (36)

Mensagem nº 435, de 1992 (nº 879/92, na origem), de 14 de dezembro último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Márcio Paulo de Oliveira Dias, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. Sessão: 23-3-93 (36)

Mensagem nº 93, de 1993 (nº 36/93, na origem), de 21 de janeiro do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. Sessão: 23-3-93 (36)

Mensagem nº 103, de 1993 (nº 59/93, na origem), de 4 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão. Sessão: 23-3-93 (36)

Mensagem nº 109, de 1993 (nº 68/93, na origem), de 8 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sergio de Queiroz Duarte, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Canadá. Sessão: 23-3-93 (36)

Mensagem nº 127, de 1993 (nº 115/93, na origem), de 10 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Sessão: 24-3-93 (38) Extraordinária.

PARECER APROVADO

Parecer nº 12, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre recurso interposto pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho contra a decisão tomada pela Presidência desta Casa por ocasião da votação do destaque para a rejeição do inciso IV e § 2º do art. 37 do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991. Sessão: 18-3-93 (30)

PROJETOS DECLARADOS PREJUDICADOS E ENVIADOS AO ARQUIVO

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regulamenta a execução do disposto no art. 14, itens, I, II e III da Constituição Federal. Sessão: 12-3-93 (26)

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1991, de autoria do Senador Wilson Martins, que dispõe sobre a convocação de plebiscito, a autorização de referendo, a iniciativa popular e dá outras providências. Sessão: 12-3-93 (26)

PROJETO RETIRADO PELO AUTOR E ARQUIVADO NOS TERMOS DO ART. 256 DO REGIMENTO INTERNO

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1991, de autoria do Senador Nelson Wedekin, que isenta as entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública do pagamento das tarifas de energia elétrica. Sessão: 18-3-93 (32) Extraordinária

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À COMISSÃO DIRETORA (art. 98, V, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1991 (nº 7.127/86, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre águas subterrâneas, define critérios de outorga de direitos de seu uso e dá outras providências. Sessão: 16-3-93 (28)

Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1991, de autoria do Senador Dario Pereira, que autoriza o uso do gás natural como combustível para veículos automotores destinados ao uso no transporte urbano de passageiros, na segurança pública e no atendimento hospitalar. Sessão: 16-3-93 (28)

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1992 (nº 61/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 141 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa às organizações de trabalhadores rurais e sua função no desenvolvimento econômico e social, adotada em Genebra, em 1975, durante a 60ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Sessão: 18-3-93 (30)

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados. Sessão: 18-3-93 (30)

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL (mês de março de 1993)

Emenda Constitucional promulgada pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	1
Decreto Legislativo promulgado pelo Presidente do Senado Federal	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação	11
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	4
Mensagens aprovadas relativas à escolha de autoridades	6

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 48, DE 1993

Dispõe sobre atendimento médico e odontológico aos Senadores.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Fica alterado o disposto no art. 2º, inciso I, do Ato da Comissão Diretora nº 30, de 1989, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As despesas decorrentes deste Ato, por conta do Senado Federal, somente serão autorizadas ou ressarcidas dentro dos seguintes limites:

I — os honorários profissionais não poderão ultrapassar a 5 (cinco) vezes o valor das tabelas da Associação Médica Brasileira (AMB) ou da Associação Brasileira de Odontologia (ABO); e”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de abril de 1993. — **Beni Veras — Humberto Lucena — Nabor Júnior — Júlio Campos — Levy Dias — Carlos Patrocínio.**

ATO DO PRESIDENTE Nº 255, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.724/93-7, resolve nomear Leda Maria Meneguzzo para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Bacelar.

Senado Federal, 5 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 31-A, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.212/92-4, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 18, de 1993, publicado no DCN, Seção II, de 27 de janeiro de 1993, para manter aposentada a servidora MARIA DO CARMO RONDON RIBEIRO SARAIVA, Diretora da Subsecretaria de Administração de Pessoal, em comissão, código SF-DAS-101.4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, no cargo de Diretora, DAS-4, efetivo, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 67, 186, inciso III, alínea a, e 250, todos da Lei nº 8.112/90, e art. 517, inciso VI, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais do cargo efetivo de Diretora DAS-4, acrescidos de 20%, a partir de 23 de novembro de 1992, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1993. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 28-1-93.

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DIRETORA REALIZADA
EM 1º DE ABRIL DE 1993

Às onze horas e dez minutos do dia primeiro de abril de um mil, novecentos e noventa e três reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores HUMBERTO LUCENA, Presidente, LEVY DIAS, Segundo Vice-Presidente, JÚLIO CAMPOS, Primeiro Secretário; NABOR JÚNIOR, Segundo Secretário; JÚNIA MARISE, Terceira Secretária, NELSON WEDEKIN, Quarto Secretário, CARLOS PATROCÍNIO e BENI VERAS, Suplentes.

Não compareceu, por motivo justicado, o Senhor Senador CHAGAS RODRIGUES, Segundo Vice-Presidente.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Projeto de Resolução nº 103, de 1992, que "altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, cria cargos que especifica, e dá outras providências".

É designado o Senhor Quarto Secretário para relatar a matéria.

b) Projeto de Resolução nº 113, de 1992, que "altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria Técnica Eletrônica e o Serviço de Telecomunicações".

É designado o Senhor Quarto Secretário para relatar a matéria. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que apresenta as seguintes matérias.

a) Proposta do Grupo Apoio, Marketing e Editora Ltda, no sentido de que esta Casa assine a "Lista de Autoridades Governamentais".

A solicitação é rejeitada pelos presentes.

b) Estudo da Subsecretaria de Administração de Pessoal, que trata do abono de faltas dos Senhores Senadores, em vista da inexistência de determinação formal sobre a matéria.

Fica mantido o procedimento atual, adotado desde a gestão do Senador Nelson Carneiro.

c) Parecer contrário ao Processo nº 020566/91-8, em que o servidor Antônio Thomé solicita enquadramento de sua situação funcional, de ocupante de cargo em comissão de Assessor do Quadro de Pessoal do PRODASEN; e contrário ao Projeto de Resolução que extingue os cinco cargos em comissão de Assessor do Quadro de Pessoal do PRODASEN.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer.

d) Parecer favorável à renovação do contrato firmado entre o Senado Federal e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

e) Processo nº 013481/92-4, em que a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio solicita informações quanto ao interesse na deflagração de novo processo licitatório destinado à contratação de firma prestadora de serviços de manutenção e conservação dos jardins do Senado Federal, durante o ano de 1993.

Após debate, a Comissão Diretora deliberou

1º — prorrogar, em caráter excepcional, até 30 de abril de 1993, o contrato em vigor, com dispensa de licitação, por se tratar de serviço indispensável;

2º — determinar à Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e "Alienações a realização de diligências em torno do assunto, especialmente no tocante à licitação a que se refere o Processo;

f) Por último, o Senhor Primeiro Secretário submete a exame o Projeto de Resolução referente ao Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal.

O Senhor Presidente, então, usa da palavra e faz um relato sobre o assunto, pedindo a Diretora da Secretaria Administrativa, Doutora Paula Cunha Canto de Miranda, que complemente as informações.

O Projeto foi assinado e, a seguir, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor, Segundo Secretário, que emite parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 62, de 1991, que "altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal".

Os presentes, após debates, aprovam o parecer.

Por fim, o Senhor Diretor-Geral apresenta proposta de Ato, que "dispõe sobre atendimento médico e odontológico aos Senadores".

Os presentes, após discussão, aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às doze horas, pelo que eu, MANOEL VILELA DE MAGALHÃES, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 1º de abril de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

MESA

Presidente

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFI – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Vice-Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Eptácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Surnagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

PSB + PT

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surnagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
José Sarney	MA-3429/31	Vago	

PFL

Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

PSDB

Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
------------------	------------	------	--

PSB + PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio de Brito

Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surnagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Bello Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS			
Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354.

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lacerda	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SF-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Ávaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekel Freitas	RJ-3082/83

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvencio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL			
Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Belto Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

PTB			
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56

PP			
João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90

Secretário: Celson Parente – Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PI-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RI-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RI-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Beilo Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Iva Blay	SP-3119/20	Mário Cowas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epiácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	-------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

Secretária:

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS